

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Juventude e Reforma Agrária: o caso do Assentamento
Rural Paz na Terra, RJ**

Maíra Martins

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**JUVENTUDE E REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO
RURAL PAZ NA TERRA, RJ.**

MAÍRA MARTINS

*Sob a orientação da Professora
Maria José Teixeira Carneiro*

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre**
de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro 2008

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Maria José Teixeira Carneiro. Dra. CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Elisa Guaraná de Castro. Dra. UFRRJ

Paulo Roberto Raposo Alentejano. Dr. UERJ

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto dos caminhos e das experiências que tenho vivido nos últimos anos e que envolveram muitas pessoas, contextos e histórias. Não deixa de ser um produto de esforços coletivos em diversos sentidos. Por isso, sou muito grata a todas as pessoas que me acompanharam nessa jornada.

Agradeço à minha família por todo apoio, compreensão, estímulo. À Moema, Marilza e Heimar, pelo companheirismo de sempre, a Artur e Alberto, por sua contribuição, e especialmente à Lylian, minha mãe, por aventurar-se no universo da juventude e da reforma agrária, ao ler e debater comigo a dissertação.

Quero agradecer à Professora e orientadora Maria José Carneiro pela dedicação ao longo desses dois anos, sobretudo pela paciência que teve frente às minhas dúvidas e hesitações.

Agradeço a todos os professores do CPDA, em especial a, Elisa Guaraná, John Commerford, Verônica Secreto, Leonilde Medeiros e Luis Flávio, pelas ótimas conversas e incentivos.

Agradeço às Professoras Ana Motta e Mônica Cox, da Universidade Federal Fluminense, pelo apoio e estímulo desde a época da graduação.

Ao CNPQ, pela bolsa de pesquisa, apoio fundamental.

Quero agradecer também à geração com quem compartilho os sonhos e as dificuldades do mundo acadêmico, cultural e político - os amigos.

Às grandes amigas Rachel e Juliana, sempre presentes, e que muito me acolheram e me estimularam.

Aos bons amigos que fiz no CPDA. À Caroline e Janaína, amigas queridas desde a graduação. Aos amigos Olavo, Juliana, Ana Luiza, Liandra, Maryanne, Krishna, Klenio da turma de 2006. E também aos amigos Valter, Letícia, Roberta, Leo. À Silvinha, pela amizade, pela grande ajuda e pelas diversas “trocas”, em campo e fora dele. Muito obrigada.

A toda a turma do Estágio de Vivência com a qual vivi as primeiras experiências junto aos assentamentos rurais do Rio de Janeiro que, sem dúvida, marcaram nossas vidas.

Aos amigos do MST, Tico, Léo, Bia, Fabiano, Leopoldo e Eró.

Agradeço especialmente à Quitia e Vanessa, pela amizade e alegria com que me receberam no assentamento – vocês foram fundamentais para a realização dessa pesquisa.

Agradeço, ainda, a todos os jovens do Assentamento Paz na Terra – pelo carinho, pelas brincadeiras, e por muito mais.

RESUMO

MARTINS, Maíra. **Juventude e reforma agrária: o caso do Assentamento Rural Paz na Terra, RJ**. 2008. 142p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

O objetivo desta pesquisa foi investigar como o processo social e político de reforma agrária tem sido vivenciado pela juventude em um assentamento rural em fase de instalação. A juventude rural se constituiu em um tema de pesquisa no Brasil recentemente, emergindo junto à consolidação da categoria juventude nas políticas públicas e nos movimentos sociais rurais, como sujeitos de direitos e atores políticos. Porém a questão da inserção da juventude em contextos de assentamentos rurais é ainda um tema pouco pesquisado. Com o propósito de promover a interseção desses dois campos de pesquisa, foi realizado o estudo de caso sobre a juventude no Assentamento Rural Paz na Terra, na Região Norte Fluminense (RJ). A partir da observação do cotidiano das famílias assentadas, a pesquisa identificou quem eram os jovens por meio das representações sociais acerca dos mesmos e das esferas de sociabilidade em que transitavam no assentamento. Constatou-se que o lugar da juventude estava marcado pelas relações de hierarquia entre as gerações e pela reprodução dos tradicionais papéis de gênero, tal como tem sido verificado em outros contextos rurais. Ainda, a pesquisa identificou o pouco envolvimento dos jovens com o projeto de assentamento e a dificuldade de projeção futura em relação ao mesmo. Para os jovens, o sentido do assentamento, além de constituir-se um projeto de vida de seus pais, estava atrelado à ambigüidade das representações sociais sobre o campo, a cidade e as favelas.

Palavras-chave: Juventude. Juventude rural. Assentamento rural.

ABSTRACT

MARTINS, Máira. Youth and Land Reform: the case of the rural settlement Paz na Terra, RJ. 2008. 142p. Dissertation (Master in Social Science in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

The objective of this research was to investigate how the social and political process of land reform was being experienced by the youth in a rural settlement in installation phase. Recently, the rural youth has become a research theme in Brazil, connected to the consolidation of the youth as a category in public policies and rural social movements, as subjects with civil rights and political actors. However, the role of the youth in rural settlement contexts is not well understood. Aiming for the intersection of these two fields of research, was performed a case study with the youth in the rural settlement Paz na Terra, located in the northern area of the Estate of Rio de Janeiro. From the observation of families everyday life, the study has identified those who were seen as young people, through social representations and the corresponding spheres of sociability. It was verified that the youth's position is characterized by hierarchy relationships between generations and by traditional gender papers reproduction, just as it has been already verified in other researches. Still, the research identified little involvement of the youth with the establishment project and its difficulties in making plans about it. For the youth in focus, the settlement meaning, in addition to constituting a project of their parents' life, is related to the ambiguity of social representations about country, cities and slums.

Key- words: Youth. Rural Youth. Rural settlement.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População por faixa etária e gênero.....	56
Tabela 2: População por faixa etária e escolaridade	57
Tabela 3: População por faixa etária e moradia.....	58
Tabela 4: Escolaridade dos jovens.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Assentamento Paz na Terra.....	62
Figura 2: Assentamento Paz na Terra.....	62
Figura 3: Casa de alvenaria às margens do rio Muriaé	62
Figura 4: Escola Municipalizada Vermelha	72
Figura 5: Moças lavando louça no Rio Muriaé	76
Figura 6: Banho de rio.....	80
Figura 7: Jovens e crianças de Paz na Terra no 10º Encontro Sem Terrinha	86
Figura 8: Jovens de Paz na Terra no 10º Encontro Sem Terrinha.....	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
A CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA	2
O DEBATE EM TORNO DA NOÇÃO DE JUVENTUDE.....	4
A PESQUISA	7
CAPÍTULO I – JUVENTUDE RURAL, JUVENTUDE ASSENTADA: O CAMPO ACADÊMICO E O DEBATE POLÍTICO.....	11
1.1 A JUVENTUDE RURAL NO CAMPO ACADÊMICO	11
1.2 A EMERGÊNCIA DA JUVENTUDE RURAL COMO ATOR POLÍTICO.....	20
1.2.1 <i>Os jovens no MST</i>	23
CAPÍTULO II – A ‘VERMELHA’ SE TORNA ‘PAZ NA TERRA’	31
2.1. A ECONOMIA CANAVIEIRA E AS OCUPAÇÕES DE TERRA NO NORTE FLUMINENSE	31
2.2 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL PAZ NA TERRA	36
2.2.1. <i>Do Hospital de Guarus à Fazenda Vermelha</i>	37
2.2.2. <i>Entradas e saídas: a espiral das ocupações na Região Norte Fluminense</i>	42
2.2.3 <i>Na Fazenda Vermelha</i>	46
2.2.4. <i>A juventude na formação do assentamento</i>	50
2.3. OCUPAR, RESISTIR E... ESPERAR	52
2.3.1 <i>As famílias de Paz na Terra</i>	54
2.4 ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO: DISCUTINDO O ASSENTAMENTO	60
CAPÍTULO III – A JUVENTUDE DE PAZ NA TERRA	71
3.1 ESTUDO, TRABALHO NA “ROÇA”, TRABALHO NA CIDADE, “SERVIÇO DE CASA”	71
3.2 SOCIABILIDADE JUVENIL: ESFERAS DE CIRCULAÇÃO E GÊNERO	79
3.2.1 <i>Eventos do MST: outras esferas de sociabilidade</i>	85
3.3 HIERARQUIAS, PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO	89
3.4. O ASSENTAMENTO NA VIDA DOS JOVENS	94
3.4.1 <i>Trajéorias e perspectivas: é possível sonhar?</i>	98
CONCLUSÕES	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	116
ANEXO A – JOVENS DE PAZ NA TERRA.....	116
ANEXO B – NOTÍCIAS	124
ANEXO C – MAPAS	128
ANEXO D – FOTOS DOS JOVENS DE PAZ NA TERRA.....	1

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar como os jovens vivenciavam o processo social e político de reforma agrária, a partir do cotidiano de um assentamento rural em fase de instalação. Com esse propósito, procurei perceber como os jovens representavam o universo em questão e identificar o seu lugar no assentamento. A pesquisa de campo foi realizada no recém-criado Assentamento Rural Paz na Terra, situado no município de Cardoso Moreira, Região Norte Fluminense (RJ).

A construção de uma problemática

A motivação em realizar pesquisas com assentamentos rurais é fruto do contato que tive, desde a graduação em Ciências Sociais, com assentamentos e acampamentos rurais da Região Norte Fluminense. Especialmente, a oportunidade de participar do Projeto de Extensão “IV Estágio Interdisciplinar de Vivência em Assentamentos Rurais”¹ foi determinante para o meu envolvimento com a questão dos assentamentos rurais e meu interesse em estudá-los. A partir desse projeto conheci outras áreas de assentamentos e acampamentos, como o Assentamento Capelinha e o Acampamento Zé Pureza e, também, uma parte da história da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro.

Ao elaborar o projeto de pesquisa, meu intuito inicial era perceber especificidades dos assentamentos rurais, estes entendidos como novas unidades de produção agrícola, criadas por meio de políticas governamentais que visam ao reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASSO; NORDER, 1996:7). Considerei, também, o assentamento rural como um “objeto de estudo particular” (PALMEIRA; LEITE, 1998:139) porque, além de envolver um projeto de desenvolvimento promovido pelo estado, é fruto de investimento coletivo e de mobilização em busca da terra. A questão inicial do projeto era saber por que as pessoas se engajavam nos acampamentos e assentamentos, e em que medida isso contribuía, ou não, para mudanças de valores, posturas e visões de mundo. Interessava-me perceber as dimensões subjetivas do processo de reforma agrária e, para tal, optei por um recorte na juventude do Assentamento Rural São Domingos (RJ). Decorridas já duas décadas após a criação desse assentamento, acreditava ser possível

¹ Projeto de Extensão do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, coordenado pela professora Monica Cox. O projeto foi realizado entre os anos de 2003 e 2004.

apreender os significados, diferenças ou rupturas manifestadas pelos jovens ali presentes, em relação aos projetos de seus pais e ao passado coletivo de luta. Até que ponto a formulação dos projetos de vida dos jovens estaria referenciada no assentamento, ou orientada para ele? Estariam em curso construções de identidades como assentados e uma nova sociabilidade?

Essas questões iniciais, entretanto, assumiram novos contornos a partir do desenvolvimento do projeto e do diálogo com a bibliografia sobre juventude e assentamentos rurais e, mais ainda, a partir da mudança do local em que seria realizada a pesquisa de campo. A mudança do local se deve a outras experiências com assentamentos rurais no estado que alargaram meu horizonte sobre a questão e a problemática de pesquisa. Após concluir a graduação, havia sido convidada a trabalhar em uma equipe de assessoria técnica nos assentamentos da Região Norte Fluminense e, ao longo dos meses em que estive na equipe, me aproximei de outras áreas de assentamento rural, situadas naquela região e no entorno de Campos dos Goytacazes, coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir de conversas com técnicos, agrônomos e com militantes do MST sobre o meu projeto de pesquisa, me foi recomendado o Assentamento Paz na Terra, principalmente porque lá se encontravam “muitos jovens”.

O Assentamento Paz na Terra havia sido criado em 2005, em uma antiga fazenda produtora de cana-de-açúcar para as usinas da região, e encontrava-se em fase de instalação, à espera do parcelamento dos lotes, com os assentados ainda vivendo nos barracos de lona. Segundo informações, a maioria dos assentados era de origem urbana, pois o assentamento havia resultado de um acampamento em uma área pública, próximo ao Centro de Campos, no bairro Guarus. Apesar do perfil urbano dos jovens de Paz na Terra, pareceu-me bastante interessante entender como a juventude percebia o processo de reforma agrária em um contexto em que este ainda estava em curso. Ao lado disso, a escolha desse local para desenvolver o trabalho de campo possibilitava inserir na pesquisa a problemática da intervenção do MST no assentamento, no que diz respeito à juventude.

Contudo, a escolha do Assentamento Paz na Terra não só implicou uma abordagem mais complexa que a inicialmente proposta, como também me colocou diante de um contexto muito pouco explorado. Compreender o processo de assentamento em fase de instalação a partir da perspectiva da juventude se situava na interseção de dois campos de pesquisa em consolidação: os estudos sobre os acampamentos e assentamentos em formação e o campo de estudos sobre a juventude rural.

Apesar de formalmente assentadas, o momento de espera do parcelamento dos lotes consistia em uma situação singular, conferindo marcante ambigüidade a essa passagem do

acampamento para o assentamento e às percepções sociais dessa situação. O momento de acampamento, que precede o assentamento, tem sido entendido por diferentes autores como um ritual de passagem em que as pessoas vivem outras formas de sociabilidade (CHAVES, 2005; SIGAUD, 2006), mudança de valores e construção de identidades políticas (FERNANDES, 1996). Já o assentamento é compreendido como um processo de mudança que envolve o “desenraizamento” e o “enraizamento” em uma nova condição social (NEVES, 1997b). Questionando, em parte, esses entendimentos, busquei verificar no Assentamento Paz na Terra quais seriam as mudanças na vida e nas expectativas das famílias e dos jovens, e como todo esse processo era representado por eles. A partir dessa situação questionei como os jovens estariam reagindo a esse novo contexto – levando em consideração que grande parte deles nunca havia morado no meio rural. Como eles viam essa mudança e a perspectiva de moradia no assentamento?

Assim, para compreender o sentido do processo de assentamento rural para os jovens, parti da análise das estratégias de reprodução social das famílias de Paz na Terra (BOURDIEU, 1994, 1996) e dos sistemas de valores e práticas nas quais estavam inscritas, entendidos como um *habitus* das classes populares.

O debate em torno da noção de juventude

Logo nos primeiros meses como aluna de mestrado, por ocasião do Seminário “Juventude Rural em Perspectiva”², ficou claro para mim que meu projeto de pesquisa ia ao encontro de um amplo movimento de consolidação da categoria jovem rural. Nesse seminário foi enfatizado a novidade desse campo de pesquisa e a maior visibilidade que os jovens rurais estavam assumindo para as políticas públicas e para os movimentos sociais. A emergência da temática da juventude rural, segundo Stropasolas (2006), estaria situada numa reflexão sobre a *ruralidade* nas sociedades contemporâneas e a construção de novas identidades sociais no espaço rural, bem como nas próprias representações dos estudiosos sobre a juventude e o rural. Questões como a migração e a continuidade da profissão de agricultor (ABRAMOVAY *et al*, 1998) e do próprio meio rural tem trazido também o debate sobre os jovens rurais.

Vale dizer que a própria noção de juventude como objeto de pesquisa tem se destacado devido ao intenso debate conceitual, teórico e político acerca da mesma. Ao mesmo tempo em

² O Seminário Juventude Rural em Perspectiva foi realizado entre os dias 2 e 4 de maio de 2006, no CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, organizado por Elisa Guaraná Castro e Maria José Carneiro.

que a categoria juventude está associada à dimensão biológica representada por idades e fases de desenvolvimento do indivíduo, também está imbricada aos padrões culturais que marcam essas fases, como etapas do ciclo de vida e processos de socialização (DURSTON, 1998). O significado social da categoria juventude tem variado ao longo do tempo e dos contextos, pois a consciência e o sentimento em torno das idades da vida transformam-se segundo a percepção social sobre a família e a sociedade (ARIÉS, 1981). A juventude como fenômeno social e histórico teria assumido relevância na constituição da modernidade e da representação social sobre a mesma. Essa noção moderna de juventude, entretanto, parece ter se “cristalizado” na separação entre os “seres adultos” e os “seres em formação” (PERALVA, 1997). A juventude corresponderia, então, a uma fase complicada da vida – uma etapa de socialização marcada pelo descompasso entre as capacidades físicas de produção e reprodução, e a maturidade emocional para realizá-las.

A perspectiva citada acima é, aliás, a que predomina na forma como a juventude vem sendo tematizada e abordada socialmente no Brasil. Embora o tema tenha adquirido maior visibilidade, ainda existiria muita dificuldade para ir além da consideração da juventude como “problema social” (ABRAMO, 1997) e para olhar os jovens na sua condição de sujeitos. Algumas das visões e representações sobre os jovens já foram criticadas, também, por não incluírem a juventude de setores populares, mais considerada pelo referencial funcionalista do “desvio” e da “marginalidade inerente” à fase juvenil. A experiência dos jovens burgueses teria imprimido um conteúdo à noção moderna de juventude, daí se derivando um padrão ideal com o qual têm sido avaliadas as possibilidades de outros setores sociais de ascender à condição de “viver a juventude” (ABRAMO, 2007).

Especialmente no século XX, essa idéia de “viver a juventude” pode ser compreendida como parte de um fenômeno cultural marcado por mudanças de valores e relações sociais (HOBSBAWN, 1995). Para este autor, além de a juventude corresponder a um estágio de preparação para a vida adulta, ela teria se constituído como uma cultura dominante na sociedade, valorizada e veiculada pelos meios de comunicação, como um processo de “juvenescimento” da sociedade.

Uma das críticas mais incisivas à percepção social e às construções sociológicas que delimitam atributos inerentes aos jovens partiu de Bourdieu (1983). Para este, as fronteiras entre juventude e velhice são sempre objetos de disputa em todas as sociedades – o que definiria a juventude não seriam atributos específicos, mas as relações de dominação e de hierarquia que estruturam as posições sociais. Assim, a juventude como “apenas uma palavra” estaria desprovida de conteúdo se abordada separadamente das relações sociais na qual é

significativa. Ao ter como pressuposto que toda classificação é uma imposição de limites e de um ordenamento social, Bourdieu reforçou significativamente a perspectiva analítica relacional sobre a categoria juventude.

As perspectivas mencionadas buscam, de certa forma, desconstruir a categoria juventude, demonstrando como ela é socialmente representada e contribuindo para percebermos em que medida as diferentes visões sobre os jovens demarcam seus lugares sociais, a maneira como estão situados na família e na sociedade, sem desconsiderar a dimensão histórica e estrutural que a categoria comporta. Desta forma, a perspectiva geracional, tal como discutida por Mannheim (1982), se revela também um importante instrumental analítico. Geração corresponde a indivíduos que estão incrustados em um mesmo processo histórico social, participam das mesmas circunstâncias e estão submetidos a semelhantes padrões de experiência e pensamento. Assim, a noção de geração tem semelhança estrutural com a posição de classe, pois uma geração estaria restrita a uma gama específica de experiências potenciais. O autor promove um diálogo com a psicologia e enfatiza a importância dos contatos originais para o entendimento de processos sociais e culturais e, por isso, discorda da premissa de que as novas gerações exercem, necessariamente, um papel de ruptura e transformação na sociedade.

Em síntese, podemos entender a juventude como aqueles que vivem o mesmo processo histórico e cultural, que possuem certa identidade decorrente da faixa etária que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de forma diferenciada, pois as variáveis de gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidades, expectativas fazem parte da definição de quem é visto ou considerado jovem (HONWANA E BOECK, 2005). A perspectiva de Abramo (2005) busca integrar essas diferentes percepções. A autora propõe um olhar sobre a juventude a partir de uma dupla dimensão: a “condição juvenil”, modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, referenciado a uma dimensão histórico-geracional; e a “situação juvenil”, modo como tal condição é vivida a partir das diferenças sociais.

Assim, entendendo a categoria juventude como uma categoria socialmente construída, optei por identificar os jovens de Paz na Terra a partir do trabalho de campo, isto é, busquei identificar a maneira como juventude estava colocada no assentamento, as representações às quais estava associada e as posições sociais que demarcava. E tentei não perder de vista as semelhanças dos jovens de Paz na Terra com a juventude de uma maneira geral, seja do campo ou da cidade, compreendendo que compartilham interesses, valores e sonhos de uma geração.

A pesquisa

No desenvolvimento da pesquisa foram utilizados diferentes métodos e fontes, dentre revisão bibliográfica acerca do tema juventude rural, análise de documentos institucionais, do MST, de relatórios sobre o assentamento e do censo realizado de sua população. Por meio de visitas mensais ao assentamento, com duração de dez dias, entre os meses de julho e novembro do ano de 2007, e um retorno em fevereiro de 2008, realizei as minhas observações de campo que incluíram 30 entrevistas semi-estruturadas, sendo destas 17 entrevistas com os chefes de família, dez entrevistas com os jovens, duas com dirigentes do MST e uma com a professora da Escola Vermelha.³

A entrada inicial no campo não foi difícil, uma vez que, além de já ter estado no Assentamento Paz na Terra algumas vezes, conhecia algumas pessoas e lideranças, dentre as quais destaco Iasmim (24 anos)⁴, assentada em Paz na Terra e, na época, coordenadora Estadual da Juventude no MST. Além de ter me hospedado em seu barraco, foi Iasmim quem me forneceu as primeiras indicações para realização das entrevistas com as famílias. Minha presença no assentamento foi inicialmente associada ao Incra, principalmente pelos adultos, e a seguir com o grupo de estagiárias do serviço social que realizava um projeto de extensão no assentamento. Aos poucos ficou claro para todos que eu estava fazendo um “estudo” sobre o Paz na Terra.

Vale mencionar, ainda, que embora a entrada no assentamento tenha sido relativamente fácil, o mesmo não ocorreu quanto à entrada no “mundinho” dos jovens – estes se mostraram surpresos e arredios quanto à proposta de serem entrevistados e de terem suas entrevistas gravadas. Só aos poucos fui sendo aceita pelos jovens, à medida que participava de grupos de conversas, brincadeiras e jogos. E foi esse convívio que, ao tornar possível uma maior aproximação com o que é ser jovem no Assentamento Paz na Terra, me permitiu tentar atender aos objetivos desta pesquisa.

Como já exposto, a opção da pesquisa foi identificar a juventude a partir do trabalho de campo, sem definições prévias de faixa etária ou de outra ordem, mas pelo cruzamento das identificações de quem era considerado jovem e de quem se considerava jovem. Nesse sentido, foi relevante também perceber a juventude a partir das formas de sociabilidade (SIMMEL, 1983) e da convivência do grupo de pares (BRANDÃO, 1995). Os jovens

³ Apesar de ter realizado dez entrevistas com jovens do Assentamento Paz na Terra, sistematizei informações referentes a 12 jovens que constam em anexo (Anexo A). Dos outros informantes, as referências encontram-se no corpo do texto.

⁴ Todos os nomes dos informantes são fictícios.

andavam juntos, estudavam no mesmo colégio, realizavam atividades comuns, tais como jogar fliperama, jogar bola, tomar banho de rio, andar a cavalo, caçar passarinhos, brincar, namorar, “ficar”.

Ao longo do trabalho de campo, identifiquei no assentamento 38 “jovens” com idades entre 14 e 30 anos – 15 moças e 23 rapazes. A categoria “jovem” foi se delineando aos poucos, desde os primeiros contatos com o campo. Inicialmente, como o assentamento estava passando por problemas internos, procurei saber se minha visita seria oportuna – Iasmim respondeu-me que “se eu ficasse esperando as coisas se acalmarem” nunca conseguiria fazer meu trabalho, e que “os jovens vivem o mundinho deles e não têm nada a ver com as confusões dos adultos” – uma fala que, por si só, já diz muito sobre o lugar do jovem no assentamento.

Durante conversas com os assentados, “os jovens” apareciam associados, principalmente, à idéia de “transgressão”. Os “jovens” e “as crianças”, na fala dos adultos, eram aqueles que “não tinham educação”, “faziam muita bagunça”, faziam “coisas que não deviam” como roubar manga, tomar banho dentro da cisterna, ver as mulheres pela fresta dos barracos, usar drogas, roubar e “ensinar aos mais novos”. Juventude não era, a princípio, uma questão importante para o assentamento na fala das lideranças que, ao apontar as questões mais relevantes, se referiam a aspectos relacionados à implantação do assentamento e à infraestrutura. Uma preocupação especial com os jovens, às vezes demonstrada, estava associada ao receio da influência que poderia ser exercida por más companhias, como o caso de algumas mães, preocupadas com a possibilidade de os filhos serem influenciados por outros e começarem a usar drogas.⁵

Para Dona Bernadete, do setor de educação do assentamento, os jovens (e as crianças) eram muito ociosos, não estudavam e nem trabalhavam, não respeitavam os pais, que eram em parte responsáveis, pois davam má educação aos filhos, não impunham “respeito”. Já para Seu Rodrigo, coordenador do setor de produção do assentamento, os jovens tinham muita energia, estariam sempre querendo se movimentar, e essa energia precisava ser canalizada. Nesse sentido, ele foi um dos que buscou mobilizá-los para a produção agrícola, no intuito de dar-lhes ocupação e uma forma de geração de renda. Segundo ele, os jovens seriam os “excluídos” e teriam muita dificuldade de inserção no assentamento e para participar das instâncias organizativas e decisórias.

⁵ A questão do consumo de drogas, especialmente a maconha, apareceu em muitas conversas com os adultos, bem como a violência e o tráfico. Esses temas podem ser entendidos como fruto de experiências das quais os assentados querem se manter afastados e, especialmente, afastar os filhos. No entanto, a questão do consumo de drogas, por parte de jovens, não foi alvo de investigação e nem abordada pela pesquisa.

A primeira conversa com um jovem foi muito marcante no sentido de perceber como a juventude era representada no assentamento e como essas imagens poderiam ser reproduzidas na própria visão dos jovens. Sérgio (18 anos), antigo morador da fazenda, se referia aos outros rapazes do assentamento com distanciamento, utilizando, em tom pejorativo, termos como “molecada”, “criançada”, que segundo ele, “não querem nada”, “aprontam”, e com os quais ele não se misturava muito. Em outra conversa, com uma dirigente estadual do MST, ela conta que em Paz na Terra os jovens só são encarados como “problema” e, embora houvesse muitos jovens no assentamento, eles não estavam inseridos “organicamente” no local, ou seja, não participavam das instâncias. Essa militante levantou um questionamento: era o MST que não conseguia organizar os jovens ou os jovens que não queriam participar?

Essas falas iniciais acerca da juventude sugeriram-me como os sujeitos estavam colocados no assentamento e as representações acerca da categoria, que podemos agrupar em dois conjuntos de idéias: o jovem como “problema”, associado à “bagunça”, “falta de educação”, drogas, sexualidade, como aquele que deve ser controlado e vigiado; e os jovens “desinteressados”, aqueles que não estudam, não trabalham e muito menos estão inseridos nas instâncias organizativas do assentamento. Essas imagens construídas sobre os jovens, como “problema social”, ou mesmo como negação ou ausência, são bastante significativas da representação social sobre a juventude como sujeitos incompletos ou mesmo “incapazes de se tornarem sujeitos” (ABRAMO, 1997).

Ao longo do trabalho de campo, a categoria juventude apareceu associada a outros termos conforme os diferentes sujeitos. Como uma construção “de fora”, a partir das experiências com mediadores, a juventude era referida a “adolescentes”, o “grupo de jovens”, ou mesmo “nós, os jovens”, reconhecia a especificidade da juventude e a necessidade de organizá-la. Já termos como “criançada”, “garotada” e “molecada” eram usados entre os próprios jovens, de maneira mais solta e espontânea, pois, além de se misturarem nas falas, também o faziam na sociabilidade cotidiana, ou seja, os limites entre aqueles sujeitos incluídos em “criançada” ou “molecada” eram fluidos, em diferentes situações, “jovens” de diferentes idades conviviam ou brincavam juntos.

Nesse sentido, ao olhar para a situação particular de criação do Assentamento Paz na Terra, nos limites deste estudo de caso, acredito poder contribuir para entender e problematizar a juventude no contexto de assentamentos rurais de reforma agrária.

O primeiro capítulo da dissertação traz o debate acerca da emergência da juventude rural na produção acadêmica, como sujeito das políticas públicas e das organizações sociais no campo, muito recente no Brasil. Busco dialogar o campo acadêmico e o debate político

sobre a juventude em contextos de reforma agrária, bem como refletir acerca do lugar em que os jovens estão colocados e as especificidades dessa situação juvenil.

No segundo capítulo, apresento o processo de formação do Assentamento Paz na Terra, o perfil das famílias, suas estratégias para permanecerem no assentamento, os grupos formados, conflitos e dificuldades presentes.

E no terceiro capítulo da dissertação, trato especificamente da juventude de Paz na Terra, desde o modo como os jovens chegaram ao assentamento às diferentes esferas de seu cotidiano como trabalho, estudo, lazer. Identifico também ações e tentativas de organização da juventude por parte dos mediadores, e experiências dos jovens no MST. Por fim, discuto os sentidos e significados do assentamento rural e da categoria “sem terra” para os jovens, importantes para percepção do lugar do assentamento em suas vidas.

CAPÍTULO I – JUVENTUDE RURAL, JUVENTUDE ASSENTADA: O CAMPO ACADÊMICO E O DEBATE POLÍTICO

Temos presenciado a consolidação da categoria juventude rural no campo acadêmico e político: os jovens rurais têm sido tratados como tema de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, como atores sociais que produzem pautas e reivindicações e como sujeito de direitos, público-alvo de políticas públicas. Esse movimento amplo de consolidação da categoria juventude rural traz consigo uma série de questionamentos (e respostas) acerca de quem são os jovens rurais brasileiros, quais são suas demandas, suas formas de ação e, principalmente, sobre como abordar teoricamente uma categoria que inclui universos sociais tão diversificados. Para isso, o objetivo desse primeiro capítulo é situar a juventude dos contextos de assentamentos rurais frente aos trabalhos acadêmicos e à proposta política e organizativa do MST. Desta maneira, a partir do diálogo com a bibliografia sobre jovens rurais em diferentes contextos, busco mostrar quais as condições de vida e situações particulares que se apresentam como próprias dos jovens dos assentamentos rurais, bem como, partindo da análise de documentos do MST, o lugar reservado aos jovens nesse projeto de desenvolvimento para o meio rural.

1.1 A juventude rural no campo acadêmico

Apesar de toda a dificuldade teórica em delinear a juventude frente às diferentes perspectivas de análise, e correndo o risco de cristalizá-la ou diluí-la em uma diversidade de singularidades, tentarei identificar quais as questões e especificidades que afetam os jovens nos contextos de assentamento rural. Deste modo, parto da noção de juventude como uma categoria ao mesmo tempo social, histórica e culturalmente determinada, cujos significados remetem à forma como as sociedades estabelecem divisões entre as idades e entre as pessoas, e se expressam em formas de socialização e padrões. A primeira dificuldade analítica que encontramos, então, é no que se refere ao adjetivo “rural” para classificar os jovens rurais como uma “situação juvenil” (ABRAMO, 2005). Seria possível lidar com os jovens rurais como aqueles que vivem uma situação específica frente a outros jovens, os “urbanos”? No que consistiria essa diferença?

Embora hoje possamos dizer que os jovens rurais saíram da condição de “invisibilidade” para constituírem tema de um novo campo de pesquisas⁶, um limite a esses estudos pode ser atribuído justamente à problematização teórica sobre a categoria jovem rural. Segundo Weisheimer (2005), a categoria jovem rural muitas vezes é tomada como um grupo homogêneo em oposição ao universo urbano. Weisheimer questiona se, pelo fato de o meio rural se tornar cada vez mais complexo, e não exclusivamente agrícola, haveria sentido em trabalhar com essa dicotomia rural-urbano. Ele refere-se aos tênues limites entre campo e cidade, promovidos, sobretudo, por transformações como o maior acesso aos meios de comunicação e pelo trânsito dos jovens rurais entre distintos espaços. Outro limite apontado pelo autor, a partir do mapeamento sobre a produção acadêmica, é o predomínio de estudos de caso e análises microssociológicas e a ausência de pesquisas em âmbito nacional (ou mesmo regional) sobre a juventude rural. Estas possibilitariam parâmetros comparativos e dimensões macroestruturais dos processos sociais que afetam os jovens rurais brasileiros. Outros autores também têm chamado a atenção para esse dilema e para o desafio que o novo campo de estudos nos coloca: “enfrentar teoricamente a tensão entre a diversidade dos processos e os processos de natureza do geral” (STROPASOLAS; 2007:281). Vejamos algumas dessas diversidades.

A primeira imagem à qual o jovem rural é associado – e à qual ficou durante muito tempo restrito – consiste na do jovem filho de agricultores familiares ou camponeses. O jovem seria aquele que vive um período da vida de aprendizado, de preparação para suceder aos pais, por meio da transmissão de bens e da terra, mas também de poderes entre as gerações (CHAMPAGNE, 1979). O jovem agricultor ou camponês, como membro da unidade familiar da produção, estava associado à reprodução da mesma, cujo processo de trabalho estava indissociável da construção simbólica das hierarquias familiares entre gêneros e gerações (WOORTMAN & WOORTAMAN, 1997). Contudo, a imagem do jovem rural vem sendo modificada a partir da percepção das transformações das estratégias de reprodução das famílias de agricultores, que trazem à tona questões vinculadas à juventude rural como o êxodo rural, a crise dos processos sucessórios e a tensa relação entre campo e cidade.

A crise nos processos sucessórios na Região Sul do Brasil revelou algumas das transformações nas relações sociais das unidades de produção dos agricultores familiares, como demonstrou Abramovay (1998). Até a década de 1960, havia certa regra no padrão

⁶ É possível afirmar que atualmente há significativa produção acadêmica sobre a juventude rural no Brasil, embora esta seja bastante recente. Conforme o levantamento realizado por Weisheimer (2005) entre 1990 e 2004, houve aumento expressivo da produção acadêmica, o que indica sua tendência ascendente.

sucessório das famílias que garantia sua reprodução social – a fusão dos objetivos da unidade produtiva com as aspirações subjetivas de seus membros predominava. Os filhos de agricultor seriam também agricultores, segundo uma “ética da continuidade”, num contexto da ausência de outras oportunidades de emprego. A preservação do patrimônio familiar também consistia na estratégia de um filho, geralmente o mais novo, herdar a terra e assumir o compromisso de cuidar dos pais, enquanto para os outros filhos havia alternativas como a compra de terras em localidades próximas, ou diferentes formas de compensação. Entretanto, mudanças socioeconômicas contribuíram para dificultar a reprodução das unidades, alterando essa dinâmica de sucessão e as formas de compensação para os demais filhos e comprometendo a reprodução destes como agricultores. Além disso, esse processo teria sido acompanhado pela progressiva desvalorização da profissão de agricultor e pela saída dos jovens do campo, e, especialmente, pela evasão das jovens mulheres. As moças, por não serem sucessoras, teriam maior incentivo para sair da propriedade familiar e estariam mais livres para escolhas individuais, como estudar e morar na cidade, o que o autor entende como “parte do declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa”.⁷ Um processo que foi interpretado como a *masculinização* do campo no Brasil (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999)

Essa tendência migratória dos jovens e as características da transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares às novas gerações são questões recorrentes nas pesquisas sobre os jovens rurais, como afirma Brumer (2007). Ao fazer um balanço sobre a produção acadêmica acerca dos temas acima, a autora identificou nos estudos sobre migração duas variáveis: os atrativos da cidade e do novo ambiente, e os aspectos negativos do lugar de origem. Porém a autora chama a atenção para o fato de grande parte dos estudos centrar-se nos projetos dos jovens ou nas expectativas dos pais e questiona se essa abordagem permitiria avaliar as condições reais de sucessão, sobretudo frente à discrepância entre projeções e comportamentos efetivos dos sujeitos.

Desta maneira, a migração definitiva dos jovens no campo e a recusa à profissão de agricultor têm sido apontadas não apenas como uma tendência dos jovens de serem atraídos pela cidade por melhores oportunidades de emprego e por acesso a bens e serviços, mas associadas também aos conflitos e às relações familiares, principalmente ao lugar que os

⁷ Alguns estudos clássicos apontavam para a saída dos jovens do campo remetendo a tensões nos processos sucessórios e geracionais, como o trabalho de Bourdieu ([1962] 2002) sobre o fenômeno do celibato do filho sucessor, a recusa dos jovens à profissão de agricultor e a desvalorização da atividade. Outros fenômenos, como os clubes da terceira idade, abordados por Patrick Champagne (1979), também chamam a atenção para o mecanismo de relações entre as gerações e a luta pelo poder entre elas, os mecanismos de retardamento da sucessão, bem como o envelhecimento social como parte do problema da sucessão.

jovens ocupam na hierarquia da família. A saída expressiva das moças do meio rural relaciona-se também à maneira como se dá a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção e pela invisibilidade do trabalho doméstico – representado pela categoria “ajuda”, atribuída ao trabalho de mulheres, jovens e crianças (BRUMER, 2004). A saída dos jovens do campo poderia ser entendida como expressão de seus questionamentos e redefinições sobre o mundo rural (STROPASOLAS, 2006), mas, por outro lado, o fato de jovens migrantes questionarem valores nucleares da agricultura familiar não anularia, necessariamente, o papel do ambiente cultural rural no processo de socialização e no comportamento futuro dessa juventude. Além disso, em outros contextos rurais, a saída dos jovens pode, inclusive, fazer parte das próprias dinâmicas sociais e alternativas possíveis, como no caso da migração sazonal.

Historicamente, em contextos de escassez de terras e dificuldade de reprodução dos agricultores, a migração sazonal é uma estratégia de reprodução familiar. Diferente da situação do contexto de agricultura familiar na Região Sul, pesquisada por Abramovay, a migração dos jovens paraibanos para os canaviais de Ribeirão Preto (MENEZES; e SILVA, 2007) revela-se uma prática antiga dos agricultores, como meio de complementar a renda familiar⁸ – favorece a concretização de projetos de autonomia dos jovens, permitindo investimento no futuro e no desenvolvimento de atividades agropecuárias na localidade de origem. Para os jovens “canistas” daquela região, um dos benefícios do trabalho no corte da cana é também a aquisição de recursos para obter bens de consumo pessoais. Assim, embora a situação de extrema exploração do trabalho nos canaviais possa contribuir para que os jovens ressignifiquem o local de origem e planejem mudar de atividade, naquele contexto, essas eram as condições e possibilidades dos jovens para concretizarem seus projetos de autonomia.

O fato da vivência de condições precárias de trabalho na dinâmica de migração pendular contribuir para que os jovens ressignifiquem o espaço rural de origem também foi identificado por Eduardo Rosas (2006). O autor pesquisou a dinâmica de migração pendular de jovens vendedores de abacaxi nas cidades grandes, provenientes de localidades rurais do Espírito Santo. Para esses jovens o “interior” era representado como lugar de vida e a “cidade” como lugar de trabalho. Aqui, a estratégia migratória também não implicava rupturas com a família, mas sim um meio de dar continuidade à produção familiar e à construção de seus projetos de autonomia.

⁸ Para os agricultores nordestinos, no contexto de escassez de terras descrito por Afrânio Garcia Junior (1989), há um ciclo que oscila entre o fracionamento da propriedade e a migração para o Sul como única estratégia para acumular recursos, de forma a garantir aos camponeses sua condição de “libertos”.

As identidades e representações dos jovens acerca do meio rural também são construídas a partir da relação entre os dois universos sociais e simbólicos (rural e urbano) em um contexto de perda da importância da atividade agrícola em relação a outras atividades produtivas. Esse é o caso dos jovens filhos de agricultores em Nova Friburgo (RJ), para quem a mobilidade campo-cidade estava muito presente. Estes jovens buscavam conciliar os dois “mundos” e recriavam suas identidades “rurbanas” e projetos de vida (CARNEIRO, 1998). A autora percebe uma mudança na percepção sobre o meio rural – antes associado ao “lugar parado”, isolado, passa a ser valorizado como “espaço de vida” em oposição à cidade grande e à violência, sugerindo a reprodução por parte dos jovens de imagens construídas sobre o meio rural.

Como podemos ver, em diferentes contextos a maneira como os jovens rurais se relacionam com o campo e reelaboram seus projetos está referenciada em experiências vividas, muitas vezes fora do espaço rural. A questão sociológica da migração e da crise dos padrões sucessórios está articulada às estratégias de reprodução social e às condições socioeconômicas e culturais que traçam as possibilidades e as dinâmicas da juventude. A partir da problemática da saída dos jovens do campo, vimos a diversidade de situações e questões relacionadas aos jovens. Os diferentes estudos revelam muitas diferenças entre os jovens rurais no que concerne à região, condições de acesso à terra, formas de produção e reprodução social, relações de trabalho e relações familiares. Entre os jovens rurais se incluem todos aqueles que mencionamos, jovens filhos de agricultores familiares da Região Sul do país, jovens “canistas” da Região Nordeste, jovens filhos de agricultores vendedores de produtos agrícolas nas grandes cidades e muitos outros. O que há de comum entre todos esses jovens que vivenciam distintos contextos e situações?

Wanderley (2006; 2007), a partir da pesquisa sobre os jovens de municípios rurais em Pernambuco, sugere que a especificidade da juventude rural consiste na própria dinâmica entre espaços rurais e urbanos, entendidos não como espaços distintos e superpostos, ou diluídos entre si, mas como espaços de vida da juventude rural. A autora lança mão da proposta analítica de Helena Abramo (2005) em considerar a *condição juvenil* e a *situação juvenil*. Os jovens rurais poderiam ser definidos como aqueles que vivem o momento do ciclo de vida caracterizado pela transição entre infância e a idade adulta no mesmo contexto histórico de outros jovens, mas que possuem a especificidade de terem o meio rural como seu espaço de vida, ou seja, como marca de sua situação juvenil.

Ainda podemos dizer que o dilema “ficar ou sair” do meio rural (CASTRO, 2005) está colocado para os jovens rurais e envolve determinantes objetivos e subjetivos, dentre eles o

próprio significado que os jovens atribuem ao meio rural. No caso dos assentamentos rurais de reforma agrária, sobretudo aqueles compostos por pessoas que residiam em áreas urbanas e periferias de cidades, como se dá a questão da valorização do meio rural? Em um movimento às vezes contrário, em direção ao campo, quais os significados atribuídos ao meio rural pelos jovens assentados? Em que medida jovens saídos de bairros pobres de periferias urbanas, como o caso dos jovens de Paz na Terra, podem ser incluídos na categoria de jovens rurais?

Muitas das questões levantadas em relação aos jovens rurais também têm sido percebidas em contextos de assentamentos rurais, tais como o êxodo rural dos jovens e o problema da sucessão profissional em assentamentos rurais mais antigos, onde já é possível visualizar uma segunda geração de assentados. Esse é o caso de um assentamento no Paraná, pesquisado por Fabiano Antonio dos Santos (2006), em que o fenômeno da migração dos jovens e o envelhecimento da população, percebidos pelos próprios assentados, foram atribuídos à dificuldade de reprodução social das famílias, devido às condições de vida e de trabalho na produção do carvão vegetal, principal atividade produtiva da região pesquisada.

Embora os assentamentos rurais tenham possibilitado certa estabilidade na vida de populações marcadas por trajetórias de migrações, instabilidade e precariedade de condições de trabalho, pesquisas nacionais têm revelado uma tendência para que os futuros deslocamentos populacionais passem a envolver os filhos dos assentados, o que em parte é atribuído à escassez de terras para a reprodução de novas famílias (MEDEIROS; LEITE, 2004: 33). Diferentes pesquisas têm apontado as precárias condições de vida nos assentamentos rurais, cujos maiores problemas e embaraços aos projetos têm sido a lentidão no processo de instalação do assentamento, terras impróprias para a produção agrícola, obstáculos ao acesso de créditos para financiamento e falta de infra-estrutura (estradas, abastecimento de água, saneamento, eletricidade) – fatores que prejudicam o estabelecimento das famílias e, sobretudo, dos jovens nos assentamentos (BRAGA, 2006; MALAGOGI; MARQUES, 2007). Mas há, ainda, outros fatores que podem influir na permanência dos jovens nos assentamentos rurais, tais como o tamanho dos lotes, a proximidade com a cidade, as possibilidades de articulação de moradia no campo com o trabalho na cidade, conforme foi apresentado por Alentejano (2003).

A população que compõe os assentamentos rurais no Brasil é bastante diversificada – nela se incluem desde pequenos agricultores familiares, trabalhadores rurais, posseiros, trabalhadores sazonais a desempregados urbanos e aposentados. Há diferenças regionais significativas que contribuem para as estratégias de reprodução social e para o perfil dos assentados. Nos estados em que os processos de urbanização foram mais agudos, como Rio de

Janeiro e São Paulo, grande parte do público da reforma agrária é composto por pessoas que residiam em localidades urbanas, sobretudo nos municípios próximos às áreas dos assentamentos. Já em outras regiões do país, especialmente na Região Norte, a participação de migrantes na composição da população de assentados é bastante expressiva (MEDEIROS; LEITE, 2004).

Nos assentamentos rurais situados em regiões mais urbanizadas, os beneficiários articulam distintas estratégias de geração de renda, além do trabalho agrícola. O perfil dos assentados rurais do Estado do Rio de Janeiro foi objeto de algumas pesquisas acadêmicas. Verificou-se que o assentado da reforma agrária “adotava formas múltiplas de obtenção de renda, não para reproduzir-se enquanto camponês”, mas para reproduzir-se como “rurbano”, ou seja, aquele que portaria uma face camponesa e ao mesmo tempo operária (MENEZES, 1991). Assim sendo, a “volta ao campo”, a partir da entrada nos assentamentos, não significava um processo de *recampesinação*, mas um movimento marcado por essa dualidade.

No caso do Assentamento São Domingos, na Região Norte Fluminense, Borges (2004) percebeu as fluídas fronteiras entre o assentamento e o município mais próximo e a circulação cotidiana das famílias entre os diferentes espaços, o que lhes daria essa dinâmica “rurbana”. Nesse contexto, os jovens tinham perspectivas de articular a moradia no campo com o trabalho externo, e não com o trabalho na agricultura e nos lotes dos pais. E, apesar da constatação da saída dos jovens do assentamento, a questão da sucessão profissional não estava colocada como um problema para as famílias, justamente por conciliarem diferentes estratégias de reprodução social e geração de renda.

O grau de participação e envolvimento dos jovens nos lotes junto a seus pais é bastante diferenciado. No que se refere à dinâmica cotidiana das famílias assentadas, tem sido observada uma tendência à reprodução da divisão sexual e etária do trabalho no interior das unidades familiares. Os jovens rapazes têm uma maior inserção no trabalho agrícola, bem como em outras atividades externas, e as moças são responsáveis pelos serviços domésticos (CASTRO, 2005; VIEIRA, 2006). Como podemos ver, muitas são as semelhanças entre os jovens rurais em geral e os jovens inseridos nos assentamentos. Mas o que, em relação a estes últimos, seria específico?

A despeito das diferenças regionais e econômicas, existem algumas especificidades da situação dos jovens em contexto de assentamento. A primeira reside no fato de o assentamento se tratar de um projeto governamental, o que implica direitos e deveres. Vale lembrar que até o momento da emancipação e titulação do imóvel rural, os assentados possuem apenas uma concessão de uso restrito, regulado conforme critérios estabelecidos

pelos órgãos responsáveis. No caso de falecimento do titular do lote, a transmissão da concessão de uso aos filhos depende do atendimento aos critérios para ser beneficiário da reforma agrária, tais como ser maior de idade, não ser funcionário público, não ter renda acima de três salários mínimos, não ser inválido e nem ser ex-beneficiário de programa de regularização fundiária⁹. Só após a titulação definitiva do imóvel a transmissão do patrimônio e herança passa a seguir as disposições do Código Civil vigente.¹⁰

Outra especificidade da situação de assentamento rural decorre dos processos de mudança social envolvidos. As mudanças podem ser apenas espaciais, sem alterar (ou muito pouco) relações de trabalho e condições de vida, mas também podem corresponder a mudanças em suas condições sociais, como o caso da conversão de “ex-moradores de engenho” ou “trabalhadores de usina” em assentados da reforma agrária, abordado por Malagodi e Marques (2007). Estes autores estudaram a juventude de assentamentos na região do Brejo Paraibano, região onde a decadência da agricultura canavieira e a conversão de fazendas improdutivas em assentamentos de reforma agrária redefiniram os espaços agrários, como na região em que se localiza o Assentamento Paz na Terra. No contexto da transformação da condição de trabalhadores das usinas para assentados de reforma agrária, esses autores perceberam que a juventude possui diferenciadas estratégias de reprodução social, reelaboradas a partir das experiências de trabalho nas cidades, principalmente em situações de intensa exploração da força de trabalho. Os autores ressaltam também como projetos promovidos dentro dos assentamentos, veiculados por organizações não-governamentais e universidades, como experiências coletivas com agricultura, por exemplo, contribuíram para um processo de ressignificação do meio rural para os jovens.

De certa forma, se processos de exploração e condições de trabalho degradantes a que muitos jovens rurais se submetem contribuem para a atribuição de novos significados ao meio rural, como lugar de vida, os processos de luta pela terra também parecem contribuir para maior valorização do meio rural por parte de jovens. Castro (2005), em sua etnografia acerca das construções da categoria jovem em um assentamento rural da Baixada Fluminense, chama a atenção para o quanto a participação em períodos de mobilizações e ocupações de terra havia contribuído para a configuração de uma identidade rural valorizada, sobretudo por

⁹ O critério de prioridade está ordenado segundo o tamanho da família, força de trabalho da família, idade do candidato, tempo de atividade agrícola, moradia no imóvel, moradia no município, tempo de residência no imóvel, renda anual da família (INCRA, 2005).

¹⁰ Entretanto, questões como herança, a passagem do lote dos pais para os filhos e o processo de emancipação dos assentamentos rurais são temas ainda pouco abordados nas pesquisas acadêmicas e não há material sistematizado sobre essas questões.

jovens de origem urbana. Esse pode ser considerado, então, um terceiro aspecto que diferencia a juventude dos contextos de assentamentos – o envolvimento em processos de mobilização social. É recorrente encontrarmos nas pesquisas referências sobre a participação política dos jovens e das identidades sociais vinculadas. Alguns autores, inclusive, partem do princípio de que a especificidade dos assentados consistiria no saber social diferenciado e elaborado a partir de práticas políticas vividas no movimento de luta pela terra (ANDRADE, 1998). A participação dos jovens em ocupações de terra, acampamentos, mobilizações, atos públicos e acampamentos em muitos casos constitui um processo de formação de lideranças nas áreas de acampamentos e assentamentos, ou ainda de formação de militantes para as organizações sociais do campo. No acampamento pesquisado por Loera (2006) havia grande participação da juventude nas atividades do MST que comparecia no lugar de seus pais, e muitos deles tornaram-se militantes. A autora observa que ser militante do MST estava associado também à possibilidade de acesso à cultura, por meio de cursos e viagens, organizados pelo movimento. Nota-se, também, que o contato com diferentes mundos e contextos promove diferenças entre jovens militantes e os demais jovens de seus acampamentos e assentamentos de origem (PAIVA, 2006; CASTRO, C, 2005).

Contudo, se ao longo dos processos de reforma agrária muitos jovens engajaram-se em movimentos sociais, o que vem sendo percebido no interior dos assentamentos é bastante diferente. A pouca inserção dos jovens, seja na atividade agrícola ou em instâncias políticas como associações e coordenações, vem sendo identificada pelos pesquisadores. Principalmente no que se refere à participação das moças, observa-se uma mudança de atuação em relação ao período de acampamento – ainda que durante aquele período fossem atuantes e participativas, nos assentamentos ficam restritas aos afazeres domésticos, com pouco envolvimento com os novos desafios que a conquista da terra trouxe para as suas vidas (CASTRO, E, 2005). Os jovens se queixam por não terem espaço de participação ou reconhecimento, o que, além de revelador da sua posição nesses contextos, é um contraponto à imagem dos jovens como “irresponsáveis” e “desinteressados” (CASTRO, E, 2005; BORGES, 2006). A noção de juventude como fase transitória, problemática e ambígua, na condição de ser *em formação* que precisa ser orientado, vigiado e até mesmo controlado, presente em nossa sociedade, também é relatada nos diferentes estudos sobre jovens assentados.

Assim, no que tange ao lugar da juventude nos assentamentos, diferentes pesquisas identificam uma distância existente entre a dimensão política da reforma agrária e os processos percebidos em seu campo, ou seja, entre a intervenção dos movimentos sociais e de

outros agentes, governamentais e não-governamentais, e a dinâmica cotidiana dos assentamentos. Branco (2004) adverte que a conquista de um território (o assentamento) não significa que a sociedade tenha reservado um “lugar” de direito para os jovens e crianças que ali vivem. Essas questões são relevantes não apenas para tentar entender o lugar dos jovens nos assentamentos, mas também para romper com expectativas acerca de uma nova sociabilidade política construída no processo de reforma agrária.

Em síntese, compreende-se que os jovens, rurais ou urbanos, assentados ou militantes, compartilham valores e uma cultura comum ao momento histórico em que vivem, referentes à posição que estão situados na sociedade por sua condição juvenil, como assinalado por Wanderley, mas a juventude rural possui uma especificidade que é vivenciar a mobilidade, espacial e simbólica, entre universos rurais e urbanos, expressa tanto na dinâmica cotidiana, como nas identidades e formulações de projetos de vida. Os jovens em contexto de reforma agrária, assim como os jovens rurais, também transitam entre espaços rurais e urbanos e têm o espaço rural como espaço de vida, entretanto, podemos dizer que em relação a estes há ainda outra especificidade, se considerarmos que o processo de assentamento rural implica para muitos o próprio movimento de *tornar-se* jovem rural, especialmente para jovens que nunca tiveram experiências com agricultura e sempre residiram nas cidades, em bairros pobres e favelas.

Vimos até aqui algumas das questões centrais que têm sido colocadas pelas pesquisas e estudos acadêmicos sobre a juventude rural e os jovens em assentamentos de reforma agrária. Agora veremos como os jovens rurais aparecem nos projetos de desenvolvimento para o campo, especialmente para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e as principais questões e debates aos quais estão relacionados.

1.2 A emergência da juventude rural como ator político

A juventude rural tem se tornado tema de debates e reflexões não apenas acadêmicas, mas também nos debates políticos sobre o desenvolvimento do meio rural brasileiro. No campo das políticas públicas, o tema da juventude assumiu maior relevância a partir da década de 1990, com a mobilização em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente, relacionado, em grande medida, às situações de risco social e vulnerabilidade, às quais crianças e adolescentes das classes pobres estavam expostos, especialmente os dos meios urbanos.

Contudo, apenas em 2004, a questão dos jovens se destaca na formulação de políticas públicas a partir da criação do Grupo Interministerial de Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Em 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude, com o objetivo de elaborar políticas voltadas para a população jovem, e no mesmo ano, foi criado um órgão consultivo, o Conselho Nacional da Juventude, fruto do debate promovido por entidades representativas da juventude, urbana e rural. Com o objetivo de estabelecer um diálogo com a sociedade civil, o Conselho foi composto por 2/3 de representantes da sociedade civil (diversas entidades, organizações e movimentos sociais do campo e da cidade) e 1/3 de representação governamental.

A própria idéia de Políticas Públicas para Juventude (PPJ) é nova no Brasil, como afirmou Regina Novaes no Seminário “Juventude Rural em perspectiva”, sendo parte de um movimento de “invenção” da juventude como “sujeitos de direitos”, a partir da ação de mediadores e por iniciativa de determinados movimentos juvenis. A inclusão da juventude nas políticas públicas fundamenta-se no entendimento de que os jovens são “os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI” (SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006: 6) e num olhar sobre a juventude que reconhece a heterogeneidade dos jovens como segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional.

No que se refere às políticas para a juventude no meio rural, estas se inscrevem no conjunto de medidas formuladas pelos distintos Ministérios, direcionadas para garantir o acesso à terra, financiamentos e escolarização.¹¹ A juventude rural aparece também como parte do público-alvo do II Plano Nacional de Reforma Agrária (IIPNRA), lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2004, onde é reconhecida a “diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade” (MDA, 2004: 8).

Para os movimentos sociais e organizações de trabalhadores rurais, a juventude também é uma nova categoria que tem sido incorporada tanto no interior das organizações, a partir da construção de espaços e esferas de atuação específica dos jovens, como também fora

¹¹ As principais políticas orientadas para a juventude rural são: a linha de financiamento do Programa de Crédito Fundiário, intitulado “Nossa Primeira Terra”; a linha de investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para os jovens, chamado “Pronaf-Jovem” e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

das mesmas, por meio de formulação de reivindicações frente ao poder público. Segundo Elisa Castro (2008), o ano 2000 pode ser considerado um marco da emergência da categoria juventude nas organizações sociais do campo, pois até mesmo para os que já trabalhavam com juventude, como a Pastoral da Juventude Rural (PJR) criada em 1983, a novidade consistiu em uma série de eventos, de caráter nacional e massivo, direcionada para os jovens.

No Seminário “Juventude Rural em Perspectiva”, onde estavam presentes representantes do Governo Federal, do Conselho Nacional de Juventude e jovens lideranças dos movimentos sociais e organizações sindicais do campo (MST, Contag¹², Fetraf¹³), o tema das políticas públicas para a juventude rural foi bastante debatido. As jovens lideranças presentes nesse seminário revelaram algumas pautas comuns de reivindicação como a defesa da reforma agrária, expansão e fortalecimento da agricultura familiar e educação no campo, bem como suas críticas às políticas. Chamaram atenção para os entraves à execução das políticas voltadas para os jovens e para a incapacidade de atenderem às suas necessidades. Em relação à linha de investimento, o Pronaf–Jovem, a crítica incidiu sobre o critério de capacitação técnica exigida, o que acabaria por excluir parte significativa da juventude rural¹⁴. O Pronera¹⁵ também não estaria atendendo à realidade da juventude no campo, por não estar articulado às outras políticas públicas, tais como a assistência técnica rural. Os jovens reivindicavam uma educação voltada para o meio rural e para os assentamentos, que incorporasse temas como a agroecologia, a cooperação agrícola e o desenvolvimento da agroindústria no campo.

A proposta de crédito fundiário, programa “Nossa Primeira Terra”¹⁶, como alternativa complementar à reforma agrária, era um tema polêmico no debate entre os movimentos sociais rurais e as organizações sindicais. A Contag e a Fetraf mostravam-se favoráveis ao programa. Segundo os jovens da Contag e da Fetraf, essa política seria uma maneira de

¹² Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

¹³ Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

¹⁴ O “Pronaf-Jovem” é uma linha de financiamento para jovens agricultores familiares entre 16 e 29 anos e que tenham como objetivo o desenvolvimento de atividades agrícolas ou outros investimentos no campo, como turismo rural e artesanato. Há um critério para que estejam cursando último ano em centros familiares de formação ou escolas agrotécnicas de nível médio, ou que tenham participado de algum curso ou estágio de formação profissional (MDA, 2005).

¹⁵ O Pronera é uma política do Governo Federal executada pelo INCRA, desde 1998, em parceria com governos estaduais e municipais e com organizações dos trabalhadores rurais e movimentos sociais. O objetivo do programa é “reduzir o índice de analfabetismo de jovens e adultos trabalhadores (as) rurais, residentes nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária e promover a elevação do seu nível de escolarização formal, ampliando o acesso ao ensino fundamental e médio, priorizando uma oferta associada à formação técnico-profissional.” (MDA, 2004:33)

¹⁶ O “Nossa Primeira Terra” consiste em uma linha de financiamento para aquisição de terras, voltado para os jovens sem terra, filhos de agricultores familiares entre 18 e 28 anos. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/>, acessado em junho de 2008.

garantir ao jovem acesso a terra em regiões onde o processo de desapropriação é inviável. O MST e os outros movimentos da Via Campesina apresentaram postura crítica ao programa, pois este implicaria em um “endividamento” dos jovens. Para o MST a política para juventude seria a política por reforma agrária como distribuição de terra, e essa linha de crédito seria uma medida de natureza compensatória.

Importante enfatizar que essas diferenças entre os movimentos estavam marcadas também por diferentes concepções acerca da especificidade do jovem rural como sujeito de direitos e como ator político dentro de suas organizações. Nesse seminário foi possível identificar diferentes leituras acerca da categoria juventude rural. A percepção da Fetraf como a da Contag caminhava no sentido de afirmar a especificidade da situação dos jovens no campo frente aos jovens da cidade. Essas duas organizações parecem ter incorporado a categoria “juventude rural” de forma coerente com suas bases sociais: agricultores familiares e trabalhadores rurais. Já o MST e os movimentos da Via Campesina não investem na categoria juventude rural nem em sua especificidade, mas em “juventude da classe trabalhadora”, relacionada às bases mobilizadas pelo MST (trabalhadores rurais e urbanos) e as alianças que estas organizações têm estabelecido com setores urbanos.

No entanto, não foi possível analisar como a juventude rural tem se tornado categoria política e identitária em todos os movimentos e organizações sociais do campo e, por isso, o foco da dissertação residiu no entendimento da categoria para o MST. No próximo tópico, por meio de documentos produzidos pelo MST e falas de algumas lideranças, busco compreender as idéias e concepções de juventude e juventude rural que permeiam suas ações e o lugar atribuído aos jovens.

1.2.1 Os jovens no MST

Os jovens aparecem nos primeiros documentos históricos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹⁷ a partir da constatação da sua não-participação e

¹⁷ O MST foi criado a partir do entrecruzamento de diversas lutas e processos de resistência no país desde os trabalhadores atingidos por barragens, colonos do Sul que retornavam de programas de colonização na Região Norte, uma série de ocupações de terra isoladas (MEDEIROS, 1989). O MST foi formalizado em 1984 durante o I Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesse primeiro encontro estavam “sem terras” de diferentes estados do Brasil, agentes pastorais, sindicalistas e outros assessores, cuja definição da base social desse novo movimento compreendia os trabalhadores rurais sem terra, os arrendatários, meeiros e pequenos proprietários. Definido como um movimento de massa, cujo lema “Terra não se ganha, se conquista”, o MST pode ser entendido como fruto da articulação, ao final da década de 1970 e 1980, de movimentos que tinham as ocupações de terra como uma das suas expressões e eram marcadas pela influência da Igreja (MEDEIROS, 1989).

não-inserção nos assentamentos e no próprio movimento ¹⁸. O documento mais antigo em que foi identificada uma menção à juventude data de 1986, o caderno de formação produzido pela Comissão Nacional dos Assentados do MST. Nesse caderno, ao apresentar a síntese do II Encontro Nacional dos Assentados, em seu último item, “Decisões em relação à participação dos jovens”, há orientações para a realização de discussões nos assentamentos com o tema “o valor do jovem da roça” e a organização de comissões de jovens e assembléias nos assentamentos rurais, assim como garantia a representatividade da juventude na Comissão Nacional dos Assentados, com a participação de um jovem (MST, 1986). No Plano Nacional do MST – 1989 a 1993, dentre as orientações para a organização da sua base social encontramos: “garantir maior participação das mulheres e dos jovens em todos os níveis da luta para conseguir maior crescimento ideológico da classe trabalhadora” e, ainda, que fossem criadas as condições para sua participação e inserção em todas as instâncias do MST (MST, 1989).

Nas orientações para o 3º Congresso Nacional do MST é reafirmada a participação dos jovens: “levar em conta a necessidade da presença de mulheres (50%) e também jovens, mas não há critérios definidos” (MST, 1995a). Mas em julho do mesmo ano, no Programa de Reforma Agrária do MST, algumas preocupações acerca da juventude começam a ser sinalizadas no que concerne à associação dos jovens ao problema do êxodo rural frente às mudanças nas relações sociais do campo (MST, 1995b). Nesse documento, na apresentação do programa de reforma agrária do MST, a reforma agrária aparece como instrumento para levar a industrialização ao interior do país, gerando mais empregos e criando maiores oportunidades para a juventude. Na proposta relativa ao desenvolvimento social, esse programa previa a alfabetização de jovens e adultos e garantia da escola pública gratuita até o segundo grau. Também, ao definir os setores beneficiários de diretos da reforma agrária, identificamos a “juventude em geral, que terá maiores oportunidades de emprego, educação e a perspectiva de um futuro digno” (MST, 1995:27).

Na cartilha do 4º Congresso do MST (MST, 2000) os jovens já aparecem associados ao problema da formação de novos militantes. Ademar Bogo, em um artigo sobre os desafios permanentes do MST, ao tratar da importância da distribuição de tarefas para que os jovens assumam atividades de liderança, comenta: “temos tido notícias de que há muitos jovens que não sabem o que fazer depois que voltam dos cursos e ficam dentro dos assentamentos ‘sem

¹⁸ Importante enfatizar que não cabe resgatar toda a história do MST nos limites dessa pesquisa. Isso já foi demasiadamente trabalhado em outros autores como Fernandes (1996). A proposta aqui é apresentar como a juventude aparece ao longo de sua história.

fazer nada’”. Assim, alerta para o fato de os jovens que realizam os cursos de *formação política*¹⁹ não estarem atuando dentro dos assentamentos na organização das famílias.

Em uma cartilha do ano seguinte, em que é apresentada a proposta de organização dos assentamentos do MST, há novamente referências à juventude (MST; CONCRAB, 2001). Para o MST, a organização dos acampamentos é crucial para o desenvolvimento dos futuros assentamentos rurais. A proposta consiste em tentar por meio de uma forma de organização social “projetar as lutas dos camponeses para além da dimensão macro econômica corporativa” (e familiar), visando construir uma “nova estrutura social”, como um “laboratório de formar consciências sociais”. Nessa cartilha há a reflexão de que um dos limites na organização dos assentamentos rurais tem sido a predominância de uma visão masculina do mundo e do lote individual familiar, e uma visão organizada a partir do enfoque econômico, deixando outros aspectos da vida social em segundo plano. Os jovens são citados de duas formas: para serem estimulados a se organizarem em grupos para cooperação agrícola e beneficiamento de produtos agrícolas (assim como as mulheres); e também no que concerne à dimensão cultural e à sociabilidade dentro dos assentamentos. Conforme o documento, os assentamentos com o passar do tempo transformam-se em “cemitérios”, lugares em que as pessoas pouco conversam e se divertem, ou seja, com poucos espaços e contextos de sociabilidade coletiva. E os jovens e mulheres seriam os que mais sofrem com isso. Desta forma, a orientação é para que fossem organizados com os jovens grupos de teatro e rádios comunitárias (MST; CONCRAB, 2001).

Esses documentos, em grande medida, estavam dialogando com os militantes, os “companheiros” ou “assentados”. Mas podemos perceber que, ao longo desses anos, a imagem e o lugar atribuído aos jovens se modificam. Primeiramente associada à sua não-participação nos assentamentos e atividades do MST; depois a juventude passa a representar alguns problemas relativos à própria reprodução dos assentamentos e do movimento, como o êxodo rural e a pouca atuação de jovens que realizaram cursos de formação pelo MST nos assentamentos. Ainda, a imagem da juventude aparece também associada a atividades não-agrícolas, como beneficiários da industrialização do campo, e como aqueles que devem desenvolver atividades de cooperação agrícola ou outras fontes de renda. Por fim, identificamos a associação da juventude ao lazer e cultura como dimensões propriamente juvenis.

¹⁹ Segundo Ademar Bogo, “a formação política está ligada à formação da consciência política das pessoas que fazem parte de uma organização” (MST, 2000: 27).

Carmen Castro (2005), também identificou que nos primeiros anos de existência do MST havia uma preocupação com os jovens que passava pelo seu reconhecimento e sua especificidade (assim como crianças e mulheres). A juventude não era colocada como categoria nos trabalhos produtivos em acampamentos e assentamentos; nem sua atuação nos processos políticos e culturais, ou sua participação e representação nas pautas políticas específicas em diferentes espaços do movimento. Até então os jovens faziam parte da preocupação e pautas específicas de alguns “setores” do MST como o setor de educação, comunicação, cultura e formação, cujas atividades estavam relacionadas à educação e escolarização e à formação político-ideológica, num processo também educativo de inserção dos jovens no MST.²⁰

Na leitura de Castro, após dez anos do surgimento do MST, há um redirecionamento das suas ações para além das demandas de terra, simbolizado pelo lema do 3º Congresso “Reforma Agrária: uma Luta de Todos”. Nesse contexto foi realizada a primeira atividade nacional com a juventude do MST, o I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural, na Universidade Estadual de Campinas, em julho de 1999:

O evento foi concebido para jovens, quem sabe militantes ou simpatizantes, e, segundo a convocação, dirigido à ‘formação’ e ao ‘estudo’ de temas da história social, política e cultural do Brasil. No entanto, esse Curso representou, pela primeira vez, em âmbito nacional, o reconhecimento da especificidade juvenil no MST e a destinação de um trabalho ‘formativo e massivo’ para jovens. Algumas experiências estaduais, como no Rio Grande do Sul e no Maranhão, já se haviam realizado, até com certa frequência de cursos e até encontros de jovens, alguns desses eventos inspirados em experiências mais longas de atividades juvenis nas igrejas, como Grupos de Jovens e ‘Encontrões’. (CASTRO, C, 2005: 102)

Além do curso de Realidade Brasileira para Jovens, realizado nos dois anos subseqüentes, em 2000 o MST participa do I Congresso Nacional da Juventude Rural, organizado pela PJR. E, em 2002, é realizado o I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade, ocorrido simultaneamente em diferentes estados²¹.

Houve outras experiências voltadas para a juventude do campo em articulação com a juventude da cidade, em nível nacional e estadual. Uma delas foi o 1º Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária, realizado em 2004, na

²⁰ Nacionalmente, o MST está estruturado em duas instâncias organizativas e políticas: Coordenação Nacional, formada por todos os coordenadores de acampamentos, cooperativas, que têm como tarefa representar o movimento e tomar as decisões políticas; a Direção Nacional, cuja tarefa consiste em formular estratégias e táticas do movimento, propondo-as à Coordenação Nacional (Chaves, 2000: 51). O outro eixo sobre o qual se organiza o MST são os “setores” e os “coletivos”, que operam em uma lógica da divisão funcional do trabalho. Embora existam os setores prioritários para o MST como educação, formação, produção, os setores variam conforme estado, região e situação ou evento.

²¹ Ao final do ano de 2006 foram realizados novamente encontros da juventude do campo e da cidade em diferentes estados do Brasil.

Universidade Federal Fluminense, Niterói. Esse encontro foi fruto da articulação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) que assumiu o desafio de ampliar a participação juvenil no espaço de construção coletiva dos movimentos sociais. Nesse evento, há uma concepção de juventude como uma das principais vítimas da política macroeconômica do governo, que atende aos interesses do capital financeiro (bem como as mulheres e a população afro-descendente).²²

Contudo, em relação à organização da juventude no MST, o ano de 2006 pode ser considerado um marco da criação de uma instância dentro da organização para os jovens. Essa instância é o Coletivo Nacional de Juventude do MST, composto por um representante de cada estado. Ao mesmo tempo, é criado o Coletivo Nacional de Juventude da Via Campesina (PJR, MPA, MAB, MMC, MST, FEAB)²³, que realiza no mesmo ano, o I Seminário da Juventude da Via Campesina. A estratégia de organização da juventude tem sido desde então a articulação entre diferentes movimentos do campo e da cidade, por meio da categoria aglutinadora “juventude da classe trabalhadora”. No Seminário Juventude Rural em Perspectiva, em 2006, João Paulo, membro da direção nacional do MST, pontua:

João Paulo – O MST compreende que para discutir a juventude não pode fazer um recorte e discutir só o tema da juventude no meio rural. Nossa juventude passa por problemas da mesma natureza que a do meio urbano e, parte dela, participa de um processo muito grande de migração; ora está no campo e ora está na cidade. (CARNEIRO; CASTRO, E, 2007: 88)²⁴

João Paulo destaca que o MST não privilegia a distinção entre jovens rurais e jovens urbanos e aponta que grande parte dos problemas e demandas dos jovens são os mesmos, sobretudo em relação aos temas que unificam campo e cidade: educação; trabalho e geração de renda; cultura e lazer (CARNEIRO e CASTRO, 2007).

Atualmente, a principal ação nacional do MST com a juventude é o Programa Nacional de Formação da Juventude da classe trabalhadora, proposto pela Coordenação Nacional da Juventude Via Campesina e a Escola Nacional Florestan Fernandes, lançado em 2007. O programa se coloca como uma nova experiência e consiste em cursos de formação política com jovens do campo e da cidade, atos e mobilizações conjuntas em torno dessas pautas relacionadas à juventude. O objetivo do programa é unificar o estudo a partir do

²² Disponível em www.mst.org.br/mst/ pesquisado em junho 2008.

²³ Os movimentos sociais do campo que compõem a Via Campesina Brasil são respectivamente: Pastoral da Juventude rural, Movimento Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

²⁴ Transcrição da fala de João Paulo Rodrigues, dirigente do MST, na sessão “Políticas públicas, direitos e participação”, moderada por Marilda Menezes, no Seminário Juventude Rural em Perspectiva, CPDA, 2006.

método materialista histórico-dialético, estudar os clássicos da realidade brasileira, fomentar e fortalecer o trabalho de base, a educação popular, a organização política e a participação da juventude (ENFF; VIA CAMPESSINA, 2007).

Apesar desse processo de consolidação da categoria juventude como categoria aglutinadora de uma ação política dos jovens no MST, até hoje esse movimento não tem uma definição própria de juventude ou mesmo uma faixa etária com a qual opera, que varia conforme o evento e a situação. Nas palavras dos dirigentes o “MST foi formado por jovens”, no que se refere às idades dos militantes que fundaram a organização e os que foram formados a partir das experiências dos acampamentos e assentamentos, ao final da década de 1980 e início de 1990 (CASTRO, E, 2008). Entretanto, a maior parte dos dirigentes da organização possui uma leitura geracional da formação dos quadros e militantes do MST, na qual a noção de *geração* está baseada não na idade, ou faixa etária, mas a partir da entrada no movimento e da conjuntura histórica e política. Ou seja, a perspectiva é similar a elaborada por Karl Mannheim, como observou Elisa Castro, e compreende a auto-identificação de grupos geracionais que compartilham realidades similares num dado contexto histórico. A partir dessa leitura, o MST teria sido composto por três gerações de militantes: a geração fundadora; a geração que se forma a partir da constituição dos primeiros assentamentos; e uma geração mais nova que é composta por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano.

É possível afirmar que a concepção de juventude para o MST passa a ser a mais bem delineada nos marcos do ano 2000 e, com o processo de organização da juventude, novas imagens são acionadas. Podemos arriscar dizer que o momento em que a juventude emerge como categoria aglutinadora de ação política no MST corresponderia a essa abertura do MST aos jovens do meio urbano, à sua terceira geração e, ainda, ao direcionamento político para a articulação da classe trabalhadora, do campo e da cidade.

Além da importância da juventude para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, as imagens vinculadas aos jovens os associam àqueles que conduzem os processos revolucionários. Um símbolo importante que tem sido vinculado à juventude, e que representa o jovem revolucionário, é a figura de Che Guevara e o seu pensamento, cujos valores como trabalho voluntário, disciplina, espírito revolucionário são enfatizados (CASTRO, C, 2005). Essa imagem fica bastante evidente na fala de Gilmar Mauro, membro da Direção Nacional do MST, em uma entrevista realizada por Elisa Castro, durante o I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade no Rio de Janeiro, em 2006:

Gilmar Mauro – Nós necessitamos muitos militantes, muitos mais, e a juventude é a [...] raiz, tá numa fase inclusive de auto-afirmação. Ela é mais liberada, mais livre, está aberta, gosta de assumir tarefas, gosta de assumir responsabilidades. Então o que a gente tá querendo é resgatar a auto-estima [...], resgatar a mística da juventude, essa coisa que é muito natural, muito espontânea na juventude que é de rebeldia, de conspiração, né, de desobediência civil, de botar fogo, de botar fogo no bom sentido no Brasil. (CASTRO, E, 2005: 364- 365)

Essas imagens e representações sobre os jovens se inscrevem no contexto político em que está colocada a necessidade de mobilizar e reconhecer a ação dos mesmos como novo ator. Contudo, há uma imagem romantizada acerca da juventude que a cristaliza em algumas características como: liberdade, espontaneidade e rebeldia. Porém Gilmar Mauro reconhece que a realidade encontrada nos assentamentos e acampamentos rurais é muito diferente dessa expectativa:

Gilmar Mauro – Nós, embora tenhamos sempre trabalhado com prioridade da juventude – a nossa militância é basicamente jovem –, mas ainda há muito o que fazer. Porque na maioria dos assentamentos, depois que é assentado, os jovens geralmente perdem muito espaço. Porque do ponto de vista econômico geralmente os pais é que estão assentados, são eles que recebem os créditos etc. (CASTRO, E, 2005: 364- 365)

Essa fala vai ao encontro do que temos visto na literatura acadêmica sobre os jovens nos assentamentos rurais, pois, após o processo de luta pela terra, as relações de desigualdades entre gênero e as gerações tendem a ser reproduzidas. Nesse sentido, João Paulo também ressalta a necessidade de repensar os assentamentos rurais e o lugar dos jovens nos mesmos:

João Paulo – Infelizmente não conseguimos avançar no plano nacional de reforma agrária para olharmos o assentamento e as pessoas que dele fazem parte. Hoje, olhamos os donos do cadastro e não as pessoas, que se tornam invisíveis e passam despercebidas. O que se contabiliza é o número de famílias que o governo assentou. Mas quantas pessoas compõem essas famílias? Não há instrumentos por parte do INCRA, do governo, e muito menos dos movimentos sociais – que têm muitas limitações – que consiga dar respostas a esses problemas e os jovens que fazem parte dos assentamentos. (CARNEIRO e CASTRO, 2007: 88)

Como apresentado nesse capítulo, a categoria juventude vem passando por um processo de institucionalização no Brasil, a partir do reconhecimento de sua especificidade como segmento da população. A categoria converte-se em categoria oficial, em campo de saber, ao mesmo tempo em que é um princípio de percepção do mundo social, e de auto-identificação de grupos sociais (BOURDIEU, 1983, 1996).

Essa mudança na percepção social sobre a juventude também tem alcançado a juventude rural. Embora não seja possível aqui, e tampouco é o meu objetivo, realizar um

gênese da categoria, vale assinalar que há pontos de convergência entre as diferentes apreensões sobre os jovens rurais e, sobretudo, uma convergência do momento em que os diferentes atores voltam-se para a juventude do meio rural.

A preocupação com a juventude rural tanto no campo político como acadêmico e sua conversão em sujeito das políticas públicas com questões específicas é fenômeno bastante recente e atual, ainda em curso. Desta forma, é importante chamar a atenção em como os novos recortes e abordagens acadêmicas têm dialogado com os problemas socialmente construídos ao identificar, por exemplo, as problemáticas que afetam o desenvolvimento rural como a saída dos jovens do meio rural, e contribuir para a formulação de políticas públicas e novas pautas de luta.

Entretanto, as representações sociais que os diferentes atores têm formulado em relação aos jovens rurais estão calcadas na associação da juventude com as transformações, rupturas, crises, mudanças na sociedade, no meio rural e na política. Os jovens emergem como sujeitos do campo representando mudanças, positivas ou não, mas, sobretudo, a tensão entre rural e urbano.. Para o MST os jovens durante muito tempo ficaram na posição dos filhos de assentados ou acampados que não participavam, e dos estudantes que demandavam escola nos assentamentos. Tornam-se, recentemente, um novo ator político nessa organização, a juventude militante. Essa juventude pertence a uma classe, dos trabalhadores, e não se diferencia dos jovens da cidade, sobretudo no que se refere às lutas por melhores condições de vida.

CAPÍTULO II – A ‘VERMELHA’ SE TORNA ‘PAZ NA TERRA’

Este capítulo tem como objetivo abordar o processo de constituição do Assentamento Rural Paz na Terra, o perfil das famílias que o formaram e sua organização social. Apresento a trajetória do assentamento e a estratégia do MST para a Região Norte Fluminense²⁵. Deste modo, por meio da apreensão das trajetórias e estratégias familiares busco traçar o perfil dos assentados e caracterizar o momento de transição vivenciado, as tensões e conflitos nesse projeto de assentamento rural em construção.

2.1. A economia canavieira e as ocupações de terra no Norte Fluminense

A economia da Região Norte Fluminense esteve atrelada aos ciclos da indústria sucroalcooleira. O cultivo de cana-de-açúcar foi introduzido no Estado do Rio de Janeiro, especialmente nas baixadas da Região Norte Fluminense, ainda no início da colonização do Brasil. No final do século XIX a indústria do açúcar já estava desenvolvida no país, e o açúcar havia se constituído num dos principais produtos de exportação, apesar do mercado canavieiro sempre ter sido muito instável, com consecutivos períodos de crise (SZMECSÁNYI; MOREIRA, 1991). No início do século XX, a região canavieira de Campos incluía 27 usinas em funcionamento e, a partir da década de 1930, houve uma expansão da produção de cana e de açúcar, tornando-se a segunda região maior produtora de açúcar e álcool do país (LEWIN, 2005). Nesse período houve um redirecionamento do uso dos fatores de produção e, sobretudo, das relações de *colonato*²⁶, implicando o processo de expropriação dos colonos e a incorporação gradativa das terras (NEVES, 1997a).

A partir da década de 1950, a expansão da produção agrícola industrial passou a contar com modificações de ordem técnica e transformações nos métodos de produção, que permitiram aumento da intensidade do trabalho e maior produtividade. Esse processo é marcado por incentivos do Governo Federal e uma transferência da produção de cana-de-açúcar do Nordeste para o Centro-Sul, especialmente para a região açucareira de São Paulo.

²⁵ A Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro compreende os seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Macaé, Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu, São Fidélis, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra.

²⁶ Modalidade de parceria agrícola em que o proprietário participava com a cessão da terra, das mudas, dos instrumentos agrícolas para o preparo do solo, bem como o transporte da cana. Ao colono cabia preparar o solo, o plantio, as limpas, o corte e o embarque. O trabalho do colono era familiar, em muitos casos, mas este também poderia empregar mão-de-obra, assim como vender sua força de trabalho (NEVES, 1997a: 55).

Houve também incentivos do Governo do Estado do Rio de Janeiro para a aquisição de equipamentos e modernização da produção, e para o transporte das canas. Esse processo de modernização foi acompanhado por alterações nas relações de trabalho no interior das fazendas produtoras de cana-de-açúcar e pela organização de trabalhadores, reivindicando seus direitos.

Já nesse período verifica-se uma tendência à concentração industrial e fundiária, e à precariedade das relações de trabalho, com expropriação dos *colonos* e *moradores*²⁷ do acesso a áreas reservadas às lavouras autônomas no interior das fazendas. Esse processo esteve atrelado à constituição de novas relações de trabalho e novas categorias: os “trabalhadores de fazenda” permanentes e os “trabalhadores clandestinos”²⁸ ou temporários, que representavam alternativas de barateamento da força de trabalho, nos momentos de maior demanda e para desmobilização política (NEVES, 1997a).

O Estado do Rio de Janeiro esteve entre os principais produtores de açúcar e álcool combustível do país até a década de 1960, quando sofre profundas alterações a partir da construção de modernas usinas e de um forte processo de centralização do capital e da terra²⁹. Segundo Neves, as limitações em termos de competitividade e condições de produção em relação a outros estados, especialmente o Estado de São Paulo, levaram os usineiros a apostar na eliminação das unidades de menor capacidade produtiva, ou seja, grande parte das usinas atualizou seus projetos a ponto de ter havido, de fato, uma reestruturação do parque industrial açucareiro. Esse processo de centralização e modernização era coincidente com a implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico, no qual o setor açucareiro foi beneficiado com uma série de programas e de incentivos. Esses incentivos tinham como objetivo modernizar a produção de cana-de-açúcar e aumentar a produtividade, estimular a agroindústria e a produção de álcool combustível, aumentar as exportações por meio de programas como o Programa de Apoio à Agroindústria de 1973 e o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) de 1975.

²⁷ Modalidade de vinculação do trabalho que supunha a venda da força de trabalho por um salário acrescido pela complementação oferecida pelo acesso às lavouras de subsistência, casa de morada, criação de pequenos animais e até concessão de criação de algumas vacas. Relação baseada em regras consensuais que definiam a subordinação pessoal dos trabalhadores ao proprietário. (NEVES, 1997a: 51)

²⁸ Modalidade de vinculação da força de trabalho às atividades agrícolas caracterizada pelo trabalho temporário sem vínculo empregatício e sem direitos sociais. (ibid: 131)

²⁹ Segundo Azevedo, “No início da década de 70 foi assinado o decreto lei 1186 de 27/08/1971, por meio do qual o governo concedeu estímulo a processos de fusão, incorporação e realocação de usinas com a finalidade de propiciar a modernização do parque industrial.” (2002:29).

Entretanto, se em outras regiões do Brasil houve crescimento econômico a partir do Proálcool, na Região Norte Fluminense o processo de reestruturação produtiva, por meio dos incentivos governamentais, foi marcado pelo descompasso entre o desenvolvimento da indústria e o da agricultura. Na década de 1980 foi possível ver as conseqüências do endividamento das usinas, devido ao descompasso ocasionado entre a capacidade de moagem das usinas superdimensionadas e a oferta de cana-de-açúcar disponível – sobretudo daquelas que haviam optado por grandes reformas em 1970. A baixa produtividade das lavouras e a queda do preço do açúcar, bem como problemas administrativos e gerenciais, são fatores apontados pelos diferentes autores como causas da crise financeira do setor – os empréstimos contraídos no Instituto do Açúcar e do Alcool não produziram os resultados esperados, e os usineiros da região assumiram enormes dívidas, levando muitas usinas à falência.

No que diz respeito às relações de trabalho, por volta dos anos 1950 e 1960 já havia ocorrido a primeira mecanização da lavoura de cana-de-açúcar e o desemprego em massa. Contudo, é a partir da década de 1970, com a fusão dos capitais agrário e urbano-industrial, que se verifica um processo de deterioração das condições de trabalho e a expulsão dos trabalhadores do interior das grandes fazendas de cana-de-açúcar, transformando-os em “clandestinos”, moradores da periferia das cidades do entorno, principalmente de Campos dos Goytacazes. O investimento industrial implicou na redução dos dias das atividades de corte, carregamento e transporte, e as safras cuja duração era de sete a oito meses (maio a dezembro), ficaram reduzidas a três ou quatro meses. É possível dizer que o processo de expulsão dos trabalhadores das usinas e fazendas e a demissão de trabalhadores atingiram seu ápice entre 1980 e 1990, quando há significativa saída dos trabalhadores do campo para a cidade. Conforme apresenta Lewin (2005), entre 1970 até 1996 a população urbana de Campos cresceu de 55,1% para 85,6%, dado que sugere o impacto do processo de decadência da indústria canavieira na região.

A partir da década de 1990, a exploração de petróleo e gás passa influenciar a economia regional e receber grandes investimentos. Esse momento é marcado também pelo fim do Instituto do Açúcar e do Alcool e pela gradual perda de importância econômica da agroindústria açucareira na economia da região. Embora houvesse tentativas para desenvolver outras atividades agrícolas na região, como a fruticultura irrigada, em 2004, na região de Campos, 98% de toda a área ocupada com lavouras permanentes era de cana-de-açúcar³⁰, o

³⁰ Segundo o perfil socioeconômico do município relativo ao ano de 2005, realizado pela prefeitura de Campos dos Goytacazes. Disponível em www.campos.rj.gov.br/Perfil-2005/, acessado em fevereiro de 2008.

que revela o peso dessa cultura na produção agrícola da região, a despeito das sucessivas crises econômicas.

No que concerne ao processo de reforma agrária na região, apesar da intensa atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais e de trabalhadores de usinas de cana-de-açúcar, até o final da década de 1980 era impensável que os trabalhadores rurais pudessem ser beneficiados por um programa de acesso à terra como forma de ressarcimento das dívidas dos usineiros com eles. Mas uma nova conjuntura de abertura política nacional permitiu a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Em 1987, pela primeira vez nessa região, é desapropriada uma usina para assentamento de trabalhadores, a Usina Novo Horizonte, originando assentamento rural do mesmo nome (NEVES, 1997b).

Entretanto, foi apenas em meados da década de 1990, em um período de crise da agroindústria sucro-alcooleira, que a região Norte Fluminense tornou-se principal palco dos conflitos fundiários e ocupações de terra no Estado do Rio de Janeiro. Importante ressaltar que a década de 1990 é considerada um marco da retomada dos conflitos por terra em todo o Brasil. As ocupações de fazendas improdutivas e a instalação dos acampamentos constituíram-se nas principais formas de reivindicar desapropriação para reforma agrária (SIGAUD, 2004). Esse fato novo é atribuído à regulamentação da desapropriação de terras improdutivas pelo não-cumprimento da função social da propriedade, prevista pela Constituição de 1988. Desta forma, a reivindicação de terras por meio das ocupações tornou-se o principal instrumento e a linguagem pela qual os movimentos sociais rurais e entidades sindicais dialogam com a sociedade e, especialmente, com o Estado e seus órgãos governamentais responsáveis, sendo o INCRA seu principal interlocutor.

Portanto, esse era o contexto das ações do MST na Região Norte Fluminense que, a partir do ano de 1997, passa a realizar várias ocupações nas áreas de usinas canavieiras. Como exemplo das grandes ocupações realizadas em 1997, quatro delas envolveram ex-trabalhadores de usinas e duas se deram nas próprias áreas das antigas usinas (MEDEIROS; LEITE, 2004).³¹ Essa década marca o retorno do MST ao Rio de Janeiro, cuja primeira tentativa na década de 1980 havia sido frustrada devido à incompatibilidade entre as propostas e discursos do MST e a forma de luta pela terra que se desenvolvia no estado, sobretudo na Baixada Fluminense. As lutas eram entendidas como lutas conduzidas por “sem teto” ao invés

³¹ As ocupações realizadas na Região Norte Fluminense, ao final da década de 1990, em áreas pertencentes a usinas produtoras de açúcar, marcam o retorno do MST ao estado e o seu movimento de interiorização. Em 1996, o MST organizou uma ocupação em uma área que pertencia à Usina Victor Sense, e gerou o Assentamento Capelinha, em Conceição de Macabu. Em 1997, foi realizada uma grande ocupação, que envolveu 800 famílias, na Usina São João, em Campos dos Goytacazes, e tornou-se o maior assentamento rural do estado, intitulado Assentamento Zumbi dos Palmares, com 506 famílias (MACEDO, 2003).

de “sem terras”, o que foi interpretado como motivo do afastamento do MST do Estado do Rio de Janeiro (MENEZES, 1991; CASTRO, 1995).³² Entretanto, a questão agrária e a formação dos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro sempre estiveram marcadas pela correlação urbano/rural. O histórico dos conflitos fundiários esteve atrelado ao intenso processo de *urbanização* e concentração populacional na Região Metropolitana, paralelo ao processo de *desruralização* e transformações produtivas.³³

Assim, nos anos subseqüentes há uma multiplicação das ações e ocupações de terra, com a organização de outros acampamentos e assentamentos rurais constituídos na Região Norte Fluminense, em um processo de interiorização e consolidação do MST no Estado do Rio de Janeiro.³⁴ Durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o número de ocupações de terras diminuiu em todo o Brasil, o que em grande parte se atribui a uma medida provisória que penalizava as pessoas que delas participavam com a exclusão do programa de reforma agrária (FERREIRA, 2005). Nos anos de 2003 e 2004 as ocupações são retomadas com mais intensidade, indício das expectativas dos movimentos sociais em relação ao Governo Lula, no período da elaboração e apresentação do II Plano Nacional de Reforma Agrária³⁵.

No período em que foi constituído o Acampamento Paz na Terra as ações e lutas pela terra se intensificaram em todo o país. Segundo Geraldo (30 anos), militante do MST que coordenou a ocupação de Paz na Terra, o MST entendia que o Governo Lula era aliado da reforma agrária, e a mudança de governo foi interpretada como um momento político favorável para as ocupações de terra e para grandes ações. Como explica Geraldo, havia

³² Menezes (1991) também aponta como, na década de 1980, o MST recém-criado em 1984, tendo como bandeiras o socialismo e base econômica para os “sem-terra”, não aceitara realizar ocupações em áreas impróprias para produção, ou assentamentos com pequenas parcelas de terra por família como eram muitos dos casos da Baixada Fluminense. Outro limite parece ter sido a correlação de forças na época, pois como o MST tinha autonomia como princípio, a relação de dependência das lideranças de outras organizações com o governador Brizola colocava-se como um limite.

³³ Segundo Menezes (ibid), as primeiras lutas e ocupações de terra realizadas na década de 1960 foram uma resposta ao processo de modernização, representado pelo avanço urbano-industrial imposto à Baixada que culminaram em uma série de ações de despejos. Em vez da migração para as cidades, a reação aos despejos foram as ocupações. Já na década de 1980, para essa autora, as ocupações passaram a ser a principal estratégia, organizadas, sobretudo pela CPT, em áreas que já eram foco de conflitos há décadas, exigindo a desapropriação. É um período de grande efervescência dos movimentos sociais, e especialmente no período do Governo Brizola foram criados vários assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro.

³⁴ Em 2000, o alvo das ocupações foi o complexo de usinas Cambahyba, onde foi montado o acampamento Oziel Alves. Segundo Macedo (2003), no ano de 2000, das 860 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Estado do Rio de Janeiro, 72% encontravam-se na Região Norte Fluminense. Conforme também pode ser percebido a partir do levantamento de Alentejano (2003), grande parte dos assentamentos de reforma agrária e dos acampamentos promovidos pelo MST foram constituídos na Região Norte Fluminense.

³⁵ O número de ocupações entre os anos de 2003 e 2004 sobe de 222 para 327 (FERREIRA, 2005).

grande expectativa de “massificar o movimento”, ampliando o número de ocupações e a sua base, tanto de famílias acampadas e assentadas como de militantes da organização:

Geraldo – Então, para fechar, a estratégia qual era em síntese? Uma era massificar o movimento, organizar acampamentos, uma nova metodologia que projetasse novos militantes, elevasse o nível de consciência e ampliasse o número de lutas; fazer campanha de desmoralização do latifúndio e conquistar a sociedade para reforma agrária; e pressionar o governo para que avançasse, fizesse a reforma agrária.

Essa estratégia do MST de “desmoralização do latifúndio”, na Região Norte Fluminense, consistiu no embate contra os usineiros, fazendeiros e contra as formas degradantes de trabalho, principalmente nos canaviais. Entretanto, acampar em uma área pública no Centro da cidade de Campos dos Goytacazes foi a tática utilizada, cujo objetivo era criar um espaço de maior visibilidade para o movimento e para a reivindicação da reforma agrária. Nas palavras de Geraldo, o “acampamento já era um espaço de diálogo com a sociedade”.

2.2 A formação do Assentamento Rural Paz na Terra

O Assentamento Paz na Terra resultou de um longo período de “luta pela terra”, entre despejos e ocupações, iniciado em 11 de abril de 2003, a partir de um *acampamento* no terreno público atrás do Hospital Geral de Guarus, organizado pelo MST, na cidade de Campos dos Goytacazes. Em 28 de abril de 2003, um pouco mais de um mês depois de instalado o acampamento atrás do hospital, onde haviam sido reunidas cerca de 200 *famílias*³⁶, foi realizada a primeira *ocupação* de terra, na Fazenda Abadia, em Campos. Porém, em poucos dias, foi expedida uma ordem de despejo e, aproximadamente, 150 famílias seguiram para outra fazenda, a Almada Maruí, na localidade de Caixeta, em Campos. Nessa área também foram incorporadas ao grupo novas famílias da região. No dia 9 agosto de 2003, 90 famílias ocuparam a Fazenda Vermelha, à beira da Rodovia Campos–Itaperuna (BR–356), no município de Cardoso Moreira, local em que hoje está situado o Assentamento Rural Paz na Terra.

³⁶ Essa estimativa consta nos relatórios sobre o assentamento bem como nas reportagens da época, nos quais a unidade de referência é a família (ESTRUTURAR, 2006).

2.2.1. Do Hospital de Guarus à Fazenda Vermelha

O acampamento atrás do hospital foi organizado por um processo de mobilização, chamado de “trabalho de base”. O trabalho de base costuma ser realizado por militantes do setor de “frente de massa” do MST, cuja tarefa é mobilizar e convidar as pessoas para participarem das ocupações de terra, bem como coordenar e organizar as ocupações e os acampamentos. O trabalho de base consistiu, primeiramente, no mapeamento dos locais onde havia maior concentração de “sem terra”, ou seja, trabalhadores desempregados e moradores da periferia da cidade de Campos. Nos locais identificados a partir desse mapeamento, como Ururá e Tapera, na entrada de Campos, e bairros de população de baixa renda como Goytacazes, Parque Prazeres, Parque Santa Rosa e Novo Jockey, foram realizadas reuniões e distribuição de panfletos.³⁷

Cabe frisar que em uma ocupação ou acampamento do MST não participam apenas aqueles que foram convidados e mobilizados por meio do trabalho de base, havendo participação também daqueles já acampados ou assentados e de militantes do MST, o que é chamado de “apoio”. O caso do acampamento atrás do Hospital de Guarus não foi diferente, tendo sido inicialmente ocupado por um grande número de famílias que já estavam acampadas ou assentadas na região. Como foi dito, o próprio acampamento era uma forma de chamar a atenção da população e, embora o trabalho de base seja responsabilidade de um setor específico do MST, este ultrapassou as suas ações, envolvendo redes familiares, de amizade e a própria circulação de informação entre pessoas das localidades.

Joana (56 anos), hoje assentada em Paz na Terra, soube da ocupação atrás do hospital por um de seus filhos que, ao ver o acampamento, lhe contou que o povo havia “invadido as terras”. Embora o acampamento tenha sido instalado dentro do perímetro urbano, a imagem e a associação com a “invasão de terras” são explícitas na fala do filho de Joana. Joana morava no Bairro Eldorado, na cidade de Campos, mas nasceu em São Francisco do Itabapoana, outro município da região. Sua mãe trabalhava como lavadeira e havia criado os filhos sozinha. Joana, viúva duas vezes, também criou os nove filhos sozinha. Trabalhava em um lixão da Prefeitura de Campos quando soube do acampamento atrás do hospital. Ela resolveu largar tudo, “colocou duas roupas na bolsa”, foi com o neto para o acampamento, fez a *barraca* e “começou a andar”. Para Joana sua grande motivação ao ingressar no acampamento era

³⁷ Para uma descrição etnográfica do trabalho de base, realizado pelo setor de frente de massa do MST na Região Norte Fluminense, ver Macedo (2003).

mudar-se do lugar onde morava, acreditando, também, que no acampamento não passaria fome.

Outro assentado de Paz na Terra que aderiu ao acampamento desde o período de mobilização é Ernesto (53 anos). Ele morava com a mulher e as filhas em Parque Santa Rosa, e soube do acampamento por um colega:

Ernesto – Eu tava em casa, um colega meu me chamou, aí, eu falei com ele: “Ó, eu não vou não, eu não posso”, porque minha mulher tá doente, né, ela sempre foi doente, eu não podia largar em casa sozinha com três meninas, aí, ele falou: “Olha só, mas nós vamos acampar ali pertinho, perto do Hospital de Guarus”...

Maíra – Mas você participou das reuniões?

Ernesto – Não, eu fui direto, mas tinha reunião todo dia na casa dele, mas eu não podia ir porque tinha que ficar em casa.

Já no acampamento, Ernesto convenceu a irmã, Dora (51 anos), a aderir, uma vez que ele e o sobrinho, filho de Dora, já estavam acampados. Dora hoje também está assentada em Paz na Terra. Ernesto e Dora “nasceram e foram criados na roça”, em uma localidade chamada Santa Margarida, entre São Joaquim e Vila Nova (próximo aos municípios de Cardoso Moreira e no distrito de Morro do Coco). Sua família trabalhou durante muitos anos de “meia” em uma fazenda produtora de café. Segundo Ernesto, por volta de 1975, o café já estava “acabando”, e as fazendas optavam por sua substituição pela cana-de-açúcar e pelo gado. Em 1984 sua família foi para Campos trabalhar para os empreiteiros na lavoura de cana.

Ernesto parou de trabalhar com a cana em 1989, quando foi contratado para trabalhar na Usina Sapucaia como operador de máquina (bomba de irrigação). A seguir, ele trabalhou por vários anos por conta própria, com pedras decorativas, até ir para o acampamento. No momento da ocupação atrás do hospital, Ernesto morava em uma pequena casa que construiu no terreno de outro irmão.

Assim como no caso de Ernesto, a história de vida de muitos assentados é marcada pelo trânsito entre contextos rurais e urbanos, muitos deles oriundos da própria Região Norte Fluminense e filhos de trabalhadores “meeiros” em antigas fazendas. Esse é o caso também de Dona Bernadete (50 anos), que nasceu e foi criada na Usina Santa Cruz, onde seu pai era empregado e *morador*. Em sua adolescência, Bernadete foi para a cidade de Campos trabalhar como doméstica, quando conheceu o marido, Oswaldo, que tinha origem mais “urbana”:

Maíra – E o Oswaldo também era lá da Usina?

Bernadete – Não, a mãe dele, os pais dele, já trabalhava mais no Centro da cidade. A mãe vendia laranja no mercado, vendia coisa no mercado [interrupção]. E, ele já era assim mais cidade, eu já fui roça, depois passei para o urbano, pro bairro. Praticamente passei para os bairros depois que casei...

Na época da ocupação atrás do hospital, Dona Bernadete e Oswaldo moravam em Custodópolis, um bairro de Guarus, onde possuem uma casa até hoje. Oswaldo havia sido empregado das empresas de ônibus Itapemirim e 1001, e após ser demitido, o casal montou um bar. Quem soube da ocupação foi Oswaldo, por intermédio de um colega. Segundo Bernadete, o que os motivou a ir para o acampamento foi o desejo de conseguir um pedaço de terra:

Bernadete – Porque a gente achou que ia surgir oportunidade de que a gente sempre teve vontade de ter um pedacinho de terra para gente plantar, vê se a gente conseguia melhorar de vida nossa. Aí, ele ficou sabendo, e nós viemos para cá. Estamos perto de conseguir, né, praticamente já conseguiu só falta o Inca determinar onde é que é.

Bernadete relata que a princípio não estava de acordo com a adesão ao acampamento porque tinha muito preconceito em relação às ocupações de terra e que, inclusive, chegou a pensar em se separar do marido:

Bernadete – Eu tinha essa visão do movimento: “Nossa, você vai para lá ficar roubando terra dos outros”. Pra mim era assim porque não conhecia a linha política do movimento a fundo, né. Agora eu vejo que não é nada daquilo. O mesmo preconceito que a sociedade tinha eu também tinha, só que agora eu vejo que não é assim, vejo totalmente diferente. Foi muito legal. Mudou muito minha cabeça, mudou muito a cabeça dele.

O preconceito ou receio de ingressar nos acampamentos “dos *sem terra*”, por parte de algum membro da família, sobretudo de um dos cônjuges, foi um elemento muito mencionado nas conversas da pesquisadora com os assentados. As imagens vinculadas aos acampados e ao MST como “invasores” e “ladrões” foram bastante evocadas. Segundo eles, essas imagens são desconstruídas a partir da entrada nos acampamentos ou mesmo no contato com estes. No caso de Bernadete, a resistência inicial em relação ao acampamento logo se dissipou. Fez amizades, passou a dar aulas na escola do acampamento e tornou-se militante no assentamento, inserida no setor de educação. Implementado o programa do Pronera, assumiu a função de educadora na Educação de Jovens e Adultos.

Como citado acima, a primeira ocupação de terra efetuada pelo grupo acampado no terreno atrás do hospital foi realizada na Fazenda Abadia, uma fazenda produtora de cana-de-açúcar, sobre a qual recaíam denúncias de formas degradantes de trabalho e trabalho escravo. Nesse período, o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) haviam constituído um Comitê contra o Trabalho Escravo na Região Norte Fluminense, na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, e denunciavam as irregularidades nos canaviais. Assim, a ocupação da Fazenda Abadia também fazia parte da estratégia de denúncia do trabalho escravo. Essa ocupação

ficou muito marcada para os assentados que dela participaram, pois resultou em um violento processo de despejo, que envolveu tropas de choque da polícia. A negociação realizada com o Incra, segundo Geraldo, era que os acampados saíam da Fazenda Abadia para uma área já desapropriada. Assim, os acampados seguiram para a Fazenda Almada Maruí, na localidade Caixeta. Porém, como esta não pôde comportar todos os acampados, após alguns meses foi organizada nova ocupação de terras.

Ao ocupar a Fazenda Vermelha, o Acampamento Paz na Terra foi montado próximo à BR-356. Os acampados receberam novamente uma ordem de despejo, entretanto, um evento inédito parece ter sido crucial para a permanência dos acampados na fazenda. O juiz que estava analisando o processo, após conversar com os militantes em uma audiência, foi até o acampamento para conhecer como “viviam os sem terra” e, após essa visita, concedeu um parecer favorável à permanência das famílias.

Desde a instalação do primeiro acampamento, atrás do hospital, Paz na Terra esteve organizado conforme a estrutura proposta pelo MST, que envolve um ordenamento espacial, social e político específico, a sua “forma acampamento”. Segundo Sigaud, a “forma acampamento” compreende uma combinação de “técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização especial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali se conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo” (2006:206). Assim, em Paz na Terra:

Geraldo – Permanecia um grupo de militantes permanentes organizando os núcleos (a cada dez ou 15 famílias formava um núcleo) e tinha um coordenador e uma coordenadora, e cada família tinha que ficar responsável por uma equipe, um setor do movimento no acampamento. Então, pela frente de massa, pela educação, pela saúde, produção, por aí vai, finanças, de forma que todo mundo no acampamento estava envolvido numa tarefa... tinha um trabalho de formação permanente, a gente chegou a ter lá mais de 40 núcleos organizados. Então, se a gente tem 40 núcleos, a gente tem dois de cada núcleo na coordenação, a gente tinha 80 militantes na coordenação. A gente tinha seis equipes, setores internos do acampamento, e tinha mais dois representantes de cada setor, então mais 12, eram 92. E sempre um companheiro e uma companheira, eram 40 companheiros e 40 companheiras, então só a coordenação era uma assembléia.

É importante observar como a família consiste na unidade sobre a qual se organiza a coletividade. Os “núcleos de base” consistem em agrupamentos de famílias a partir de critérios como o local de origem, ou afinidade, que implicam também num ordenamento territorial das barracas de lona em fileiras e possibilitam a fácil identificação de cada núcleo. Os núcleos de base correspondem também às instâncias de discussão e têm dois coordenadores para os representar nas reuniões da “coordenação geral”, que é a instância

máxima de deliberação coletiva do assentamento. Como uma medida que visa garantir a participação feminina nos acampamentos e assentamentos, há a orientação geral do MST de que todas as instâncias sejam compostas por um homem e uma mulher. Já a inserção dos membros em “setores” consiste na distribuição das tarefas entre os indivíduos de um núcleo, pois correspondem à lógica de divisão coletiva do trabalho. É nesse modelo de acampamentos e assentamentos que se apóia toda a organização do MST, fundamentada na participação da base naquelas instâncias³⁸. Essa proposta de organização visa promover novas sociabilidades a partir de valores como o trabalho coletivo, divisão de tarefas, cooperação e direção coletiva. A organização dos acampamentos envolve também o estabelecimento de alguns critérios, acordos coletivos e um conjunto de regras, dentre elas a proibição de bebidas alcoólicas.

As dificuldades que as pessoas enfrentam para permanecer nos acampamentos é uma questão que vem sendo percebida como motivo de conflitos e tensões entre acampados, pois representa um dos principais critérios de legitimidade à obtenção de terras, reconhecido pelos acampados. Trata-se de um critério de merecimento, que se fundamenta em um “discurso do sofrimento” associado a uma “lógica da privação”, inerente à condição de ser acampado (MACEDO, 2003). Em Paz na Terra, segundo Geraldo, desde o início a regra consistiu em:

Geraldo – Nós fizemos um critério que só permaneceria acampado, só ficaria acampado quem morasse com a família ou deixasse um membro permanente no acampamento. Não era permitido à pessoa se cadastrar no acampamento, mas não permanecer, ficar três dias, como nesses rodízios que eram feitos, semi-aberto.

O mecanismo visava impedir ou constranger os “andorinhas”, termo amplamente utilizado nos acampamentos para referir-se ao acampado que ali não permanece, embora tenha o barraco de lona montado³⁹. O andorinha seria então a representação do “oportunismo”, por não viver os mesmos sofrimentos e privações que os outros acampados. Como veremos, esse critério influenciou fundamentalmente as estratégias familiares e nos fornece elementos para a compreensão dos valores e do universo simbólico dos “sem terra”.

³⁸ Cabe mencionar também que há uma organização dos acampamentos e assentamentos territorial, em “brigadas”. As *brigadas* consistem em agrupamento em torno de 500 famílias, ou seja, uma brigada pode compreender vários acampamentos e assentamentos situados próximos uns dos outros.

³⁹ Macedo (2003) analisou o significado da categoria *andorinha*, identificando também como ela se contrapõe, principalmente, àqueles que residem no acampamento, expresso pelas categorias nativas “residentes” ou “acampados”.

2.2.2. Entradas e saídas: a espiral 40 das ocupações na Região Norte Fluminense

Além desses deslocamentos, ocorreram outros fluxos de entradas e saídas do acampamento. Embora parcela significativa dos assentados tenha passado por toda essa trajetória, novas famílias ingressaram no Paz na Terra, mesmo depois de decretado o assentamento rural.

Ao final de 2003, houve um segundo acampamento atrás do Hospital Geral de Guarus, chamado “Terra para Todos”, que reuniu poucas pessoas e não obteve o êxito esperado – não “massificou”, nas palavras dos militantes. A orientação era para que as poucas pessoas acampadas fossem para a Fazenda Vermelha, onde estava o Paz na Terra, e esperassem as próximas ocupações de terra. Algumas dessas pessoas permaneceram em Paz na Terra e foram assentadas. Esse foi o caso de Seu Rodrigo (48 anos), que trabalhava na cidade de Campos, na área da construção civil. Estava fazendo um serviço para a família de um acampado, quando este o convidou a conhecer o acampamento.

Rodrigo – Não conhecia nada de MST, quando é um belo dia... peguei um serviço para fazer de uma senhora, esqueci o nome dela, mas é no terreno de Seu Almir aqui, num desses barraquinhos aqui, que já era acampado aqui..

Maíra – Já tinha o acampamento?

Rodrigo – Já tinha, ele (Seu Almir) me viu eu reclamando com os dois meninos nossos, que me ajudavam, né... Beleza, quando foi em final de fevereiro para março, Almir viu eu reclamando com os meninos “...já vai vencer outro aluguel” eu pagava aluguel, 450 conto. Aí, ele me chamou, né, me chamou e veio falar comigo dos sem terra. “Ô Rodrigo, cê não repara, não, mas tô vendo aí ocê falando com seus meninos que o aluguel tá pesado”, que ele falou do acampamento sem terra, ele falou porque eu não vinha e tal... Eu vim conhecer num feriado. Vim conhecer e gostei.

Originário de Minas Gerais, de onde saiu devido à dificuldade de encontrar emprego, chegou a Campos em 2001. Rodrigo vivia com Andréia. Seu filho e o filho de Andréia, ambos de uniões anteriores, também moravam com o casal e trabalhavam na construção civil. Uma das motivações de Seu Rodrigo era a dificuldade em pagar aluguel e a possibilidade de ter sua casa, arrumar *um lugar* para a sua companheira:

Rodrigo – Quando eu vim para cá, o Acampamento Mário Lago estava se formando, aí, peguei e fui lá olhar ele também. Eu vim cá, olhei aqui. Pessoal falou que aqui não tinha vaga, para mim dar um pulo no Mário Lago, no Acampamento Mário Lago.

Aí, eles falaram assim: “Ocê pode ficar aqui, mas esse acampamento é capaz de não dar para todo mundo. O senhor fica aqui, se não der pro senhor, racha fora! Racha fora, não, vai ser remanejado para outro acampamento”. Eu falei não tem problema, para mim tá bom, minha intenção era arrumar um lugar para Andréia.

⁴⁰ Pegado emprestado o termo “espiral”, empregado por Nashieli Loera (2006), para fazer menção à idéia de uma rede de relações que permeia os processos de ocupações de terra pelo MST.

Apesar da incerteza em relação à sua permanência em Paz na Terra, Rodrigo foi incorporado ao assentamento e aos poucos também se envolveu com o movimento. Embora não tivesse experiência com agricultura, integrou o *setor de produção* do assentamento.

O contexto em que Rodrigo entrou no Acampamento Paz na Terra, no início de 2004, correspondeu a uma nova seqüência de ocupações por parte do MST. Na Região Norte Fluminense foram instalados quatro novos acampamentos: o Josué de Castro, na BR-101, sentido São Francisco do Itabapoana; Mário Lago, área próxima à cidade de Campos; Rosa Luxemburgo, em Lagoa de Cima; e na Região dos Lagos, o Acampamento Anita Montuano. O Acampamento Paz na Terra esteve envolvido em muitas dessas ocupações de terra.

Assim como houve a participação de outras famílias no processo de formação de Paz na Terra, este também contribuiu na formação de outros acampamentos. Como percebeu Loera “um assentamento sempre está conectado com um acampamento e por sua vez, um acampamento sempre terá um vínculo com outros em formação ou já formado” (2006:58). Essa dinâmica das ocupações foi chamada pela autora de uma “máquina de fazer sem terra”, como forma de “territorializar a luta”, que se sustenta em grande medida pelo compromisso que os acampados e assentados têm com o movimento, como um mecanismo de reciprocidade e obrigações que constituem a “espiral” que alimenta o próprio MST.

Desta maneira, o êxito de uma ocupação ou acampamento se ampara não apenas no trabalho dos militantes, mas também em redes de conhecimento, como parentesco e amizade, e especialmente nas famílias que já passaram por todo esse processo e sentem-se comprometidas em contribuir com o movimento de reforma agrária. Dona Bernadete, depois que se inseriu no acampamento, ajudou a fazer outras ocupações e considera que os acampamentos são “filhos” de Paz na Terra.

Bernadete – A gente fez ocupação no Josué de Castro, no Mário Lago, em um que foi lá na Região dos Lagos, Anita Muntuano, tudo filho do Paz na Terra. O Rosa Luxemburgo, que foi despejado, que tem alguns companheiros aqui... Poderia ir mais, né, mas quando um ia pra atividade ficava com medo de deixar as coisas sozinhas. Quando não tinha animal, plantação nem nada, ia nós dois, no Josué de Castro, por exemplo, foi nós dois...

A utilização da palavra “filho” é bastante significativa dessa idéia de geração dos assentamentos, associada à reprodução de uma família e de uma vida e, além disso, de vínculos que se estabelecem entre as pessoas e os lugares.

O apoio das famílias acampadas e assentadas costuma ser oferecido também em casos de despejo. O último grupo a compor o Assentamento Paz na Terra foi constituído a partir da

situação de despejo do Acampamento Mário Lago, onde havia também alguns acampados de Rosa Luxemburgo, que lá se encontravam para dar *apoio*. Segundo os acampados, ao encontrar o superintendente do Incra, este teria lhes falado da possibilidade de serem assentados em Paz na Terra ou no assentamento Dandara dos Palmares. Assim, em 2005, algumas famílias dos acampamentos Mário Lago e do Acampamento Rosa Luxemburgo foram encaminhadas pelo Incra para o Assentamento Paz na Terra.

Dona Nanci, Seu Agnaldo e suas duas filhas eram acampados no Mário Lago. Nanci (45 anos) sempre havido morado em São João da Barra, município vizinho de Campos, e Seu Agnaldo, nascido em Mimoso do Sul (ES), foi criado em São Gonçalo, onde reside parte de sua família. O casal trabalhava nas “terras dos outros” e morava “de favor” na casa da mãe de Dona Nanci. Segundo Nanci, a maior motivação para ir para o acampamento era a esperança de ter um “lugar”, o que de outra forma não seria possível, pois não tinham recursos para comprar um imóvel.

Nanci – Eu reclamava muito: “Agnaldo, quando é que nos vamos sair daqui”... Nós moramo no fundo casa da minha mãe, tinha uma cozinha velha. Porque nos viemos casando, depois viemos de São Gonçalo para lá e ficamos lá. Minha mãe adoeceu e acabou morreu e acabei ficando lá. Mas doida para arrumar outro lugar, sair, trabalhar, arrumar outra vida. Aí, ele falou: “Vou arrumar outro lugar”. Aí, chamaram ele, convidaram ele para os sem terra...

Quem acompanhava as reuniões, organizadas pelos militantes da *frente de massa*, era seu marido, e ela não sabia do que se tratava. Dona Nanci e suas duas filhas não sabiam que iriam para uma ocupação de terra, souberam apenas no dia. Contudo, o local da ocupação (no Acampamento Mário Lago) era muito próximo de onde moravam, o que permitiu manter contato com os familiares e a permanência das filhas na escola que já freqüentavam. Desde que foram para o Paz na Terra, entretanto, eles quase não vão à localidade onde moravam anteriormente, nem para visitar os parentes.

Importante ressaltar que os assentados que saíram do Acampamento Mário Lago e do Rosa Luxemburgo para o Paz na Terra, formaram o último núcleo de famílias no assentamento. Por residirem inicialmente em localidades mais distantes de Cardoso Moreira, é característica desses assentados terem se deslocado com a família inteira para o Assentamento Paz na Terra.

Patrícia (43 anos) era acampada em Rosa Luxemburgo e fez parte do grupo de “apoio” ao Acampamento Mário Lago, onde soube da possibilidade de ser assentada em Paz na Terra. Lembra da descrença com que essa proposta foi recebida em seu acampamento. Segundo Patrícia, eles “sofreram muito para conseguir chegar até lá” (no Acampamento Rosa

Luxemburgo), e estavam “abandonados pelo Incra na beira da lagoa”. Para ela, os acampados tinham receio em ir para o Paz na Terra e “passar necessidade na casa dos outros”.

Patrícia sempre morou na roça e sempre quis “ter um lugar” para ela. Nasceu em uma fazenda perto de Lagoa de Cima, onde até hoje reside sua mãe, que ela pretende trazer para o Paz na Terra quando já estiver no lote. Na época em que morava na casa do sogro, Patrícia plantava e tinha criações. Embora ela e o marido já houvessem comprado um terreno e construído uma casinha de três cômodos em Lagoa de Cima, Patrícia se interessou pelo acampamento. E, apesar de seu marido não ter concordado em acampar, Patrícia resolveu ir sozinha mesmo – avisou a mãe e saiu escondido. Seu filho juntou-se a ela em uma semana e o marido, três meses depois.

Patrícia – Ai, depois que vim, meu marido animou, conversei com ele, falei: “Eu quero muito essa terra, quero muito morar na roça, plantar, viver da roça, a gente foi criado na roça”. Eu não acostumo com cidade, não. Eu morei oito meses em Nova Brasília, vi tudo o que nunca gostaria de ver, criança se drogando, implorando traficante por um pouquinho de droga e, sinceramente, fiquei com muito medo de criar meu filho lá. Aí, eu voltei para roça e não tenho vontade morar na cidade, não. Cidade é ilusão. Eu quero continuar aqui, se não tiver um lugarzinho pra gente aqui, falei pro meu marido: “Se não tiver lugar pra gente ficar aqui o Incra se vira, mas a gente vai pra nossa terra”.

Patrícia já tinha experiência com agricultura, mas sempre trabalhou para os outros. Tanto ela como o marido trabalhavam no corte da cana-de-açúcar para a Usina Santa Cruz, a usina mais próxima de Lagoa de Cima. Antes de acampar Patrícia estudava, mas para não faltar às reuniões do movimento ela deixou a escola e interrompeu o curso de cabeleireiro. Na época em que foi entrevistada, seu marido e seu filho trabalhavam no corte da cana para a Usina Sapucaia, mais próxima ao Assentamento Paz na Terra.

Por terem sido os últimos a chegarem ao assentamento, os assentados do Núcleo 8 sofreram uma tensão maior em relação ao critério de legitimidade de acesso à terra, cuja prioridade é dos que estão há mais tempo acampados. Isso explica a colocação de Patrícia de que o Incra terá que assentá-los caso não tenha lugar para eles. Patrícia conta um pouco as dificuldades que o Núcleo 8 teve para ser aceito dentro de Paz na Terra:

Patrícia – A gente tá plantando porque a gente quer muito, houve tempo da gente plantar, a gente não sabia quem, mas cortavam nossa cerca, a gente chegar e ver que está cortado mesmo com a faca... Mas quem... a gente não vai saber quem, mas alguém que não queria a gente aqui... Eu até entendo o lado deles, achavam que a gente ia tomar o lugar deles, não estavam preparados para receber companheiros...

Mais à frente, abordarei como essas divisões entre assentados, a partir do local de origem e da forma como ingressaram o assentamento, são presentes na maneira como estão organizadas as divisões internas.

2.2.3 Na Fazenda Vermelha ⁴¹

Para as famílias de ex-trabalhadores da antiga Fazenda Vermelha, o processo é visto sob outro ângulo – o ângulo de quem teve o seu mundo desorganizado pela “chegada dos sem terra”. A fazenda produzia cana-de-açúcar para a Usina Sapucaia e abrigava em torno de 20 famílias, em casas cedidas pelos proprietários. Os “moradores” executavam os mais diversos serviços, trabalhando como motorista, ou no cuidado e manutenção dos equipamentos e infraestrutura da fazenda, ou ainda, na conservação da casa-sede da fazenda. Os trabalhadores de “fora” cortavam cana, mas a manutenção das lavouras em período de entressafra também era realizada pelos moradores. Os moradores que quisessem plantar culturas de subsistência como feijão, abóbora e milho, tinham permissão para isso.

Cabe fazer um parêntese em relação à utilização da palavra *morador* para descrever as relações de trabalho na Fazenda Vermelha. Identifiquei a categoria *morador* como categoria nativa utilizada amplamente em Paz na Terra para se referir às pessoas que trabalhavam e residiam na Fazenda Vermelha. Segundo Neves (1997a), o sistema de relações de morada consistia em relações consensuais de trabalho que se sustentavam na subordinação pessoal do trabalhador ao proprietário de terra e no respeito aos direitos consensuais, tais como a casa de morada e o sítio para produção. O morador tinha direito a uma casa e a usufruir de um pedaço de terra para lavouras destinadas ao autoconsumo. Contudo, com o processo de conquista dos direitos dos trabalhadores no interior das fazendas de cana-de-açúcar, essas relações se modificaram.⁴² Segundo Palmeira (1977; 1989), as formas de dominação constitutivas da

⁴¹ A Fazenda Vermelha era situada na cidade de Cardoso Moreira, um pequeno município localizado na divisa das regiões Norte e Noroeste Fluminense, criado por emancipação da cidade de Campos em 1989. Sua população total corresponde a 12.595 habitantes. A Fazenda Vermelha era uma fazenda de produção de cana-de-açúcar fornecedora das usinas Sapucaia e Santa Cruz, ambas sediadas em Campos. No seu entorno, no sentido da cidade de Campos dos Goytacazes, encontramos a localidade de Taquarasu, um conjunto de casas pertencentes a trabalhadores da antiga Usina Outeiro, hoje falida. Após Taquarasu, há a comunidade de Três Vendas e logo na divisa com o município de Campos chega-se à Usina Sapucaia, uma das usinas mais ativas da região e que emprega muitos trabalhadores.

⁴² As relações sociais na *plantation* açucareira tradicional e os processos de mudança no Brasil, vivenciados nas décadas de 1950 e 1960, foram objeto de análise de vasta bibliografia, sobretudo etnografias. Estas abordam como os trabalhadores, os *moradores*, percebem e atribuem significados ao processo de perda de “direitos” consensuais, baseados em formas de dominação específica e interiorizada, para a conquista de *direitos*, assim como analisam a genealogia da própria categoria *morada*. (PALMEIRA, 1977; SIGAUD, 1977).

relação entre *moradores* e *patrão*, após a chegada dos direitos, não correspondem mais às relações anteriores, agora mediadas por outros agentes e outras lógicas, bem como a constituição de uma “força de trabalho segmentada” (SIGAUD, 1979 apud PALMEIRA, 1989).

Nesse sentido, a pertinência da utilização da categoria “morador” referenciada ao sistema de *morada*, tal como entendido pelos autores acima citados, não se aplica ao caso de Paz na Terra. A categoria *morador*, no contexto de decadência da agricultura canavieira fluminense atual, expressa, sem dúvida, formas de relações sociais do passado, das quais muitos assentados assistiram às transformações, porém não tem o mesmo significado. Contudo, optei pela utilização desse termo na dissertação por ser o termo nativo que classifica uma distinção entre assentados: aqueles que residiam na fazenda (os “moradores”) e os que chegaram à fazenda por meio do acampamento (os “sem terra” ou “acampados”). Os moradores que permaneceram na Fazenda Vermelha, e que hoje são assentados, continuaram residindo com suas famílias nas mesmas casas, enquanto grande parte dos assentados que ingressou o acampamento Paz na Terra vive em barracos de lona. Como veremos, essa distinção é significativa e marca diferenças de condições entre assentados e reações em relação ao processo de assentamento rural.

Os *moradores* da Fazenda Vermelha lembram que, antes da ocupação, o Incra já havia visitado a área e vistoriado a fazenda. Eles não sabiam ao certo do que se tratava, mas percebiam que a fazenda não estava indo muito bem e que perdia a sua produtividade, com lavouras de cana-de-açúcar malcuidadas e abandonadas, a gradual demissão de trabalhadores e a introdução do gado na fazenda, o que não foi suficiente para declará-la produtiva.⁴³

Mesmo percebendo que a fazenda estava em decadência, Dona Firmina (57 anos), esposa de Seu José, antigo zelador da casa-sede da fazenda, não esperava que fosse acontecer uma ocupação de *sem terra*. Dona Firmina nasceu na Fazenda Santana, que produzia cana-de-açúcar para a Usina Outeiro. Segundo ela, a Fazenda Santana e a Fazenda Vermelha

⁴³ “Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras “a”, “b”, “c” e “d”, e 20, inciso VI, da Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, os seguintes imóveis rurais:

VIII - “Fazenda Vermelha”, com área de mil, cento e sessenta e nove hectares e sessenta e cinco ares, situado no Município de Cardoso Moreira, objeto da Matrícula nº 14, fls. 14, Livro 2, do Cartório do Ofício Único da Comarca de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro (Processo INCRA/SR-07/nº 54180.000445/2002-18).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 25 de fevereiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.”. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003.

pertenciam ao mesmo dono, e com a sua morte, a Fazenda Vermelha ficou sob a administração de suas filhas e da viúva, que aos poucos venderam partes da área⁴⁴.

Dona Firmina lembra o dia em que, ao amanhecer, o vigia da sede lhes disse que os *sem terra* estavam na beira da estrada. No início ela estranhou muito, pois quando os “sem terra entram, assusta”. Atualmente, Dona Firmina e Seu José têm um bar no assentamento, onde trabalham o marido e os três filhos que moram com eles. Firmina trabalha como faxineira na escola de Outeiro. Diz que já se acostumou com o *movimento*, é mais livre e não tem patrão: “A gente acabou acostumando que é diferente da televisão. Nós, aqui, é uma comunidade, lá fora é a mesma coisa, uma comunidade como outra qualquer”.

Dona Margarida (61 anos) mora na fazenda há 20 anos e conta que três meses após a morte do marido, antigo motorista dos donos da fazenda, o estado da fazenda era de abandono. Nesse período o Incra andava pela fazenda e, segundo ela, “eles ficaram com medo de enfrentar, aí, é que invadiu”. Para Dona Margarida, antes tudo era organizado e *limpinho*, porque “depois que entrou o sem terra enrolou tudo”, não poderiam mais *limpar* a casa, nem pintar, nem arrumar as janelas. Essa queixa se deve ao fato de que a casa onde Dona Margarida mora pertencia ao proprietário da fazenda, como todas as outras casas de alvenaria da fazenda, e agora faz parte do conjunto de benfeitorias do assentamento. Enquanto não for decidida a destinação das benfeitorias, ela não pode fazer reparos no imóvel e também não sabe se irá permanecer nele.

Apesar disso, Dona Margarida diz que “os sem terra são bons vizinhos” e que até houve casamento de um neto seu com uma moça *sem terra*. Ela não gosta de morar na cidade e, embora tenha uma casa no Distrito de Travessão, próximo a Campos – que as antigas patroas “ajudaram” seu marido a construir – gosta muito da Fazenda Vermelha e não pretende sair de lá. Já está inscrita para ser assentada, e toda a sua família vai morar no mesmo lote: suas três filhas, duas já casadas e com filhos, e os dois filhos adotivos de Dona Margarida, que ainda moram com ela.

Seu Benedito (56 anos) e sua família também moravam na Fazenda Santana, e quando esta foi vendida, foram trabalhar na Vermelha, onde residem há mais de 25 anos. Seu Benedito e a esposa têm cinco filhos, dois homens e três mulheres. As três filhas, já casadas, moram na Fazenda Vermelha, o caçula ainda mora com eles, e outro filho foi embora trabalhar em Cabo Frio, porque o trabalho com a cana era muito pesado. A esposa de Seu

⁴⁴ Segundo a pesquisa realizada em arquivos do Incra sobre o processo de desapropriação da Fazenda Vermelha, as proprietárias da mesma eram: Maria Deolinda Carneiro de Oliveira, Maria Violeta Carneiro de Oliveira, Maria Dulce Carneiro de Oliveira, Maria de Lourdes Pessoa de Souza.

Benedito trabalha no corte da cana até hoje para a Usina Sapucaia, e ele trabalha em uma fazenda vizinha. Segundo suas filhas, um dos principais motivos para a saída de algumas famílias de *moradores* da fazenda foi o desemprego:

Maíra – Havia muitas famílias que moravam aqui na fazenda?

Diana – Tinha, tinha, só que muitos foram embora, não ficou.

Aline – As casas ficava tudo ocupada.

D – As casas todinha que você vê aqui era tudo ocupada. Tudo morava os morador. Aí, os morador foi desistindo e foram embora. Aqui a dificuldade também de emprego.

A – É porque é assim, eu penso assim, tem gente que tá na casa, tinha o trabalho, né? Tinha pouco mais tinha, e agora...

D – Como é que vai ficar na casa sem trabalhar? A mesma coisa de mãe. Mãe continua trabalhando.

A – Mãe trabalha na roça ainda.

D – Como é que vai se alimentar se não tem como trabalhar? Porque o pouco que ganha, tem que fazer alguma coisa.

A – Às vezes, vem compra dos sem terra...

D – Nem sempre, é muito difícil

Atualmente, não há mais produção de cana-de-açúcar na fazenda, apenas o que restou da última safra. Embora a falta de empregos e dificuldade de geração de renda afetasse a todos os assentados de uma maneira geral – pois não há produção agrícola que os sustentasse, e a maioria das famílias buscava emprego fora do assentamento –, para os *moradores* o processo de mudança foi diferente. Para os *moradores* a nova situação implicou não ter mais a fonte de renda anterior, como empregados dos donos da fazenda. Se isso por um lado é bom, como fala Dona Firmina, por não ter mais *patrão* e ser mais “livre”, implica ter que buscar novas formas de renda, posto que a agricultura de subsistência que praticavam não era o suficiente para sustentar a família.

Dentre os *moradores*, a família de Benedito foi a que melhor recebeu os acampados, estabelecendo uma relação de ajuda mútua, como troca de alimentos (cesta básica) e de produção. Também nessa família houve um casamento entre uma das filhas de Seu Benedito e um filho de *sem terra*. Porém a chegada dos *sem terra* também trouxe problemas para Seu Benedito. Ele é um dos poucos *moradores* que continua com sua lavoura, mas tem vivido dificuldades para produzir, principalmente por conta dos animais que pisoteiam as roças e comem as plantações. Além da existência de animais nas plantações, há uma incerteza dessas famílias de *moradores* em relação à sua permanência nas atuais casas, como já mencionei acima.

2.2.4. A juventude na formação do assentamento

Como vimos, o início do Acampamento Paz na Terra foi num momento de grande efervescência das ações do MST no Rio de Janeiro, cuja estratégia consistia em ampliar a sua base, criando novos acampamentos e assentamentos, e aumentando o número de militantes no estado. Segundo Geraldo (30 anos), militante do MST, Paz na Terra havia sido um acampamento muito “organizado”, de onde foram projetados muitos militantes, como Dona Bernadete e Seu Rodrigo, por exemplo.

Contudo, enquanto os militantes que coordenaram o processo das ocupações eram todos, como Geraldo, jovens acampados e assentados na região, os militantes formados a partir de Paz na Terra já não tinham esse perfil, tratando-se, em maioria, de pessoas *mais velhas* e que tinham família.⁴⁵ Na leitura de Geraldo, o fato de serem pessoas mais velhas que despontavam como lideranças implicava em alguns limites ao movimento, porque diante das dificuldades financeiras estes tinham que se ausentar das tarefas militantes para atender às demandas imediatas de sua família. Nessa lógica, a juventude seria aquela que, por ter menor “peso familiar” e “menos responsabilidades”, teria mais disponibilidade para assumir tarefas e participar de cursos de formação política do MST. Essa imagem evocada por Geraldo é bastante similar à que identificamos na fala de Gilmar Mauro no primeiro capítulo da dissertação, quando se refere à juventude ser mais “liberada” para assumir tarefas e pelo seu potencial militante.

Embora houvesse um número expressivo de jovens no início do Acampamento Paz na Terra, sobretudo por este ser próximo ao Centro da cidade Campos, eles não foram inseridos na estrutura organizativa do acampamento, nos *setores* e *núcleos*, que são as instâncias do modelo de organização dos acampamentos do MST:

Geraldo – Como as famílias que mudaram, como ele era próximo ao Centro, então a juventude, isso atraía a juventude e por isso havia um número muito grande de jovens. Mas nesse período não houve uma atenção nossa para organizar essa juventude. Na nossa lógica, na nossa ideologia, todos deveriam participar dessas instâncias, do núcleo, da coordenação e tal. E a juventude tinha sua participação quando esse espaço era aberto, e ele assumia tarefas também. Não houve uma atenção maior para a organização da juventude.

Segundo Geraldo, no momento em que foi organizado o Acampamento Paz na Terra, não havia uma preocupação especial em criar espaços e instâncias para os jovens. No estado do Rio de Janeiro, até então, não havia uma orientação para os militantes atuarem com a

⁴⁵ Geraldo caracterizou como “jovens” os militantes da Região Norte Fluminense que coordenaram o processo de ocupações de Paz na Terra, cujas idades encontravam-se, na época, entre 18 e 25 anos.

juventude. Esta se deu a partir do ano de 2006 quando foi instituído nacionalmente um espaço para os jovens no MST⁴⁶.

Em Paz na Terra, os militantes tomaram a família como unidade sobre a qual organizavam os acampamentos. A única distinção consistia em determinar que as coordenações fossem compostas por um homem e uma mulher, política que busca garantir a paridade da participação feminina nos processos decisórios. Na fala de Geraldo, um elemento interessante é sua afirmação de que os jovens assumiam as tarefas quando “esse espaço era aberto”. O que significava ser aberto? Quais eram as restrições?

Geraldo – A tendência era que nos núcleos, por causa dessa cultura de latifúndio da região, cultura machista, cultura do coronelismo, muito machista, muito preconceituosa e muito conservadora, né. Então, era muito difícil, no núcleo, as famílias indicarem um jovem para fazer, para poder assumir a tarefa. Eles eram olhados como quem não tinha capacidade, não tinham potencial, não tinham responsabilidade para assumir as tarefas. E aí, juntava ao processo de degradação que eles já vinham. E essa cultura conservadora que vem impregnada no nosso time... Então era difícil abrir espaço para a juventude assumir tarefas.

Para ele, os principais limites à participação da juventude relacionavam-se à cultura conservadora da região de Campos e ao perfil “degradado” daquela juventude, que não transparecia confiança. O perfil “degradado” dos jovens, para Geraldo, era fruto da ausência de emprego e educação na região, das condições precárias de vida de muitos assentados, em sua maioria, oriundos de favelas e bairros periféricos da cidade de Campos. A constatação da falta de credibilidade da juventude, por parte dos mais velhos, era reveladora das representações construídas acerca dos jovens, como eu também havia notado logo nas primeiras idas a campo. Essas representações relacionavam à juventude a idéia de transgressão e problema, e ainda, sob os olhares dos outros, por seu desinteresse e distanciamento em relação às questões coletivas, sugerindo à pesquisadora que a desqualificação dos jovens era uma expressão das divisões de poderes entre gerações (BOURDIEU, 1983; CASTRO, 2005).

Veremos agora a composição da população de Paz na Terra, o perfil das famílias e algumas de suas estratégias para permanecerem no assentamento, à espera do parcelamento dos lotes.

⁴⁶ No Estado do Rio de Janeiro, o coletivo de juventude ainda está em formação. No período em que foi realizada a pesquisa (ao longo do ano de 2007), Iasmim, jovem de Paz na Terra, era coordenadora estadual do setor de cultura e assumiu a tarefa de organizar esse coletivo de juventude nas regionais do estado.

2.3. Ocupar, resistir e... esperar

O projeto de assentamento Paz na Terra foi criado no dia 28 de março de 2005, com 84 “representantes da unidade familiar” cadastrados pelo Incra⁴⁷. O momento em que a pesquisa foi realizada coincidiu com o período de transição de sua condição de acampamento para assentamento rural, intitulado “pré-assentamento”, por tratar-se de um assentamento que ainda não foi implantado⁴⁸.

No ano de 2006, os assentados receberam os primeiros créditos (fomento e alimentação), assim como foi iniciado o trabalho de assistência técnica e as discussões sobre o modelo de desenvolvimento do assentamento. Contudo, muitas discontinuidades têm marcado esse processo de instalação do assentamento que, até o início do ano de 2008, não havia sido iniciado. Dentre essas discontinuidades, destacam-se a demora do parcelamento dos lotes – previsto para o segundo semestre de 2007 – bem como para renovação de convênio como a Cooperativa Estruturar, responsável pela assessoria técnica social e ambiental⁴⁹.

O Assentamento Paz na Terra, desde sua trajetória de acampamento até o momento em que se encontrava, à espera do parcelamento dos lotes, se revelou um contexto em constantes mudanças. Durante o período de trabalho de campo desta pesquisa, a dinâmica de mobilidade e instabilidade da situação das famílias foi muito marcante. Cheguei a acompanhar pessoas que foram embora e retornaram ao assentamento por duas vezes, como Dona Joana, por exemplo. Notei uma descrença coletiva em relação à efetiva implantação do assentamento. Muitas eram as queixas dos assentados de estarem abandonados pelo Incra e pelo MST, queixas que eu atribuo à lentidão do processo e aos desgastes nas relações entre assentados e os mediadores. Os assentados, em sua maioria, embora estivessem cadastrados, demonstravam receio de que talvez não “saísse” a terra. Os termos “acampamento” ou “sem

⁴⁷ Dados obtidos a partir da “Relação de beneficiários assentados no ano de 2005” e da listagem de “Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação”. Disponível em www.incra.gov.br, acessado em março de 2008.

⁴⁸ “O termo pré-assentamento tem sua origem no discurso oficial, referindo-se a uma das etapas da efetivação do assentamento rural. Corresponde ao estágio em que as famílias já cadastradas e selecionadas preparam-se para assumir as parcelas liberadas mediante a autorização do Governo Federal através do INCRA” (CURADO, 1998).

⁴⁹ A assessoria técnica dos assentamentos rurais (ATES) “Assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável.” (INCRA; 2004:9). A equipe de ATES da Cooperativa Estruturar era formada por profissionais da área das ciências agrárias e economia doméstica. Os técnicos são indicados, em grande medida, por professores universitários, amigos do MST, e pelo próprio MST, ficando sob a responsabilidade do Setor de Produção acompanhar o trabalho dos técnicos.

terra” para se referir ao assentamento rural eram, inclusive, significativos da forma como eles viviam essa situação. Havia, além disso, alguns boatos de que as antigas proprietárias da fazenda a tomariam novamente.

Segundo Neves (1997b), o sentido do processo de assentamento e da palavra assentado pode ser entendido como um conjunto de ações pelas quais os indivíduos vão incorporando recursos materiais, sociais e simbólicos que possibilitem a aquisição da nova posição social. Essa nova posição, a de assentado, remete à idéia de “enraizar” e pressupõe um “desenraizamento”. O assentado significaria aquele que se instalou e está estabelecido ou firmado. Essa formulação é interessante para pensarmos a situação transitória de Paz na Terra e as formas de classificação utilizadas pelos assentados. Em Paz na Terra ninguém utiliza a categoria “assentado” como autoclassificação, pois eles se colocam como “acampados” ou mesmo “sem terra”. Os termos “assentado” ou “assentamento” são utilizados apenas quando se referem à questão formal e institucional. Neves percebeu que, no contexto de conversão de trabalhadores rurais da Usina do Imbé em assentados rurais, conforme os trabalhadores se apropriavam produtivamente das terras e em contextos de reconhecimento oficial, se autodefiniam como assentados. O sentimento de transitoriedade relativo à vivência prolongada em acampamento não possibilita ainda que as pessoas de Paz na Terra sintam-se e coloquem-se como assentadas.

Muitos autores têm entendido o período de acampamento como uma situação de incerteza e transitoriedade, como um espaço liminar, marcado por processos de “ressocialização” dos indivíduos (LOERA, 2006), ou mesmo, onde novas identidades sociais e políticas se constituem (FERNANDES, 1996). Para outros, esse processo transitório e esse espaço que compreende o acampamento mais se aproxima de uma “dessocialização”, cuja incerteza e a condição de “desamparo social e político” são traços marcantes (MARTINS, 2003). Acredito que a vivência em um acampamento seja um pouco de todas essas percepções, no entanto, não pode ser vista separada do diálogo que aqueles que ingressam nas ocupações e acampamentos de terra promovem com sua própria história de vida.

Nesse sentido, compartilho da perspectiva analítica de Neves (1997b) de que o processo de assentamento rural pode ser visto como um processo de mudança desejada, necessária ou mesmo imposta e que se efetiva por meio da ação coletiva cuja viabilidade implica o engajamento e incorporação da crença da necessidade do mesmo. Contudo, esse processo exige a incorporação da mudança “num processo de desnaturalização dos modos de vida anteriormente consagrados e de percepção de que integra, como ator concorrente, um campo de disputas pela definição de sociedade desejada segundo interesses específicos”

(op.cit: 5). A presença de mediadores, como o MST, pode ter a função de criar as condições para novas representações sociais e construção de uma nova ética, mas o processo pode ser lido também como construção de relações de forças, que contém diversidades de posições e lutas internas. Nesse sentido, proponho um questionamento, a partir das histórias das famílias e do momento de transição pelo qual vivem em Paz na Terra: em que medida o processo que observamos consiste em um *desenraizamento*, *dessocialização* ou *ressocialização*? Quais são as rupturas e continuidades nas vidas dessas pessoas?

2.3.1 As famílias de Paz na Terra

Os sons do assentamento representam um pouco uma atmosfera onde elementos “rurais” se misturam com os elementos “urbanos”. De manhã, por volta das 7h, pode-se ouvir passarinhos cantando, ao mesmo tempo em que se escuta o barulho de carros e motos de pessoas indo para o trabalho. Ouve-se também o barulho das brigas entre as dezenas de cachorros. Segundo a percepção de muitos assentados, a dinâmica de Paz na Terra é “diferente” dos outros lugares (rurais), por serem pessoas mais “urbanas”, porque acordam mais tarde e por serem poucos os que vão para a roça bem cedinho. Ao longo do dia, mas principalmente nos fins de semana, ouve-se música vinda de várias partes do assentamento, tocada em alto volume, com estilos variando entre o *funk*, *axé*, o *forró* e o *brega*.

Quando optei por realizar a pesquisa em Paz na Terra, ao conversar com militantes do MST sobre o assentamento, todos me alertavam ou destacavam o perfil “mais urbano” das pessoas deste assentamento, sobretudo por serem pessoas que saíram de favelas e bairros pobres da cidade de Campos. Como foi possível perceber em alguns dos relatos e trajetórias de assentados, a população de Paz na Terra foi constituída por diferentes processos de ingresso que podemos dividir em três grupos. O maior grupo, que ainda constitui a maior parte da população de Paz na Terra, é o dos assentados que acamparam atrás do Hospital Geral de Guarus e residiam em bairros pobres ou favelas da cidade de Campos como Parque Santa Rosa, Parque dos Prazeres, Parque Calabouço, Baleeira, Eldorado, Novo Jockey e localidades do entorno. Outra parcela é composta pelos moradores da Fazenda Vermelha, com 12 famílias. E o último grupo a ingressar no assentamento, formado por aqueles despejados dos outros acampamentos, com dez famílias.

Apesar de os entrevistados enfatizarem a sua origem rural no interior das fazendas de cana-de-açúcar da região, segundo o levantamento populacional realizado pela equipe de

assessoria técnica da Cooperativa Estruturar⁵⁰, grande parte da população (68,75%) afirmou residir em área urbana nos últimos cinco anos antes de ingressar no acampamento.

No que se refere à ocupação profissional dos assentados, há muitas semelhanças entre os diferentes grupos que compuseram Paz na Terra. De uma forma geral, a inserção profissional na lavoura canavieira é marcante na população da Região Norte Fluminense. Muitos assentados já haviam tido experiência com o trabalho no corte da cana como Ernesto, Patrícia e seu marido, Seu Agnaldo. Outros assentados experimentaram a condição de moradores das fazendas, ou trabalhadores permanentes, sobretudo em sua infância como Ernesto, Dora e Bernadete, e desta forma, tiveram contato com a agricultura de subsistência, permitida nas fazendas. Mas outras inserções profissionais eram recorrentes entre assentados, sobretudo os que residiam na cidade de Campos e seu entorno. Os homens haviam trabalhado (e muitos ainda o faziam) como pedreiros, motoristas, despachantes ou até operários em fábricas e usinas da região, como o marido de Bernadete e Seu Rodrigo. Dentre as mulheres prevalecia, sobretudo, o trabalho como empregada doméstica ou dona de casa, como Bernadete, Nanci, Dora e Dona Margarida. As formas de ocupação dos assentados que viviam na Fazenda Vermelha consistiam diferentes serviços associados ao trabalho na manutenção da infra-estrutura da fazenda e outros como a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar, mas ainda o cultivo de roças familiares. Porém é preciso afirmar que a nova condição não havia gerado ainda muitas mudanças na inserção profissional dos assentados, pois grande parte deles continuou a trabalhar fora do assentamento e, como veremos, poucos trabalhavam com agricultura dentro do assentamento.

O levantamento socioeconômico do assentamento abrangeu um universo de aproximadamente 300 pessoas e trabalhou com 79 responsáveis pelo lote, ou “chefes de família”. Em Paz na Terra havia maior número de homens do que de mulheres, 168 homens (56%) para 132 mulheres (44%). Em relação à distribuição dos assentados por faixa etária, 37 eram crianças de até 6 anos de idade (12,33%); 65 pessoas entre 7 e 15 anos de idade (21,66%); 52 pessoas entre 16 e 24 anos (17,33%); 54 pessoas dos 25 até 40 anos (18%); 68 pessoas entre 40 e 60 anos (22,67%) e 24 pessoas maiores de 60 anos (8%). A relação da distribuição

⁵⁰ O levantamento socioeconômico foi realizado no segundo semestre do ano de 2006 para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Paz na Terra (PDA). O PDA é “o instrumento de planejamento do Projeto de Assentamento, compreendendo todas as fases do processo, iniciando-se com a instalação das famílias, na área do assentamento, suas participações efetivas e capacitação para construção e elaboração desse Plano, até a completa emancipação e sustentabilidade do Projeto de Assentamento, obtidos com o progresso sócio-econômico e cultural das famílias assentadas, medidos através de indicadores, quando comparado ao estágio atual dessas famílias com o diagnóstico efetuado na fase inicial do Projeto” (INCRA, 2004: 31).

por faixa etária e por sexo oscilava pouco, permanecendo a maior proporção de homens em relação às mulheres em quase todas as faixas etárias.⁵¹

Tabela 1: População por faixa etária e gênero

IDADE	GERAL		Masc.		Feminino	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%
Até 6	37	12,33	22	7,33	15	5,00
7 a 15	65	21,66	34	11,34	31	10,34
16 a 24	52	17,33	31	10,33	21	7,00
25 a 40	54	18,00	32	10,67	22	7,33
40 a 60	68	22,67	33	11,00	35	11,67
>60	24	8,00	16	5,33	8	2,67
TOTAL GERAL	300	100,0	168	56,00	132	44,00

Fonte: Censo socioeconômico do P. A. Paz na Terra, 2006. Adaptado pela pesquisadora

O nível de escolaridade da população de Paz na Terra é relativamente baixo, 145 pessoas estavam na faixa do primeiro segmento de ensino fundamental (1ª à 4ª série); 81 pessoas no segundo segmento (5ª à 8ª série), apenas 17 pessoas no ensino médio e três pessoas no nível superior. Praticamente todas as crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos de idade estudam, mas isso se modifica para os que estão entre 16 e 24 anos. Para a faixa entre 16 e 24 anos e entre 25 e 40 anos, o nível de escolaridade varia bastante, e é onde se concentram os poucos que atingiram o ensino médio. Dentre aqueles na faixa dos 40 a 60 anos, são poucos os que concluíram o ensino fundamental, e as pessoas com idade maior de 60 anos são as que apresentam escolaridade mais baixa, não ultrapassando a 5ª série do ensino fundamental.

⁵¹ Importante chamar atenção para os limites do levantamento socioeconômico do assentamento. A definição de faixas etárias não segue um padrão que permita a comparação com outras pesquisas, principalmente por ter algumas faixas etárias muito abrangentes, como de 25 a 40 anos. No entanto, optou-se por sua utilização por ser o único material disponível sobre a população de Paz na Terra.

Tabela 2: População por faixa etária e escolaridade

IDADE	Estuda	Ñ Estuda	1º Grau								2º Grau			Superior	EJA
			1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	1º	2º	3º		
Até 6	19	17	14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 a 15	60	5	15	16	7	5	11	2	2	4	1	0	0	0	0
16 a 24	18	32	2	4	2	9	8	3	7	7	2	1	3	3	3
25 a 40	4	47	5	6	4	11	9	3	2	3	2	5	1	0	2
40 a 60	5	58	7	6	8	10	8	2	4	4	0	1	1	0	3
>60	1	22	4	1	3	5	2	0	0	0	0	0	0	0	1
SubTotal	107	181	47	34	24	40	38	10	15	18	5	7	5	3	9
TOTAL	288		145				81				17			3	9

Fonte: Censo socioeconômico do P. A. Paz na Terra, 2006. Adaptado pela pesquisadora

De acordo com o estado civil dos responsáveis pelo lote, das 77 respostas, 23 pessoas são casadas e 18 declararam que vivem com companheiro, em casamento consensual; seis viúvo(a)s; seis divorciado(a)s; e 24 pessoas solteiras. A média de membros por família era de três a quatro pessoas. Mas, ao analisar a composição familiar, percebi que 49 famílias são compostas por até cinco membros e 15 famílias são compostas por mais de cinco pessoas (a família mais populosa conta com 13 pessoas das mais diferentes idades). Ainda, há 12 pessoas que estão sozinhas no levantamento, pois não declararam suas famílias.

É importante frisar que o levantamento da composição familiar incluiu membros não-residentes no acampamento, 43 pessoas da população total (14,33%). Assim, pude identificar também 13 pessoas que declaram suas famílias, mas o responsável residia sozinho no assentamento. Dentre essas pessoas que viviam sozinhas, nota-se que a maioria são homens com idade maior que 25 anos. Da parte da população que não residia no assentamento (um total de 43 pessoas), mais da metade era composta de crianças e jovens até 24 anos (26 pessoas). O que significa que quase 1/3 (25 pessoas) dos chefes da unidade familiar em Paz na Terra morava sozinho no momento em que foi realizada a enquete.

Tabela 3: População por faixa etária e moradia

IDADE	GERAL		Mora		Não Mora	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%
Até 6	37	12,33	25	8,33	4	1,33
7 a 15	65	21,66	46	15,33	8	2,66
16 a 24	52	17,33	32	10,67	14	4,67
25 a 40	54	18,00	47	15,67	4	1,33
40 a 60	68	22,67	52	17,33	9	3,00
>60	24	8,00	18	6,00	4	1,33
TOTAL GERAL	300	100,0	220	73,33	43	14,33

Fonte: Censo socioeconômico do P. A. Paz na Terra, 2006. Adaptado pela pesquisadora

Percebe-se, portanto, que diferentes dinâmicas e estratégias são acionadas pelas famílias assentadas para permanecer em Paz na Terra. Desde o período do acampamento, o critério de ter pelo menos um membro da família ali residindo implicou estratégias de conciliação do “barraco” com outros vínculos, dentre residências, parentes e trabalho. Há chefes de família que ingressam sozinhos no acampamento, enquanto os filhos permaneceram em Campos, com o cônjuge ou parentes. Em Paz na Terra, inclusive, houve certa facilidade para muitos acampados participarem no primeiro momento do acampamento, atrás do hospital. Porém, ao serem iniciadas as ocupações de terra, e, obviamente, com o deslocamento do acampamento para locais mais distantes, houve mudanças nas estratégias familiares. No caso de Ernesto, por exemplo, ele foi o primeiro a acampar e, depois de um tempo, sua esposa e sua filha mais nova se reuniram a ele. Joana trouxe os filhos menores quando já estava no acampamento na Fazenda Almada Maruí. Dona Bernadete e o marido, ao chegarem ao acampamento em Almada Maruí, fecharam o bar onde trabalhavam, e ela mudou-se para o acampamento.

Outros assentados continuaram vivendo intensa mobilidade entre o assentamento e a localidade de origem, e mantêm duas residências. A rotina de Sílvia (45 anos), por exemplo, é administrar o *barraco* em Paz na Terra, sua participação no assentamento e o trabalho como merendeira em uma escola da Prefeitura de Campos. Seu marido e filhos residem em Campos – apenas depois de distribuídos os lotes, ela pretende trazer sua família. A dinâmica de mobilidade campo–cidade, bem como a inserção em diferentes ocupações profissionais são, em alguns casos, a própria condição para a permanência das pessoas nos acampamentos e até mesmo nos assentamentos rurais. Essa combinação da moradia rural com o trabalho urbano tem sido uma estratégia adotada em alguns assentamentos no Estado do Rio de Janeiro, conforme observou Alentejano (2003). No caso de Sílvia, pesou ainda seu entendimento de

que o acampamento não era lugar adequado para seus filhos – os jovens de Paz na Terra, que não estudavam e “não querem nada” seriam más companhias para os seus.

Para algumas famílias, o trânsito campo–cidade é vivido semanalmente, como no caso de Dora, irmã de Ernesto, que mora com o marido e o filho mais novo em Paz na Terra, mas mantém outro “barraco” na Favela Parque Calabouço, em Campos. Durante a semana, ela trabalha como doméstica em casa de família e faz faxinas, e seu filho estuda em um colégio em Campos

Há situações em que são os filhos que “cuidam” do barraco para os pais no assentamento. Esse é o caso de Guilherme (20 anos), que mora com o pai e dois irmãos mais novos em Paz na Terra. Seu pai passa a semana inteira fora trabalhando e só retorna nos fins de semana. Guilherme participou de todo o processo de ocupações de terra. Antes do acampamento, ele morava com o pai e a antiga madrasta, na Favela Baleeira, em Campos. Segundo Guilherme, seu pai teve origem rural e toda a sua família era da região de Campos. Apesar de Guilherme passar bom tempo no assentamento e seu pai ficar a semana toda em Campos, era este quem decidia todas as questões relativas ao processo de assentamento.

Embora as práticas descritas acima sejam estratégias das famílias de Paz na Terra para lidar com a situação de assentadas à espera do parcelamento, vale lembrar que a manutenção de dupla residência não é, de forma alguma, uma prática exclusiva da situação de acampamentos ou de assentamentos em fase de instalação, mas é prática comum em outros contextos rurais e em assentamentos mais antigos (CASTRO, 2005; WANDERLEY, 2006). Wanderley fala em “bilocalização” para se referir à circulação dos jovens rurais de Pernambuco entre duas ou mais casas, como uma estratégia para fazer face às condições de extrema dificuldade que os impede de fixarem-se em apenas um domicílio.

Outras dinâmicas de circulação das famílias de Paz na Terra também merecem ser referidas, como a circulação de parentes no assentamento, a circulação de crianças e jovens entre as casas de parentes. A circulação de parentes pode ser atribuída a diversos motivos como visita, férias das crianças, “passar um tempo” na casa de outros. Quanto às crianças, em Paz na Terra é comum encontrar crianças criadas pelas avós, enquanto as mães trabalham e residem em Campos. Pude presenciar situações em que uma avó havia “devolvido” o neto porque a criança estava dando “muito trabalho”, ou porque a mãe teria ficado desempregada e já poderia cuidar dela. A prática da circulação e adoção de crianças por parentes consangüíneos em famílias de classes populares⁵² foi objeto da análise etnográfica de Claudia

⁵² Como bem notou Guedes e Lima (2006), devido aos impasses dos estudos antropológicos em sociedades complexas para incluir a problemática das classes sociais nos termos marxistas – cujos pressupostos

Fonseca (1995), em que a autora ressalta a importância de perceber os sistemas de valores próprios que orientam as dinâmicas familiares e as redes pelas quais são mobilizados.⁵³ Por parte dos jovens de Paz na Terra, a circulação entre a casa de parentes é intensa e lhes permite um maior leque de possibilidades, contribuindo para a maneira como administram o dilema “ficar ou sair”.

As dinâmicas familiares mais abertas e “porosas”, que fogem ao modelo dominante da família nuclear, são conhecidas na bibliografia sobre famílias de trabalhadores, tanto rurais como urbanos (FONSECA, 2004). A circulação por redes familiares, descrita por Marcelin (1999) como uma “configuração de casas” pelas quais os agentes se movem, transcendem as fronteiras físicas entre espaços, tais como divisões administrativas, ou sociológicas, como rural–urbano. Nesse sentido, as “circulações” podem ser entendidas como uma “administração coletiva dos vários espaços de residência e possibilidades de obtenção de renda, estudo, aprendizado, assistência médica, alimentação, bem como defesa, refúgio, afeto, namoro, festa e política ao alcance de uma dada rede de base familiar”, também identificadas por Comerford (2006:8), na Zona da Mata mineira.

Essas perspectivas podem ser chave de inteligibilidade das estratégias de reprodução social das famílias de Paz na Terra – entendo as estratégias de reprodução social, nos termos de Bourdieu (1994), que não são conscientes e racionais, mas disposições do *habitus* que se reproduz. Estas dependem de condições sociais das quais são produto o volume e a estrutura do capital possuído pelas famílias. Nesse sentido, não apenas o ingresso das famílias em Paz na Terra, como a própria dinâmica de mobilidade campo–cidade, a circulação familiar, podem ser lidas como práticas e estratégias de reprodução inscritas em sistemas de valores e práticas de um *habitus* das classes populares.

2.4 Organização e planejamento: discutindo o assentamento

Os assentados de Paz na Terra foram organizados por núcleos de base, com cerca de dez famílias em cada núcleo. A maioria dessas famílias vive em barracos de lona preta. São

epistemológicos são distintos daqueles que, em geral, orientam a produção teórico-metodológico da antropologia – os autores têm utilizado termos mais descritivos, tais como “classes populares” ou “grupos populares”, “trabalhadores”. Nesta dissertação também farei uso desses termos.

⁵³ Segundo Fonseca (1995), a prática da circulação de crianças e da adoção, embora seja antiga na sociedade brasileira, hoje é encontrada em famílias das classes populares. Para a autora, longe de representar uma situação de anomia ou desagregação da família, pode ser entendida a partir de redes de relações que se formam em função das crianças, mas também revela como as crianças podem ser usadas na consolidação de redes já existentes. O que esta em jogo, em grande medida, é uma concepção de família e de criança, distinta da concepção da família de classe média.

em torno de 60 barracos dos mais diversos tamanhos e dimensões, localizados uns ao lado dos outros, em fileiras. Há também alguns barracos feitos de madeira, compensados e tábuas, mas muitos dos barracos consistem em misturas de diversos materiais e alguns têm o chão cimentado. A maioria dos barracos tem banheiro com fossa, eletricidade (os “gatos”) e abastecimento de água, feito por um sistema de bombas. Uma bomba puxa água para a cisterna da fazenda, que a seguir é impulsionada por outra para a caixa d’água da casa-sede e daí distribuída para a área do acampamento, por meio de canos e mangueiras individuais, até os barracos. O procedimento completo leva em torno de duas horas e costuma ser feito de uma a duas vezes ao dia. Porém muitas pessoas pegam água diretamente na cisterna com baldes e galões, porque não possuem a saída de água para seus barracos. Muitos assentados não tinham recursos e outros preferiram não investi-los na infra-estrutura dos barracos, já que grande parte desta não será recuperável quando forem para os lotes.

O “acampamento” está situado na parte alta da fazenda, próximo ao casarão da sede. Na parte baixa, à beira do Rio Muriaé, está situada a maioria das antigas casas de alvenaria, o campo de futebol e algumas roças. Nas casas de alvenaria moram cerca de 20 famílias: os antigos *moradores* da fazenda e algumas famílias de assentados, estes últimos em razão de um acordo com o assentamento e com o MST pelo qual as famílias, em contrapartida, se comprometeram a contribuir com a manutenção da infra-estrutura coletiva do assentamento, como o casarão da sede da fazenda. O casarão se tornou o centro de formação do MST na região, local onde são realizados cursos, reuniões, festas de aniversário ou batizados dos assentados. Em uma das enchentes sofridas no assentamento esse casarão também foi utilizado como abrigo para as famílias que perderam seus bens e para aqueles cujas casas na beira do rio ficaram temporariamente alagadas. É possível afirmar que essa disposição espacial dos barracos e casas permite uma convivência permanente entre os assentados. Na parte alta também se encontram dois bares.



Figura 1: Assentamento Paz na Terra
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.



Figura 2: Assentamento Paz na Terra
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.



Figura 3: Casa de alvenaria às margens do rio Muriaé
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A maioria das áreas destinadas à pastagem e ao plantio situa-se mais distante do local onde se encontra o acampamento, e somente é possível alcançá-la a cavalo ou de bicicleta. E a organização da produção agrícola se deu a partir do primeiro recurso que lhe foi destinado, o de “implantação”⁵⁴. A proposta consistiu em cada núcleo ser responsável pela produção de cinco hectares, de modo a incentivar o trabalho cooperado. As discussões a respeito foram realizadas ao final do ano de 2005 e início de 2006 pela equipe de assessoria técnica e pelo setor de produção do MST junto às famílias assentadas, e a aplicação dos recursos ocorreu no segundo semestre de 2006. Esse primeiro recurso tem como propósito garantir a subsistência das famílias recém-assentadas enquanto não é realizado o parcelamento e implantação do assentamento. O recurso prevê a compra de alimentos, aquisição de ferramentas de trabalho, insumos e sementes para o preparo do solo⁵⁵. As culturas escolhidas pelos assentados foram o milho (verde para alimentação humana, seco para alimentação animal e semente para o plantio), feijão, abóbora, melancia e quiabo.

Contudo, a agricultura no assentamento ainda é incipiente. São poucas as pessoas que estão produzindo e aquelas que possuem lavouras têm vivenciado muitas dificuldades. Uma delas são os alagamentos, pois na Região Norte Fluminense chove muito pouco ao longo do ano, e no verão as chuvas desencadeiam enchentes. O Rio Vermelho, hoje assoreado, corta toda a área do assentamento e, por isso, quando as chuvas se intensificam, as áreas de baixada, onde se localizam algumas das roças, ficam alagadas. Mas, embora os assentados comentem sobre as enchentes e as perdas, apontam para outros fatores que atrapalham e desestimulam a prática da agricultura, como a criação de animais, que pisoteiam e comem as plantações, e, à distância de suas roças, o que favorece os furtos da sua produção.

Essa tensão entre os que plantam e os que possuem animais é velada, embora latente. Já houve denúncias ao INCRA sobre o arrendamento de pasto dentro da área da fazenda, por parte da coordenação do acampamento, e algumas pessoas chegaram a ser pressionadas para retirarem as cabeças de gado (o INCRA fez esse trabalho por algum tempo), mas o gado acaba “voltando”. Nesse sentido, não estar ainda em um lote, que possa ser cercado, é um

⁵⁴ Segundo uma cartilha do Incra: “Este crédito permite aos assentados, logo no primeiro ano, iniciarem as atividades de produção assegurando-lhes as condições mínimas necessárias para sua permanência na terra. Pode ser também um instrumento educativo, este crédito tem sua aplicação baseada no planejamento ascendente, de forma coletiva, permitindo a efetiva participação dos assentados no desenvolvimento de seus projetos”. (INCRA, sd).

⁵⁵ Em 2005, quando iniciou o processo de assentamento de Paz na Terra, esse recurso de instalação era no valor de 2.400 reais por família. Em Paz na Terra eles utilizaram 900 reais para a alimentação, 300 reais para o preparo do solo e o restante para aquisição de materiais, insumos e sementes. A forma como o recurso é liberado é feita a partir de um projeto elaborado pelos técnicos com os assentados, uma conta conjunta em nome de três pessoas do assentamento. (ESTRUTURAR, 2006).

motivo para muitos assentados não produzirem. Para Ernesto, este é um dos principais problemas da sua situação atual:

Ernesto – A gente não pode trabalhar, a gente vai trabalhar aqui, tem uma porção de boi, a gente planta aqui, quando vira as costas, o boi entra e come tudo. Então, não tem como a gente plantar. Se a gente quiser plantar tem que ser lá na beira do rio, aí, vem a enchente, vem... Se planta aqui dentro, o boi come... tem muito boi aí dentro, não dá pra trabalhar. Enquanto não dividir esse lote, a gente fica com pés e mãos atadas, amarrado, não pode fazer nada...

Contudo, para Dona Bernadete a divisão dos lotes não resolverá essa situação dos animais que entram nas plantações dos outros. Para ela esse problema está atrelado a uma postura individualista das famílias e à dificuldade de formar coletivos dentro do acampamento.

Bernadete – A gente tenta formar uns coletivos, formar coletivos de mulher, de jovens, mas nunca conseguimos avançar porque a mentalidade da maioria das famílias aqui é individualista, nunca a gente não avança em nada coletivo aqui dentro... precisa as pessoas ter mais conhecimento do que é coletivo, eles não aceitam, a maioria não aceita o coletivo, não confia nos companheiros para aceitar o coletivo. Devido a muitas coisas também que já passamo aqui dentro... Como a gente vai formar um coletivo desse jeito se as famílias não têm compreensão de que tem que prender os animais para você avançar na produção? Não tem como, é muito complicado. Todo mundo fala: “Ah, quando eu chegar no meu lote”. Vai continuar a mesma coisa, Maíra! Vai continuar a mesma coisa porque quem cria solto não vai querer prender lá dentro do lote, e vai para o lote do vizinho, boi, cavalo, vai fazer o mesmo estrago, aí, é que vai começar o problema.

A fala de Bernadete é bastante sugestiva para pensarmos a maneira como os assentados lidam com a proposta de organização do trabalho e os limites das ações e orientações do MST ou do Incra. Se no momento da luta pela terra, o processo é coletivo, coordenado pelo MST e organizado conforme seus objetivos e princípios, a dinâmica cotidiana e a forma como as pessoas lidam com essa idéia de coletividade revela as contradições inerentes ao projeto de reforma agrária e as diferentes concepções e interesses envolvidos nos mesmos.⁵⁶ No caso da organização da produção agrícola em núcleos, a proposta inicial apresentada no Plano de Exploração Anual não se efetivou. Muitos não quiseram produzir em coletivos, pois trabalhar em coletivo era trabalhar para “os outros”, em

⁵⁶ Esses temas da participação e relação dos assentados com os projetos coletivos têm sido bastante trabalhados pela bibliografia sobre os assentamentos rurais, consistindo em um tema vasto e polêmico campo Ver: Martins (2003); Navarro (2002); Turatti (2006); Macedo (2003). Sobre tudo no que tange às discussões acerca dos diferentes projetos de reforma agrária em disputa, desencontros entre mediadores e a base, abordarei alguns aspectos que permitem compreender como essas relações se dão em Paz na Terra, sem ter a pretensão de dar respostas a muitas dessas polêmicas.

oposição ao trabalho para si e para a sua família, ou seja, a idéia de trabalho coletivo aparece como elemento limitador da realização das estratégias familiares (Castro, 1995).

Em uma das minhas idas a campo, em julho de 2007, pude acompanhar uma das primeiras reuniões da nova equipe de assessoria técnica com os núcleos 7 e 8. A reunião foi bastante ilustrativa da dificuldade de relacionamento entre técnicos e assentados. Os técnicos propuseram a construção coletiva da pauta da reunião, e os assentados dos núcleos 7 e 8 responderam que queriam saber a situação do parcelamento, pois aquele era o seu principal interesse. Os técnicos responderam que não tinham essa informação, pois o Incra estava em greve e pretendiam contribuir, naquele momento, com a produção agrícola, ensinando técnicas alternativas como adubo orgânico, organizando visitas às roças e troca de experiências entre agricultores. A reunião foi um pouco tensa, mas depois alguns assentados concordaram em realizar a atividade proposta pela equipe e visitar uma área de plantação de um assentado, na semana seguinte.

Nesse sentido, embora o assentamento Paz na Terra tenha sido organizado conforme a metodologia apresentada – que pressupõe a participação e o envolvimento dos assentados, além de ter uma coordenação geral composta por representantes de núcleos –, isso não garante a participação e a incorporação da ética do trabalho coletivo e da divisão de tarefas. É perceptível a centralização de responsabilidades em algumas lideranças, coordenadores de setor ou de núcleos, que assumem as tarefas e convocam as reuniões. A participação dos assentados em assembleias, ou mesmo em reuniões de coordenação, varia bastante conforme o tema em pauta e o interesse. Questões como informações sobre o processo de parcelamento, sobre o trator da Prefeitura de Cardoso Moreira, eram temas que mobilizam mais os assentados.

Contudo, para os assentados, duas questões eram centrais sobre o processo de assentamento em Paz na Terra. A primeira é o modelo de parcelamento dos lotes e a segunda se refere às tensões existentes entre os grupos, quem fica e quem sai, quem tem mais legitimidade de ser assentado, caso a fazenda não comportasse todos.

O debate sobre o modelo de parcelamento dos lotes é bastante significativo da maneira como os assentados lidam com a dimensão coletiva do trabalho e o modelo de organização proposto. Desde 2005 foi iniciado o processo de discussão com os assentados acerca da proposta de implantação do assentamento rural, cujo intuito era traçar as linhas gerais do que consistiria o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Paz na Terra (PDA). Para tal, o setor de produção do MST-RJ, que tem a responsabilidade de acompanhar o processo elaboração do PDA e a implantação do assentamento, realizou uma oficina com os assentados

de Paz na Terra. A oficina tratou dos aspectos econômicos, produtivos, bem como as dimensões sociais e políticas, a partir da proposta do MST de organização dos assentamentos e seus princípios.⁵⁷ Assim, a orientação e o debate colocados pelo MST buscavam incentivar a organização em núcleos e em grupos de famílias por afinidade, que poderiam vir a se tornar núcleos de moradia, prezando pela proximidade e integração entre as famílias para estimular a cooperação.

As discussões realizadas na oficina definiram alguns aspectos e levantaram muitas das demandas dos assentados, porém alguns dos pontos tornaram-se objeto de muitas discussões dentro de Paz na Terra e, especialmente, o modelo de parcelamento dos lotes. Existem diversos modelos e propostas de cortes das áreas, tanto os que prezam pelo lote individual, mas mantêm áreas de convivência entre os lotes, como os modelos de agrovilas, ou lotes coletivos, dentre outros. Apesar de haver diferentes formas de parcelamento, em Paz na Terra o “dilema” girou em torno de duas modalidades denominadas “raio de sol” e “quadrado burro”⁵⁸. O modelo de “raios de sol”, proposto pelo MST, consiste em fazer dos núcleos de base também os núcleos de moradia. Seu formato é semelhante ao de uma pizza, recortado em fatias, cujo centro seria o lugar onde as famílias construiriam suas casas. Já o “quadrado burro”, termo que foi incorporado na fala dos assentados, parte de uma divisão da fazenda em lotes retangulares ou quadrados, uns ao lado os outros. Segundo os militantes do setor de produção, esse modelo foi assim chamado porque não respeita as condições físicas e morfológicas das fazendas e também porque não contribui para a aproximação das famílias. Tanto para os militantes como para assentados, o Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos, tornou-se o modelo-referência do que é um “quadrado burro” e dos problemas que as famílias vivenciam em função dessa forma de organização, como a distância entre elas e o difícil acesso às ruas principais onde circulam os ônibus.

Embora tenha sido decidido o modelo de *raio de sol* para todo o assentamento na oficina, realizada em 2005, ao longo dos anos de 2006 e 2007 as escolhas mudaram e o assentamento se dividiu. As novas escolhas dos assentados em *raio de sol* ou *quadrado burro* revelaram também as futuras mudanças na organização dos núcleos, quando o assentamento for implantado, pois operam sob outras lógicas de ordenação e integração de grupos por afinidade, parentesco, vizinhança.

⁵⁷ Os princípios que nortearam a discussão foram: o controle político sobre o projeto de assentamento e o corte da área; o sorteio em grupo das famílias; o processo de titulação; organização da moradia e do núcleo de base; organização da produção e cooperação agrícola; e a formação política como método de acompanhamento e qualificação da consciência. (CONCRAB-MST, 2001)

⁵⁸ Esses termos, utilizados pelos militantes do setor de produção e por alguns técnicos engajados ao movimento, são apresentados também na cartilha da CONCRAB/MST (2001)

O último núcleo a ser formado no assentamento, o Núcleo 8, se constituiu em grupo bastante unido e, curiosamente, todos optaram pelo “quadrado burro”. Além da disposição espacial diferenciada desse núcleo dentro do acampamento, onde se situa destacado dos outros, percebi que a aliança entre essas famílias esteve baseada não apenas em laços de amizade anteriores – pois muitos vieram do mesmo acampamento –, mas também pela situação de insegurança em relação à permanência no assentamento.

Para Patrícia, o pessoal do Núcleo 8 é “como uma família”. Se eles têm algum problema, “resolvem entre eles mesmos”, sem ter que levar para reunião nenhuma. Ela deseja muito ficar perto dos “companheiros do núcleo” quando acontecer o parcelamento dos lotes. Seu sonho é o “quadrado burro”, porque já está “acostumada” a essa forma desde criança. Para Patrícia e outros assentados que me explicaram porque preferiam o “quadrado burro” e rejeitavam a proposta de “raio de sol”, o primeiro modelo seria a melhor maneira de evitar problemas com os vizinhos, pois preservava a intimidade da família. Já com o “raio de sol” correriam o risco de ter as casas muito próximas dos vizinhos, como alguns assentados já haviam visto no Assentamento Antônio de Farias, em que foi implementada proposta similar, e onde as casas são muito próximas.⁵⁹

Em um primeiro momento achei que essa escolha pelo *quadrado burro* estava associada a uma origem mais “rural” de alguns assentados em relação a outros, especialmente pelo fato de os assentados do Núcleo 8 terem optado em bloco por esse modelo, e outros, que eram militantes do MST, muitos de origem urbana, optaram pelo *raio de sol*. Contudo, essa interpretação não pode ser generalizada a partir desse caso, e é preciso questionar se não poderia ser uma expressão tanto das próprias divisões internas e alianças, como do processo de desgaste no assentamento em que a proposta coletiva, associada ao movimento sem terra, poderia estar perdendo sua força.

Situações e embates muito parecidos foram presenciados em outras situações de instalação de assentamentos rurais, no momento em que eram discutidos os modelos de parcelamento e de organização dos mesmos. Breneis (2003) relata a situação de criação do Assentamento Sepé Tiaraju (PR), em que o MST e os técnicos do INCRA propuseram um projeto de coletivização do assentamento e a criação de uma cooperativa. Embora o projeto tenha sido aceito pela maioria, algumas famílias haviam discordado da proposta de trabalho coletivo, com base na incerteza econômica da proposta de cooperativa e na questão da

⁵⁹ O projeto de Assentamento Antônio de Farias foi constituído na Fazenda Santa Rita de Pau Funcho, a 30 quilômetros de Campos dos Goytacazes, e é considerado um assentamento-modelo, desenvolvido pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro.

herança de seus filhos. Segundo a autora, essa rejeição de alguns à proposta de trabalho coletivo provocou reações e rompimentos entre grupos de famílias. Ao longo do tempo de instalação do assentamento, porém, as famílias começaram a dividir entre si a área coletiva em parcelas menores. Situação semelhante foi percebida por Loera (2006), ao acompanhar a discussão sobre o projeto de assentamento no Acampamento Terra Sem Males (SP), em que foi proposto pelos dirigentes do MST um modelo de *Comuna da Terra*. Essa situação também provocou rupturas internas e a rejeição à idéia de trabalho coletivo, que representaria um trabalho desigual, contrário à expectativa de “trabalhar para si” e de independência.

É possível, ainda, fazer um paralelo com outras propostas de organização de trabalhadores, como o caso do projeto de uma cooperativa habitacional para construção de casas populares, no município de São Gonçalo (RJ), analisado por Guedes e Lima (2006). As autoras chamam a atenção para a maneira como os trabalhadores confrontam-se com as expectativas de outros agentes sociais. O projeto consistia em que todos os núcleos familiares fornecessem mão-de-obra para a construção das casas e um sistema de bancos de horas, que contabilizava a quantidade de trabalho por família. Nota-se que, similar aos projetos de assentamento rural, a família nuclear é a unidade mínima e modelo de referência sobre a qual os agentes externos (governamentais ou não-governamentais) organizam a população. A cooperativa seguia os princípios, tais como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, se valendo também de regimento interno, comissões e coordenações para organizar e supervisionar o trabalho. No entanto, as expectativas dos dirigentes da cooperativa eram mais amplas do que apenas a construção das casas – compreendia criar novas formas de participação e sociabilidade. Para as famílias de trabalhadores, a cooperativa habitacional tinha outros significados imbricados ao significado da casa – a perspectiva de alcançar relativa segurança material e estabilidade familiar, a possibilidade de um “enraizamento”, como resultado do “esforço” e “sacrifício” dos trabalhadores.

Nesse sentido, o diálogo com as regras estabelecidas e as formas de adesão aos projetos coletivos são múltiplos, inscritos no conjunto de valores e em uma moral das classes populares em que o trabalho, a família, sacrifício e esforço são valores primordiais e sobre os quais também sustentam as formas de organização e mobilização políticas. O “andorinha” é um exemplo de categoria nativa que representa esse diálogo entre a “ética do sofrimento” e da privação e os critérios e normas de convivência que o MST estabelece com os acampados. O “andorinha” fere o coletivo e a família, sendo motivo de vergonha, como expressa Patrícia, cujo primo saiu de Paz na Terra porque não ficava no acampamento:

Patrícia – A gente chamava ele, conversava, ele não queria ficar. Aí, andorinha... para envergonhar a gente! E ele é meu primo! Eu falei com ele: “Ó, meu filho, o que o pessoal resolver lá você pode contar que vou tá apoiando eles”. Por que a gente vai ficar guardando terra pra *andorinha*? Depois vai reclamar dos outros como? Com que moral?

Guedes e Lima também identificaram na categoria “morcego” a expressão utilizada para designar os que fingem que trabalham, mas “se encostam no trabalho dos outros” (2006, 153). Assim, os trabalhadores incorporam e dialogam seus valores culturais, suas noções sobre o que é moralmente correto, com os princípios provenientes de outros segmentos ou outras lógicas, como no caso do trabalho cooperado e da noção de coletividade.

No debate acerca do perfil das pessoas que compõem os assentamentos rurais, alguns autores, como Martins (2003), afirmam que o trabalhador “sem terra” não seria capaz de fornecer um programa de reforma agrária próprio, sobretudo por sua identidade “difusa” e “pouco política”. Os projetos de vida e expectativas das pessoas que ingressavam na luta pela terra, muito distintos dos projetos dos mediadores como MST, seriam expressão de um desencontro entre o movimento social e sua base. O “verdadeiro” sujeito da reforma agrária estaria invisível para os diferentes mediadores – movimentos sociais, técnicos, Incra – que não conseguiriam perceber a diversidade por trás da genérica categoria *sem terra*. Os assentamentos rurais consistiriam em realidades conflituosas e desagregadoras, portanto, muito frágeis, sobretudo por não serem “comunidades autênticas”.

Alguns autores alertam para idealizações sobre o perfil dos assentados, que podem prejudicar a percepção dos significados que os assentamentos rurais têm para as pessoas que neles ingressam, bem como dos limites da reforma agrária como projeto de desenvolvimento (NEVES, 1997b). Outros autores sugerem, ainda, como as contradições inerentes ao processo de reforma agrária, entre mediadores e a base, fazem parte das contradições das formas como se estruturam as relações de poder no Brasil, sobretudo no meio rural (MACEDO, 2003). Assim, parece válido tentar evitar dicotomias e polarizações, tais como coletivo *versus* indivíduo, e relativizar a expectativa acerca dos assentamentos rurais como lugares onde se vive uma diferente sociabilidade, para percebê-los como espaços dinâmicos em que distintos interesses se chocam, dialogam e podem até convergir em novas práticas e reelaboração de valores.

Como tem sido enfatizado na bibliografia sobre os assentamentos rurais, um dos aspectos que está no cerne das motivações daqueles que ingressam nos acampamentos é a perspectiva de, por meio do assentamento, melhorar de vida – livrar-se do desemprego ou de condições de trabalho degradantes e possibilitar diferentes oportunidades para os filhos, longe

da violência das cidades. Em Paz na Terra as falas das famílias expressavam essas motivações, associadas ao sonho de “ter um pedaço de terra”, “não trabalhar para os outros”, ter seu “lugarzinho”, ou seja, a reforma agrária como uma busca por melhores alternativas de vida.

CAPÍTULO III – A JUVENTUDE DE PAZ NA TERRA

A partir das trajetórias de alguns assentados e do próprio movimento “espiralado” das ocupações de terra na Região Norte Fluminense, percebemos um constante fluxo de pessoas, informações e recursos, em redes de circulação e sociabilidade que ultrapassam fronteiras entre o campo e a cidade. Vimos o perfil heterogêneo da população do assentamento, suas trajetórias de vida e como as famílias estão organizadas no momento de espera pela implantação definitiva do assentamento. Este último capítulo tem o objetivo de apresentar e analisar a relação dos jovens com o Assentamento Paz na Terra, seus interesses e projetos em relação à reforma agrária.

3.1 Estudo, trabalho na “roça”, trabalho na cidade, “serviço de casa”

Em Paz na Terra, grande parte dos jovens que estuda, o faz no Colégio Estadual de Outeiro, pois a Escola Estadual Municipalizada Vermelha, que funciona no assentamento, atende apenas até a 4ª série do ensino fundamental⁶⁰. O colégio de Outeiro, que é o mais próximo, contempla o ensino fundamental regular e, no turno da noite, o ensino supletivo, nos níveis fundamental e médio. Um ônibus da Prefeitura de Cardoso Moreira realiza o transporte escolar dos alunos de Paz na Terra e das localidades próximas. Cabe mencionar também o programa de alfabetização de jovens e adultos do Pronera (ver capítulos 1 e 2), que tem sido realizado no assentamento, embora sejam poucos os jovens que já frequentaram esse programa.

⁶⁰ A Escola Estadual Municipalizada Vermelha tem passado por muitas dificuldades, dentre elas, a falta d'água e problemas com os animais que sujam a escola. A Secretaria de Educação de Cardoso Moreira quer fechar a escola para reformas, mas há o receio de que não irá reabri-la mais, sobretudo em função da redução drástica do número de alunos. Segundo a diretora, há atualmente apenas 20 alunos estudando no colégio, e muitos pais já transferiram as crianças para o colégio de Outeiro. Não foi realizada observação no colégio de Outeiro.



Figura 4: Escola Municipalizada Vermelha
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Em relação à frequência e ao nível de escolarização dos jovens, verifica-se, a partir do censo populacional de Paz na Terra (ver capítulo 2), que a maioria das pessoas entre 11 e 15 anos de idade estava estudando em 2006 (de 40 apenas quatro não estudavam). Para 1/4 destes, o nível de escolarização chegava até a 5ª série do ensino fundamental. Mas, a partir da idade de 16 anos, o quadro modificava-se, especialmente na faixa entre os 16 e os 18 anos, em que apenas quatro pessoas estudavam. A maioria dos jovens situava-se no nível fundamental, entre a 1ª e a 8ª série. Entre os jovens de 19 a 24 anos, mais da metade não estudava, contudo, esta era a faixa onde também se concentravam os níveis mais altos de escolaridade, ou seja, aqueles que atingiram o segundo grau. Os jovens apresentam uma escolaridade mais elevada que os seus pais, porém, podemos perceber um afunilamento em torno da 5ª série do ensino fundamental e, principalmente, entre os 14 e 16 anos. Deve-se ressaltar que esse levantamento apresentou a situação escolar no ano de 2006. Mas em 2007, quando realizado o trabalho de campo, vários jovens haviam retornado à escola. Dos 38 jovens que identifiquei em Paz na Terra, 22 estudavam, e a maior parte destes cursava o supletivo noturno oferecido pelo colégio de Outeiro.⁶¹

⁶¹ Importante ressaltar que embora no levantamento sócio econômico do assentamento a idade limite para a categoria juventude fosse 24 anos, a presente pesquisa não trabalhou com essa definição, mas com a percepção dos sujeitos e das relações que informavam quem eram os jovens no assentamento. No entanto, tais dados são úteis para nos dar uma dimensão da situação escolar de jovens e crianças de Paz na Terra.

Tabela 4: Escolaridade dos jovens

IDADE	Estuda	Ñ Estuda	1º Grau								2º Grau			Superior	EJA
			1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	1º	2º	3º		
Até 6	19	17	14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 a 10	24	1	13	8	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 a 15	36	4	2	8	4	4	11	2	2	4	1	0	0	0	0
16 a 18	4	13	1	1	1	5	3	0	4	1	0	0	0	0	0
19 a 24	14	19	1	3	1	4	5	3	3	6	2	1	3	3	3
Total	97	54	31	21	9	14	19	5	13	11	3	1	3	3	3

Fonte: Censo socioeconômico do P. A. Paz na Terra, 2006. Adaptado pela pesquisadora

A questão do aumento da escolaridade da juventude em relação aos pais tem sido verificada em algumas pesquisas de âmbito nacional, como o “Perfil da Juventude Brasileira” (ABRAMO; BRANCO, 2005), que interpreta esse aumento como uma mudança geracional importante, tanto no campo como na cidade. Essa pesquisa indica também uma valorização da escolarização por parte dos jovens – a escolarização, além de ser um dos assuntos que mais interessaria aos jovens, seria vista como um caminho para a aquisição de melhor remuneração e inserção profissional.

Apesar das dificuldades de acesso à escola no meio rural, alguns autores têm percebido também essa projeção relacionada à escolarização, bem como estratégias familiares nesta direção. Wanderley (2006), em sua pesquisa sobre o perfil dos jovens rurais em pequenos municípios de Pernambuco, notou que o estudo era muito valorizado entre os jovens, o que indicaria uma mudança significativa dos jovens rurais em relação aos papéis tradicionalmente atribuídos, tais como as ocupações de agricultor e de dona de casa. No assentamento rural pesquisado por Castro (2005), o estudo apareceu associado às representações de mobilidade social e de melhores oportunidades de vida em relação ao trabalho agrícola, a agricultura, por sua vez, era representada pelos jovens assentados como uma opção para “quem não é inteligente”(CASTRO; 2005: 247). Mas, em Paz na Terra, não se percebe essa valorização da educação formal, nem por parte dos jovens, nem de seus pais. Obviamente, se for perguntado a alguém no assentamento se o estudo é importante, a maioria das pessoas responderá que sim. Entretanto, ao contrário das pesquisas citadas acima, percebi que a escolarização preenchia muito pouco os projetos de vida dos jovens e as estratégias das famílias em Paz na Terra. Embora a escola representasse um espaço de sociabilidade importante para os jovens que a freqüentavam e, apesar da relativa facilidade para cursar o

ensino fundamental e médio, devido à oferta do curso supletivo noturno, poucos jovens demonstraram interesse em dar continuidade aos estudos. As referências ao colégio estavam mais associadas a eventos, amigos, situações ou professores com os quais os jovens tinham afinidades.

Havia um número maior de moças estudando e, especialmente para elas, a escola se constituía um importante espaço de sociabilidade, no qual se desenrolava grande parte de suas vidas, onde conheciam outras pessoas, faziam amigos, namoravam, longe do controle da esfera familiar. Por exemplo, para Mariana (16 anos), filha de Dona Nanci e Seu Agnaldo, a escola era o seu único espaço de sociabilidade, devido ao controle do pai sobre as suas amizades dentro do assentamento. Todos os seus amigos eram do colégio de Outeiro. Ela cursava a 7ª série do ensino fundamental e era uma das poucas jovens que pretendia dar continuidade aos estudos. Contudo, ela teria que mudar de escola e separar-se dos amigos, porque seus pais não iriam consentir que estudasse à noite em Outeiro quando ingressasse no ensino médio.

Muitos jovens de Paz na Terra interromperam os estudos antes de finalizar o ensino fundamental. A maioria deles não gostava de estudar e até mesmo os que estudavam faziam brincadeiras, tais como “por que inventaram essa coisa de escola”? Ainda assim, as reclamações acerca da ausência freqüente de professores foram recorrentes. A experiência escolar dos jovens caracterizava-se por percursos escolares breves, marcados por várias repetências e interrupções, que pode ser entendido como uma “evasão escolar temporária”. Esse foi o caso de Sabrina (17 anos), filha de Ernesto, que já havia interrompido os estudos uma vez e cursava o supletivo noturno, no nível correspondente à 8ª série do ensino fundamental. Sabrina pensava em concluir o ensino médio, mas não sabia ainda se daria continuidade aos estudos. Diferentes pesquisas têm salientado a evasão escolar dos jovens rurais, sobretudo entre a 5ª e a 7ª série. Carneiro (2005), ao contrastar os dados da pesquisa sobre Perfil da Juventude Brasileira com os de outros estudos de caso, observou que, apesar da elevação do nível de escolaridade entre os jovens rurais em relação a seus pais, havia uma tendência à evasão escolar, por volta dos 15 anos, que pode ser atribuída à entrada do jovem no mundo do trabalho⁶². Wanderley (2006) também identificou uma significativa evasão escolar e, especialmente, dos jovens do sexo masculino, atribuída à necessidade do trabalho

⁶² Ao analisar dos dados da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (2004), Elisa Castro (2007) chama a atenção para as dificuldades do acesso à educação nas áreas de assentamentos rurais, mas principalmente para a significativa queda da freqüência escolar a partir da 5ª série do ensino fundamental. Se 95,7% da população em idade escolar cursava a 1ª e 4ª série do fundamental, na 5ª série apenas 28,5% o faziam, e nas séries seguintes esse número decrescia.

agrícola na unidade familiar. Por outro lado, notou proporção mais elevada de moças na escola, mais liberadas do trabalho agrícola para os estudos. No caso particular de Paz na Terra, não era a necessidade de inserção nas atividades agrícolas que prejudicava a relação dos jovens com a escola, mesmo porque a agricultura no assentamento ainda não estava desenvolvida. Percebia-se na atitude dos jovens certa descrença na possibilidade do sistema escolar em promover melhorias em suas vidas. A pesquisa de Neves (1999) a respeito do universo social dos trabalhadores da região açucareira de Campos dos Goytacazes foi bastante ilustrativa para que eu compreendesse a dinâmica e os valores das famílias e dos jovens em Paz na Terra. Segundo a autora, o desinteresse pelo estudo entre os filhos de trabalhadores rurais do corte da cana expressava a inviabilidade das instituições – dentre elas, o sistema escolar – em acenar possibilidades de mobilidade social.

Em Paz na Terra, Sérgio (18 anos), “morador” da fazenda e filho adotivo de Dona Margarida, é um bom exemplo disso. Ele não tinha interesse em estudar porque não via utilidade ou proveito que o estudo poderia lhe trazer. Pensava, quando muito, em fazer um curso profissionalizante de cabeleireiro. A hipótese, muito remota, de cursar uma faculdade cumpriria algum sentido, no entanto, se fosse para estudar música, um sentido conferido por um interesse pessoal que era seu amor pela música – Sérgio tocava violão. A hipótese de cursar uma faculdade de música situava-se na esfera dos sonhos, melhor dizendo, na esfera dos sonhos que não podem ser realizados. Um dia, ao comentar sobre o fato de Carlos sonhar fazer faculdade e desejar cursar universidade pública (a Uenf), Sérgio expressou em tom de censura: “Pobre não pode escolher, tem que tentar de tudo, o que conseguir está bom”. Em outras situações, quando falava de seus próprios sonhos, comentava: “Quanto mais alto o sonho, maior a queda”!

Carlos (21 anos), filho único de Patrícia, era um caso isolado. Concluiu o ensino médio no colégio de Outeiro e foi para Campos, morar na casa dos tios, para fazer o curso pré-vestibular. Estava em busca do que sempre foi o sonho de sua mãe, que “havia lutado muito por aquilo”. Na última vez que estive no assentamento, soube de sua aprovação no vestibular para o curso de Engenharia de Petróleo e Gás de uma universidade particular. Patrícia estava muito contente e explicou-me como iria garantir que Carlos cursasse a faculdade, caso ele não obtivesse uma bolsa de estudos: eles venderiam sua casa em Lagoa de Cima e com o dinheiro pagariam o estudo do filho. Não sei como a situação se desenrolou, mas foi a única vez que pude perceber um real “investimento” para que um filho estudasse.

Claudia Fonseca (1994) também observou como a escolarização era de pouco interesse para os adolescentes de classes populares, pois não fazia parte dos projetos

familiares e da lógica de prioridades que eram acionadas para preparar os filhos para a vida adulta. Segundo essa autora, para o grupo pesquisado, o ensino formal muito pouco teria a ver com o sucesso material e, de certa maneira, mais prevalecia uma orientação para cursos profissionalizantes e para o aprendizado de um ofício. A hipótese de Fonseca é que para uma vasta porção da população no Brasil, para a qual não há estabilidade salarial nem escola de qualidade, emerge uma visão de mundo em que, logicamente, outras formas de socialização, tais como emprego e “circulação” social, permanecem tão adequadas quanto a escolarização como preparo para vida adulta (FONSECA, 1994: 154).

Desta forma, o que observei em Paz na Terra e em outras pesquisas, revela como as estratégias de reprodução social de populações pobres estariam voltadas para outras formas de inserção social e produtiva, para as quais a escola pouco teria a oferecer. O próprio êxito escolar dos jovens demandaria uma reorientação dos hábitos da família, como no caso de Carlos, que teve o apoio familiar para continuar os estudos. Assim, o entendimento da relação dos jovens de Paz na Terra com a escolarização implica compreendê-la relacionada ao lugar do trabalho em suas vidas, o que veremos a seguir.



Figura 5: Moças lavando louça no Rio Muriaé
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Do total de 38 jovens identificados na pesquisa, 16 “ajudavam” os pais ou o cônjuge, realizando serviços domésticos no cuidado da casa ou nas roças. Dez rapazes e uma moça trabalhavam fora do assentamento. Desses 11, cinco também estudavam.

As ofertas de emprego existentes fora do assentamento eram, principalmente, na área da construção civil e de serviços, ou o trabalho para as usinas da região, como o corte da cana. O trabalho na cidade era mais valorizado nas falas de vários jovens, em contraposição ao trabalho agrícola. Sérgio, por exemplo, criticava os outros rapazes por ficarem “com essa coisa de roça”. Ele não trabalhava fora do assentamento, mas cumpria a função de “barbeiro”: era ele quem cortava (à máquina) o cabelo de quase todos os meninos e rapazes de lá, e talvez siga esse ofício.

Para os rapazes, o trabalho na construção civil se destaca e é considerado mais “digno” e menos penoso que o corte da cana. O corte da cana, embora seja uma das opções de renda, é uma atividade desqualificada pelos assentados, como um trabalho nocivo à saúde. Os dois tipos de trabalho, porém, podem ser conciliados, em função dos períodos de safra. Grande parte dos rapazes já teve experiência com algum dos dois tipos de atividade. A maioria dos jovens que trabalha no corte da cana o faz como *clandestino*. Pelo seu caráter sazonal, o corte da cana não tem o mesmo estatuto que um trabalho com carteira assinada, como operário na usina, por exemplo, sendo por muitos considerado um “biscate”.

Na época do corte (julho a outubro) vemos muitos caminhões que circulam pela região com as turmas de trabalhadores e passam, inclusive, pelo assentamento. Para Murilo (19 anos), o trabalho no corte da cana, além de “chato”, é perigoso, pois há muito risco de ferimentos com o facão e de intoxicação pelo carvão da cana queimada.⁶³ Na época da entrevista, fazia um pouco mais de um ano que Murilo residia em Paz na Terra com o irmão e sua família. Antes de vir para o assentamento, Murilo morava em Lagoa de Cima com os pais, onde já havia trabalhado no corte da cana para a Usina Santa Cruz. Também morou em Campos com um irmão solteiro e trabalhou em uma fábrica de jeans. Em Paz na Terra, Murilo conciliava o trabalho no corte da cana para a Usina Sapucaia com o estudo à noite no curso supletivo do colégio de Outeiro. Murilo também “ajudava” o irmão na “roça”, pois seu irmão era um dos poucos assentados que mantinha lavouras no assentamento. Embora Murilo goste do assentamento Paz na Terra, mais do que de Campos – pois diz não ser “muito chegado” à cidade e comenta que terá que se acostumar com o “trabalho na roça”, por ser um trabalho “de sol a sol”, remetendo ao caráter penoso da agricultura.

Como já foi dito, muitas são as dificuldades para o desenvolvimento da atividade agrícola em Paz na Terra, principalmente por não ter havido o parcelamento dos lotes. Por isso, muitos assentados se recusam a cultivar em áreas que não podem ser cercadas e onde não

⁶³ Segundo Murilo, os clandestinos recebem mais do que os outros; e os que cortam bem podem conseguir até 200 reais por semana.

sabem se ficarão no futuro. A atividade agrícola no assentamento, para os que a fazem, é realizada pelos pais dos jovens e são poucos os filhos que “ajudam” na roça. Esse era o caso de Guilherme (20 anos) que estava “ajudando” o pai com a lavoura. Porém, devido aos problemas com os animais nas plantações, seu pai parou de plantar. Guilherme não estudava e nem trabalhava fora do assentamento. Na época em que foi realizada a entrevista, ele passava grande parte do tempo no assentamento e cuidava do barraco para o pai.

A pecuária bovina, bem como o trato de animais, especialmente os cavalos, são atividades valorizada pelos os jovens. Alguns deles andam o dia inteiro a cavalo, embora os que, de fato, cuidam dos animais são aqueles cujos pais possuem cabeças de gado no assentamento.

Alguns rapazes trabalhavam na área de construção civil com Seu Rodrigo, assentado de Paz na Terra e coordenador do setor de produção. Estes também participavam do “coletivo de jovens da produção”, que Seu Rodrigo coordenou. Essa iniciativa de criar o coletivo de jovens pretendia ser uma forma de geração de renda para os jovens e tinha como meta formar uma associação de jovens produtores. A proposta, idealizada por Seu Rodrigo, era que os jovens cultivassem a área do entorno da sede da fazenda, o atual centro de formação do MST. O projeto previa também a criação de frangos e, com o apoio da CPT, construiriam um galinheiro. A expectativa de Seu Rodrigo era que os jovens pudessem alternar o trabalho na lavoura e na criação dentro do assentamento com a realização de outros serviços, na área da construção civil. Isso permitiria que os jovens adquirissem recursos imediatos, contornando a dificuldade em esperar o retorno financeiro da agricultura – um retorno que, além de muito demorado, é incerto. Contudo, o coletivo de jovens da produção, composto apenas por rapazes, nunca chegou a funcionar direito. Para Seu Rodrigo, o coletivo foi só “ruído”, porque “os jovens desanimaram”, em consequência, principalmente, da exigência do Pronaf–Jovem de alguma capacitação como técnico agrícola para acesso aos créditos.⁶⁴ Critérios como a capacitação profissional esbarram no próprio perfil dos beneficiários de reforma agrária – muitos deles sem escolarização e capacitação técnica – e inviabilizam o acesso à linha de financiamento.

Ao longo do trabalho de campo, eu não soube de nenhuma moça que trabalhasse com agricultura ou pecuária, apenas algumas mulheres ajudavam os maridos nas roças e no cuidado de pequenos animais (aves, suínos). O cotidiano das moças era marcado pela escola e pelo “serviço de casa”, cujas tarefas como buscar água, lenha, varrer, lavar roupas, lavar

⁶⁴ Ver Capítulo 1.

louças, cozinhar, dentre outras, eram cumpridas pelas mulheres das casas. Sabrina, por exemplo, quando morava com o pai, estudava e ajudava em casa, sobretudo nos cuidados com a mãe enferma. Passou a morar com Felipe, com quem ela estava casada há poucos meses, e sua rotina não havia mudado muito. Cuidava da sua casa (um barraco abandonado que o jovem casal recuperou) e preparava o almoço para seus pais (em um barraco próximo). A noite ia à escola, depois preparava o jantar para o marido. Similar à rotina desta, é a rotina de outras moças, que poucas vezes vi fora da esfera doméstica. A maioria nunca havia trabalhado fora do assentamento.

3.2 Sociabilidade juvenil: esferas de circulação e gênero

Como foi dito na introdução, ter participado de algumas esferas de sociabilidade dos jovens de Paz na Terra foi importante para facilitar o acesso ao seu “mundinho”. As esferas de sociabilidade juvenil, os grupos de idade, ou “grupo de pares”, constituem-se em importante espaço da “partilha da vida” (BRANDÃO, 1995). Os grupos de idade podem ser compreendidos como uma criação social livre e autônoma de realização do desejo de convivência, por escolha mútua e trocas de experiências, importantes para a conformação moral dos indivíduos (GLUCKMAN, 1976).

A mudança para o Assentamento Paz na Terra provocou o estabelecimento de novas redes de amizade e novas relações sociais para os jovens. Se, como vimos, entre os adultos houve a formação de alguns grupos por afinidades ou mesmo por já terem vínculos anteriores à entrada em Paz na Terra, a dinâmica de sociabilidade dos jovens era mais solta e, em geral, não reproduzia os círculos de relações dos pais. Os jovens conviviam mais intensamente entre si, devido a sobreposições de redes sociais das quais faziam parte (BAILEY, 1971)⁶⁵. As esferas de sociabilidade dos jovens perpassavam as localidades do entorno, casas de parentes e amigos, as igrejas e ainda, como veremos, contextos das atividades e mobilizações do MST.

As ofertas de lazer para a juventude, tanto dentro como fora do assentamento, compreendiam os jogos de futebol, outros jogos como sinuca, fliperama, o banho de rio,

⁶⁵ Bailey, ao analisar as redes sociais e unidades de interação social, distingue os tipos de interação social e de sociedade, a partir da intensidade das redes sociais. As sociedades poderiam ser entendidas como “multiplex” ou “single interest”. A primeira seria o tipo de sociedade ou comunidade em que as redes sociais são sobrepostas, em que há múltiplas esferas de relações e interações sociais compartilhadas pelos indivíduos, como os jovens de Paz na Terra. Já na segunda unidade de interação há pouco cruzamento de redes sociais entre indivíduos. A perspectiva de Bailey está comprometida pela maneira como ele entende “comunidade”, independente dos limites territoriais e divisões entre rural e urbano, mas como redes de relações sociais, valores e códigos compartilhados.

especialmente a televisão e o rádio. Ocasionalmente, nas localidades do entorno havia bailes *funk* e festas nos clubes (em Outeiro, em Três Vendas ou na Usina Sapucaia), mas poucos jovens de Paz na Terra as frequentavam. Desta maneira, uma queixa recorrente nas conversas com os jovens era que em Paz na Terra não havia “nada para fazer”. Segundo a pesquisa perfil da juventude brasileira, essa questão da falta de opções de lazer afetava a juventude das camadas mais pobres como um todo. As desigualdades nas formas e conteúdos de ocupação do tempo livre entre a juventude brasileira são perceptíveis, principalmente, quando consideradas as variáveis de classe e gênero (BRENNER et al, 2005).

Em Paz na Terra, a ausência de espaços de lazer tinha pesos diferenciados, conforme as relações de gênero. Ao olhar para os rapazes, o assentamento parecia ser um lugar onde sempre havia alguma “coisa” para fazer. Os rapazes circulavam bastante pelo assentamento, conversavam em grupos, andavam em “turmas”, caçavam passarinhos, alguns pescavam, andavam a cavalo, jogavam bola, *videogame*, *flipper*. Entretanto, em suas conversas a imagem do assentamento como um lugar “parado”, onde nada acontecia e que “não tinha mulher”, era presente. Apenas o Assentamento Francisco Julião, cerca de dez quilômetros distante de Paz na Terra, era considerado um lugar mais “parado”. Segundo Murilo, os jovens daquele assentamento eram muito “esquisitos”, ficavam dentro de casa, não ouviam música como em Paz na Terra o que, para ele, poderia ser atribuído ao fato de os jovens desse assentamento serem de uma origem “rural” (agrícola) ao contrário dos jovens de Paz na Terra.



Figura 6: Banho de rio
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Cabe ressaltar que os bares são espaços masculinos, e os jovens os freqüentam para jogar sinuca e fliperama, atividades que raramente vi as moças praticando. No assentamento existem dois bares, e um fica em um barraco de uma acampada, onde os jovens jogam *flipper*. O outro bar funciona como uma mercearia, mas vende cerveja e tem uma mesa de sinuca, e situa-se na casa de Seu José, antigo morador da fazenda. Embora os bares sejam freqüentados majoritariamente por homens, à noite, para beber e conversar, a presença dos jovens nos bares pouco se relacionava ao consumo de bebidas alcoólicas, mas principalmente por ser um espaço de encontro e convivência, para jogar, ouvir música, assistir a DVD.

No que diz respeito ao acesso a uma cultura juvenil, a televisão e o DVD ocupam um lugar importante na vida dos jovens do assentamento. O fato de jovens que residem no meio rural terem acesso a meios de comunicação e a aparelhos eletrônicos possibilita que participem dos padrões culturais, interesses, ideais de consumo de outros jovens. Nesse sentido, os jovens de Paz na Terra compartilham uma cultura juvenil, ou buscam fazê-lo, se vestem de forma parecida, ouvem as mesmas músicas, assistem aos mesmos programas veiculados pelos meios de comunicação, sobretudo a televisão e o rádio. Como alguns autores têm chamado a atenção, a “imersão semiótica e temporal” da juventude nas mídias eletrônicas hoje é um fenômeno empírico que exige um aprofundamento e investigações acerca das práticas sociais que redefinem os sentidos das subjetividades e coletividades juvenis, integradas em espaços simbólicos de novas mediações culturais (BRENNER et al,2005.)⁶⁶.

A “invisibilidade” das moças no assentamento chamou-me a atenção, principalmente, frente à dificuldade que tive em aproximar-me delas, quase sempre restritas ao espaço doméstico. Justamente por isso, em um primeiro momento, foi mais fácil para a pesquisadora conhecer e estabelecer contato com os rapazes, que aos poucos se aproximaram. Para as moças, a circulação no assentamento é menos intensa que a dos rapazes e das crianças. As jovens não andam em “turmas”, e as suas formas de ocupação do tempo livre eram assistir ao jogo de futebol aos domingos, freqüentar cultos religiosos, conversar na casa das amigas, ou parentes, e assistir à televisão. Para elas a queixa de que “não havia nada para fazer” no assentamento era recorrente. Para a jovem Carla (18 anos), filha de “moradores”, lá era um “lugar muito feio e com gente feia” e, portanto, só lhe restava assistir à televisão. Para

⁶⁶ Um esforço em abordar a juventude de um assentamento rural a partir da dimensão da cultura juvenil e dos ideais de consumo foi realizado por Benevenuto (2003). A partir da observação do estilo e da aparência dos jovens, a autora chamou a atenção para o diálogo que estabelecem com o referencial e o imaginário sobre a juventude difundido pela mídia e identifica, por meio do vestuário, a sua preocupação em manter uma aparência próxima aos jovens da cidade. E percebe um diálogo entre os símbolos de universos rurais e urbanos, expresso na própria forma dos jovens se vestirem, conforme as situações e contextos. O que estaria em jogo, em grande medida, era romper com os estereótipos do meio rural como o de “roceiro”.

Mariana (16 anos), a televisão também aparece como a sua principal distração nas horas vagas, em que não está “ajudando” sua mãe:

Mariana – A televisão... eu fico com a cara na televisão o dia todo, quando eu estou aqui no sábado e domingo principalmente. Porque, sei lá, não tem nada para fazer nesse lugar aqui. Andar, sei lá, eu não consigo, porque lá no... a gente brincava porque tinha as minhas primas; no Mário Lago porque tinha os colegas lá, tinha a Carol... brincava também porque lá tinha espaço; aqui é muito esquisito esse lugar aqui, eu não consigo brincar – também brincadeira não é para mim mais, não é?

Podemos destacar alguns aspectos importantes da relação entre gênero e juventude por meio da fala de Mariana. Primeiro, a ambigüidade de sua condição, ao mesmo tempo jovem e criança, que retrata também a dificuldade de estabelecermos fronteiras muito rígidas entre as fases da vida no assentamento, sobretudo porque muitos jovens brincavam e andavam com crianças menores. Ainda, a percepção de que “não há nada para fazer” no assentamento em contraste com o acampamento anterior estava, de fato, associada à pouca liberdade de circulação de Mariana nesse novo contexto. Segundo ela, o pai é muito “rigoroso” e não a deixava andar sozinha pelo assentamento e nem visitar as amigas da escola. Estas residem em Três Vendas, lugar considerado “perigoso”, onde há violência e tráfico. Para outras jovens, como Sabrina, os fins de semana também eram iguais aos dias de semana. Ela ficava em casa sozinha enquanto Felipe, seu companheiro, jogava bola e ficava no bar com os amigos. Eles quase não vão a festas e, na época em que era solteira, também não saía, porque o seu pai não permitia.

A participação em cultos religiosos também pode ser considerada uma atividade feminina no assentamento. Dentro do assentamento era realizado o culto da Igreja Batista todas as segundas-feiras. Os freqüentadores desse culto incluem pessoas do assentamento, de Taquarasu, onde está situada a igreja, e da Vila de Outeiro. Às quintas-feiras e domingos os cultos ocorrem em Taquarasu, para o qual já fui convidada diversas vezes. Pude identificar também outras pessoas que freqüentavam o culto da Assembléia de Deus realizado na localidade de Três Vendas. Cabe fazer uma observação de que o grupo religioso da Igreja Batista pareceu bastante forte na região do entorno do assentamento e já constituía uma rede sólida, que organizava passeios e grupos de jovens. Mas não identifiquei entre os jovens de Paz na Terra a participação em grupos juvenis de igrejas.

Aos fins de semana o assentamento fica bastante agitado e há maior fluxo de familiares que circulam. Muitos jovens, filhos de assentados, embora não morem no assentamento passam os fins de semana em Paz na Terra com os pais e os amigos. Aos domingos o assentamento fica especialmente movimentado, principalmente por causa do jogo

de futebol, que atrai pessoas de outras localidades. A “Vermelha” reúne dois times, o “Primeiro”, que tem os jogadores melhores e mais velhos, e o “Segundo”. Um jovem explica essa divisão:

Maíra – Como é essa divisão dos times?

Roberto – Essa divisão é o seguinte: joga primeiro o segundo quadro; o segundo quadro é... Digamos, como é que eu vou te falar? É... são os mais “ruinzinhos” de bola, está entendendo? Aqueles que têm menos... que têm mais dificuldade para dominar...

Ao observar o jogo de futebol em um fim de tarde de domingo, pude perceber naquele evento as diferenças de gênero e geração pela disposição das pessoas no campo de futebol, organizadas da seguinte forma: os rapazes jogando futebol no campo ou sentados próximo a ele; os meninos mais novos, ou que não jogam em nenhum dos times, jogavam bola ao lado do campo, em frente às meninas. Junto às meninas, as crianças menores ficavam sentadas, mas circulavam livremente entre os grupos. Os homens ficavam de pé observando o jogo, próximos aos bares e ambulantes que vendiam cerveja. As mulheres casadas, que estavam bebendo acompanhadas de seus maridos, estavam sentadas próximas ao ambulante que vendia cerveja. Não havia outras mulheres. As pessoas de outras localidades ficavam mais afastadas do outro lado do campo, próximo aos carros estacionados. Durante a partida pude perceber a ausência de jovens mulheres que já eram casadas, mesmo se os seus maridos estivessem jogando, o que chama a atenção para a reclusão que a nova condição social parecia colocar para as jovens, como no caso de Sabrina. Já as meninas faziam comentários diversos sobre o jogo e sobre as pessoas, contudo, o mais importante era falar dos garotos, quem era bonito, feio, quem queria *ficar* com quem.

Para os jovens, tanto rapazes como moças, os jogos de futebol são ocasiões de encontro com jovens de fora do assentamento, ou mesmo para ir às outras localidades. Da mesma forma, os passeios de bicicleta ao Assentamento Francisco Julião, os passeios à localidade de Três Vendas e até mesmo frequentar os cultos religiosos podem ser entendidos também como incursões para encontrar amigos, *ficantes*, ou para namorar.⁶⁷ Aos poucos, ao conseguir me aproximar mais dos jovens e participar dessas esferas de sociabilidade como as rodas de conversa e grupos de amigos, verifiquei que as questões relativas à dimensão sexual e afetiva eram as mais abordadas.

⁶⁷ O jeito como as moças se vestiam para ir para a igreja em localidades fora do assentamento foi bastante simbólico de como a saída para o culto tinha outra dimensão, para além da atividade religiosa, como um espaço importante de sociabilidade, de encontro e até de namoro.

Assuntos como namorar ou *ficar* foram bastante comuns nas conversas entre jovens, tanto de rapazes como moças. *Ficar* pode ser entendido como um tipo de relação casual, que pode ou não se tornar namoro. Em geral, os mais novos não namoram, eles *ficam*. O namoro é uma relação mais estável, assumida publicamente, que envolve o convívio com a família e com os amigos. Para alguns autores, início da sexualidade corresponderia a um marco do início da fase juvenil, cujos limites variam conforme sexo e classe (HEILBORN et al, 2002; CALANZANS, 2005). Em Paz na Terra identifiquei que as relações sexuais e afetivas iniciavam-se por volta de 12 anos, marco do primeiro beijo, sobretudo para as meninas. Mas nem por isso estes eram considerados como “jovens” no assentamento. Para os mais velhos eles situavam-se em uma condição ambígua ora como “crianças” ora como “adolescentes”.

Na fala dos jovens, havia certa rejeição aos pares dentro do assentamento. Para as garotas não havia meninos bonitos no assentamento, e para os rapazes, além da queixa da “falta de mulher”, alguns afirmavam não gostarem de “apanhar”⁶⁸ garotas do assentamento porque já as conheciam e sempre as viam. No entanto, percebi que, ao longo dos anos, desde a criação do Acampamento Paz na Terra, vários jovens casais se formaram, bem como houve alguns casamentos entre eles. Esse foi caso de Sabrina e Felipe que se conheceram no assentamento, namoraram durante um ano e depois foram morar juntos em um barraco que recuperaram. Também ocorreram uniões entre jovens filhos de “moradores” e filhos de acampados de Paz na Terra.

Segundo alguns autores, o diferencial de gênero nos segmentos populares determinaria a maior circulação masculina e a restrição das mulheres ao espaço da casa, bem como o controle sobre a sexualidade feminina (HEILBORN et al, 2002). No contexto dos assentamentos, diversas pesquisas têm percebido uma tendência à reprodução da divisão sexual do trabalho e dos espaços sociais, sobretudo, depois que os assentamentos rurais são implantados. As mulheres ficam restritas ao espaço doméstico e a uma posição subordinada na estrutura familiar, e os homens, à esfera pública e ao trabalho considerado produtivo (DEERE, 2004; CASTRO, 2005).

Nesse sentido, interpretei as queixas de algumas jovens em relação à dificuldade de manter amizades dentro do assentamento – assim como sua postura desconfiada em relação aos rapazes – como reflexo do controle e a vigilância da coletividade sobre a sexualidade

⁶⁸ O termo “apanhar” muito utilizado pelos rapazes como sinônimo de “ficar” ou “sair” com alguém, foi significativo acerca da postura masculina que permeia as relações entre os sexos no assentamento. Utilizado no assentamento como pegar, tomar, sugeria uma representação da relação sexual como um ato de posse e dominação masculina.

feminina. Em uma das conversas com Carla (18 anos), quando perguntei se ela poderia me indicar outros jovens com os quais eu pudesse conversar, ela me disse que tinha poucos amigos em Paz na Terra, amigo “mesmo” ela não tinha nenhum, apenas amigos de fora, em Três Vendas e outras localidades. Carla também não indicaria os garotos para eu entrevistar porque, segundo ela, qualquer coisa que se faça eles dizem que “você está dando condição” e que uma moça não pode conversar com um rapaz porque as pessoas “já falam que você fez e aconteceu”. Em conversa com outra jovem, Julia (18 anos), filha da assentada Dona Joana, também ouvi queixa parecida. Julia não podia ter amigos no assentamento porque “todos eram muito falsos”, e as pessoas “inventavam coisas” a seu respeito, “eram invejosas”. Isso remete à dinâmica das reputações em jogo no assentamento, ou seja, relativas ao conjunto de idéias sobre como a vida e as pessoas devem ser e se comportar, construídas a partir das interações (BAILEY, 1971), em que a fofoca é um dos mecanismos pelo qual esse controle social e vigilância mútua são exercidos.

3.2.1 Eventos do MST: outras esferas de sociabilidade

A participação dos jovens de Paz na Terra em atividades do MST, tais como viagens, atos, marchas, eventos, foi uma surpresa por revelar como os espaços políticos poderiam estar relacionados à dimensão da sociabilidade juvenil. Segundo outros estudos sobre assentamentos, essas atividades poderiam ser entendidas também como oportunidades de acesso à cultura e ao lazer que, dificilmente, os jovens das áreas de reforma agrária obteriam (ANDRADE, 1998; LOERA, 2006).

Como vimos no segundo capítulo, para os adultos assentados, a participação em eventos do MST, dentre ocupações de terra ou atos públicos, está inscrita em um conjunto de compromissos e obrigações dos mesmos perante o movimento e a “luta”. No caso de Paz na Terra a participação consistiria também em uma maneira de obter informações sobre o andamento do processo de instalação do assentamento com dirigentes do MST e com o próprio Incra. Mas a participação dos jovens não estava associada a um compromisso ou preocupação em relação ao assentamento. Segundo as conversas com rapazes – onde a referência a despejos, ocupações apareceram com mais frequência – o que os motivava a participar desses eventos era a sua dimensão da aventura, ou mesmo da “farra”.

Embora eu já houvesse encontrado jovens de Paz na Terra em duas atividades do MST na cidade do Rio de Janeiro, o interesse dos mesmos por essas atividades me chamou a

atenção apenas nos dias que antecederam o 10º Encontro dos Sem Terrinha, encontro comemorativo do Dia das Crianças, realizado anualmente. Pude perceber uma grande ansiedade. Todos comentavam comigo sobre o assunto, perguntavam se haveria ônibus ou não, se eu estaria lá e alguns, mesmo sem ter a confirmação do transporte, já haviam começado a se preparar para a viagem. As expectativas giravam em torno de reencontrar colegas de outros acampamentos e assentamentos, conhecer pessoas e lugares novos.

Pude acompanhar todo o evento, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 2007. O encontro reuniu cerca de 150 crianças de vários acampamentos e assentamentos rurais do MST. A faixa etária prevista para o encontro era de crianças dos 6 aos 14 anos, mas os ônibus que trouxeram as crianças das regiões (Sul, Norte e Baixada), trouxeram também uma surpresa: a inesperada presença de jovens, muitos do Assentamento Paz na Terra. De Paz na Terra foram para o evento 15 jovens – 12 rapazes e três moças – entre 15 e 20 anos de idade. De acordo com os coordenadores do encontro, era a primeira vez que tantos jovens iam para um evento que era voltado e orientado para as crianças.



Figura 7: Jovens e crianças de Paz na Terra no 10º Encontro Sem Terrinha
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.



Figura 8: Jovens de Paz na Terra no 10º Encontro Sem Terrinha
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A participação dos jovens no encontro provocou tensões e aborrecimentos entre eles e os coordenadores do evento. Houve queixas em relação ao comportamento dos jovens porque faziam “muita bagunça”, falavam alto, não respeitavam filas, horários e acordos coletivos. Também por parte dos jovens houve críticas e demandas. Queixaram-se de que as pessoas eram “chatas”, que estavam sendo solicitados a cumprir tarefas e reivindicaram jogos e outras atividades além das que haviam sido propostas. Ao conviver com os jovens durante aqueles dias, em um contexto diferenciado, pude perceber a dificuldade de muitos deles em seguir a disciplina da metodologia do MST e, ainda, a dificuldade dos que coordenavam o evento em lidar com eles, sobretudo em um encontro que não estava preparado para recebê-los. Para alguns militantes da coordenação, essa presença expressiva de jovens era um sintoma da ausência de espaços direcionados para eles. Embora houvesse uma linha geral do MST para construção de coletivos de juventude nos estados, no Rio de Janeiro isso ainda não havia sido implantado, e poucas haviam sido as atividades com os jovens, em especial nos acampamentos e assentamentos.

Quando retornei a Paz na Terra com as fotos do encontro reveladas e curiosa em ouvir os comentários sobre o mesmo, pude compreender melhor como esses eventos faziam parte da sociabilidade dos jovens. Embora eu tivesse ouvido muitos comentários e reclamações ao longo do encontro, todos gostaram, e muitos afirmaram ter sido a melhor “viagem” que já fizeram, comparada às “viagens” anteriores. A única crítica foi em relação à expectativa (frustrada) em passear no Rio de Janeiro, porque a saída do local do encontro não havia sido permitida, sobretudo à noite. Para alguns jovens aquela já era a quarta “viagem” para o Rio de Janeiro. As *viagens*, para além da possibilidade de conhecer o Rio de Janeiro, propiciavam a reunião com jovens de outras áreas de assentamento rural e promoviam, muitas vezes, laços

de amizade ou até namoro entre eles. Murilo foi para o Encontro dos Sem Terrinha e me contou que lá havia *ficado* pela segunda vez com uma garota do Assentamento Francisco Julião, vizinho ao Paz na Terra. Ele e a menina já se conheciam e tinham *ficado* anteriormente, na “viagem do 8 de Março”⁶⁹.

Observei que a própria organização das crianças no encontro em *brigadas*, possibilitaria, de certa forma, a convivência entre aqueles que vivem em áreas próximas e a continuidade dessas relações⁷⁰. Alguns rapazes me relataram que já haviam feito incursões para áreas de assentamento vizinhas a Paz na Terra, com objetivo de encontrar colegas ou garotas que haviam conhecido nesses eventos do MST. Nesse sentido, a idéia de uma espiral que alimenta as ocupações de terra, em que um assentamento está conectado a outro acampamento, por meio de mecanismos de reciprocidade, como demonstrou Loera (2006), podem ser também mecanismos que possibilitam a construção de redes de relações entre os jovens. A partir desses eventos políticos, outros vínculos também poderiam surgir como amizade, namoro, porém essa é apenas uma hipótese que mereceria pesquisas e análises futuras.

Enfim, me dei conta que o substantivo *viagem* representa mais do que o deslocamento físico para outra cidade, mas a dimensão da sociabilidade inerente a esses encontros. Nesse sentido, quero chamar a atenção como esses eventos políticos, organizados pelo MST, que enfatizam e simbolizam suas bandeiras e linhas políticas, são vivenciados pelos jovens de formas diferenciadas, integrados às outras esferas, sobretudo a dimensão lúdica e festiva. Antes de tratar-se de uma constatação que “despolitiza” o evento ou desqualifica a participação da juventude, caminha no sentido, analisado por Comerford (1999), de compreender que eventos políticos, sejam reuniões de trabalhadores rurais, encontros de crianças *sem terra* ou ocupações de fazendas improdutivas, têm significados que ultrapassam o plano formal das instituições e organizações dos trabalhadores. Mas, ainda, os eventos políticos, ao mesmo tempo em que são momentos de discussão e participação, envolvem construções ritualizadas de símbolos coletivos, que colocam em ação as concepções e representações relativas à natureza da organização de trabalhadores e podem até contribuir para a construção de identidades políticas como a de *sem terra*. E também não deixam de ser espaços de socialização da juventude com o MST.

⁶⁹ A “viagem do 8 de Março” correspondeu às mobilizações e atos em comemoração ao Dia das Mulheres no ano de 2007, no Rio de Janeiro. Nesse ano, foi realizada uma ocupação no BNDES, ocupação no INCRA e ato unificado com outros movimentos sociais no Centro da capital.

⁷⁰ Ver nota 38, capítulo 2.

3.3 Hierarquias, participação e engajamento

Nos meus primeiros contatos com o Assentamento Paz na Terra e a partir das falas dos militantes, parecia haver um potencial de organização da juventude por meio de grupos: capoeira, *hip hop*, produção agrícola, dentre outros ⁷¹. Mas, logo nas primeiras idas a campo e ao conversar com algumas das pessoas que participaram dessas iniciativas, percebi que os grupos que existiram foram aos poucos se dissolvendo. De fato, a maneira como a dimensão política estava presente no cotidiano dos jovens de Paz na Terra relacionava-se mais à dinâmica das atividades do MST, como vimos, do que à sua inserção nas esferas organizativas. Apesar de terem expressão numérica em Paz na Terra, os jovens não tinham espaços de inserção nas instâncias organizativas, o que já era percebido na época do acampamento.

A maior parte dos jovens de Paz na Terra nunca esteve inserida em qualquer espaço de representação política formal no assentamento. Seus pais eram os que freqüentavam as reuniões e os responsáveis pela tomada de decisões. Roberto (22 anos), filho de assentados de Paz na Terra, por exemplo, não se preocupa muito com o que acontece em Paz na Terra:

Roberto – Sei lá ... eu sei que Antonio e minha mãe se preocupam com isso, então, eu não vou me preocupar, já tem os dois, não é? Aí, eu fico mais por fora.

Maíra – Eles estão mais envolvidos nas coisas que acontecem?

Roberto – É nas coisas que acontecem eles estão mais envolvidos, em reunião são eles que comparecem; eu só vou à reunião simplesmente quando não tem ninguém em casa, quando não tem ninguém em casa, aí... mas se tiver alguém em casa eu não vou, são sempre eles mesmo. Digamos que, no momento, eu sou "quebra-galho".

Os únicos jovens que participavam de reuniões e assumiram lugares de coordenadores dentro do assentamento foram aqueles que ingressaram sozinhos no acampamento. Iasmim (24 anos) era coordenadora de seu núcleo no assentamento e, em 2006, havia se tornado coordenadora estadual do Setor de Cultura do MST, com a responsabilidade de organizar um coletivo de juventude no estado. Ela ingressou em Paz na Terra porque tinha interesse em conhecer o MST. A mãe de Iasmim havia acompanhado o processo de mobilização e as reuniões da *frente massa* na associação de moradores do bairro Novo Jockey, em Campos. Mas Iasmim soube do dia da ocupação atrás do hospital e foi para o acampamento por iniciativa própria, sem que seus pais soubessem. Nessa época, Iasmim tinha 18 anos e, até

⁷¹ Em um relatório fruto da oficina realizada com as famílias de Paz na Terra, para discutir as propostas de projeto de assentamento, há uma descrição dos sonhos e projetos dos jovens relativos ao assentamento. Segundo os documentos, os sonhos dos jovens relacionavam-se a projetos de geração de renda com a formação de grupo de produção, artesanato, mas também a grupos de teatro, *hip hop* e dança. Dessas propostas, as que foram executadas em Paz na Terra não tiveram êxito, como o grupo de produção.

então, nunca havia deixado a casa dos pais. Logo realizou cursos de formação e tornou-se militante do MST.⁷²

O próprio processo de se tornar militante e a atuação no assentamento não deixava de ser conflituoso e envolver frustrações por parte dos jovens, como foi o caso de Bruno (28 anos), outro jovem que ingressou sozinho no acampamento. Ele fez um curso de militantes do MST, no Pontal do Paranapanema, e voltou do curso muito animado para atuar em Paz na Terra. Ele conta que “já trabalhou muito pelo movimento”. Foi coordenador-geral do assentamento, mas desistiu de ser militante, frente à dificuldade de lidar com as pessoas:

Bruno – Mas o povo é meio esquisito, por que quanto mais eu fazia bem mais eles me criticavam, jogavam pedra... Então quanto mais eu corria atrás, fazendo ação para eles e aqui para nós, eles já falavam: “Não, mas ele está fazendo isso à toa?” Aí, saía o comentário: “Ah, ele está levando algum por fora, não sei o quê, não sei o que lá...” Cara, isso me chateava muito, e eu fazia de coração... Só que me machucava...

Ao longo da trajetória do acampamento houve tentativas, por parte de militantes do MST, de inserir alguns jovens em setores e outras atividades. Os convites eram vistos, em muitos casos, como uma forma de pressão ou imposição, como o fora para Carlos, filho de Patrícia, que uma vez queixou-se da maneira como os convites eram feitos, porque “eles têm mania de indicar: você tem que ir“! Chegou a ser convidado para assumir o cargo de tesoureiro da associação do assentamento, mas não aceitou. Sua recusa era justificada pela dificuldade de lidar com as pessoas no assentamento e ter grande receio em relação às críticas.

O fato de os jovens que estavam requerendo um lote para si terem se inserido nas esferas políticas do assentamento parecia estar associado à sua condição mais “livre” da autoridade paterna e do controle das relações familiares, mas, ainda, a uma maior disposição dos mesmos para envolverem-se no assentamento. Isso não evitava, por outro lado, que estivessem igualmente submetidos às críticas, à desconfiança e ao questionamento acerca da sua eficiência como liderança, como foi o caso de Bruno.

No caso de Iasmim, na sua condição de jovem e mulher, é possível dizer que mais se tratava de uma exceção do que de uma regra. Iasmim era a única mulher do assentamento que fazia parte da direção estadual do MST e, por isso, era bastante requisitada (e respeitada) para participar das reuniões e discutir problemas internos ao assentamento. Ser militante e

⁷² Os cursos de formação política são referidos pelos jovens como espaços que marcaram a sua entrada no *movimento*, mas pode-se dizer que, desde sua integração ao acampamento, uma gama de saberes e conduta vai sendo apreendida, resultando na inserção em instâncias decisórias, em coordenações do movimento e na sua consolidação como referência e liderança dentro da área de assentamento. Os cursos têm em grande medida o intuito de formar o militante para atuar no seu assentamento ou acampamento, coordenar setores, dentro e fora das áreas de reforma agrária, com atuação a nível regional ou estadual.

dirigente estadual tinha um peso e um status diferenciado no assentamento Paz na Terra, pelo capital cultural e político adquirido e reconhecido (BOURDIEU, 2006). A constatação de que apenas os jovens que foram sozinhos para o assentamento se inseriram em esferas políticas, chamou a atenção para as relações de hierarquia familiar e autoridade paterna se estenderem às diferentes esferas da vida social, além do núcleo familiar e podem operar como limites à inserção dos jovens em espaços políticos do assentamento, tal como observado por Castro (2005).

O limite de uma inserção mais ativa dos jovens na organização dos assentamentos tem sido mencionado tanto na bibliografia acadêmica como nas falas das lideranças. Embora os jovens tenham conquistado maior visibilidade nos movimentos sociais do campo, que passaram a inserir a juventude e suas especificidades dentro de sua organização, as lideranças, especialmente do MST, admitem a dificuldade do movimento social de interferir na dinâmica interna dos assentamentos, principalmente no que diz respeito à participação dos jovens. Tanto a fala de Gilmar Mauro como a de João Paulo, apresentadas no primeiro capítulo, apontam para o fato de, após criados os assentamento, os jovens perderem muito o espaço de participação, devido às relações de autoridade e à desqualificação da juventude nas questões relativas ao desenvolvimento do lote familiar. Além disso, chamam a atenção para a ausência de instrumentos, por parte do INCRA e dos movimentos sociais, para atender as demandas dos jovens e inseri-los no processo de assentamento.

Importante frisar que a idéia de “grupos”, reuniões, “coletivos”, faz parte do vocabulário dos assentados de Paz na Terra. Ao entrevistar Guilherme (20 anos), quando lhe expliquei minha pesquisa e meu interesse em conversar com os jovens, ele sugeriu:

Guilherme – Mas com os jovens tu podia fazer o quê: podia chamar todo mundo uma hora, para sede, chamar lá pra dentro, ficar batendo papo lá, com esse negócio gravando, vai bem.

Maíra – Mas será que o pessoal ia topar?

Guilherme – Vai, de vez em quando a turma chamava a gente pra ir para lá. Uns 20 jovens, eu acho que ia lá. Os jovens das casas iam para lá também.

Essa não foi a primeira vez que alguém havia me orientado a realizar uma “reunião” com os jovens no centro de formação, de forma que eu pudesse conversar com todos ao mesmo tempo. A fala de Guilherme fazia menção, principalmente, ao grupo de pesquisa do Serviço Social da UFRJ, que realizava um projeto em Paz na Terra.⁷³ Mas também estava

⁷³ O projeto, iniciado em 2006, era coordenado pelos professores Luis Acosta e Maristela Dal Moro, em parceria com o MST-RJ. O projeto de extensão da Escola de Serviço Social da UFRJ, em parceria com o MST, tinha como objetivo elaborar e propor projetos de intervenção profissional, a partir da aproximação e identificação dos problemas e da realidade vivenciada nas áreas de reforma agrária. O projeto contou com a participação de 20 estudantes de graduação, em torno de dez bolsistas de extensão e foi realizado em três áreas de assentamento da

referenciada a outras iniciativas de atividades com a juventude. Vale mencionar que não houve em Paz na Terra iniciativas de organização dos jovens por parte do Incra ou da equipe de assistência técnica, mas sim de outros agentes externos, como universidades e militantes do MST.

Em Paz na Terra, as primeiras iniciativas para organizar a juventude partiram do MST e se deram por meio de duas experiências que envolviam o centro de formação. O objetivo era desenvolver o processo organizativo do centro, a partir do estudo e da divisão de tarefas entre os jovens, com intuito de construir uma relação do centro de formação com os acampados de Paz na Terra. A primeira tentativa envolveu os jovens do Acampamento Paz na Terra e a segunda experiência um grupo de jovens de diferentes acampamentos da região, incluindo alguns de Paz na Terra. Os motivos do insucesso dessas iniciativas nunca me foram explicitados e muito pouco se falava sobre essas experiências. As poucas pessoas que falaram a respeito relatam que houve conflitos entre o coordenador do centro de formação e os jovens, e a desistência por parte dos últimos, mas, além disso, muitos jovens foram embora, morar em outras regiões e outros estados. Parece ter havido também alguma resistência por parte dos pais dos jovens de Paz na Terra.

Na percepção de Bernardo (25 anos), havia muita “desconfiança” dos jovens em relação aos projetos, em razão da experiência com iniciativas anteriores malsucedidas. Bernardo, assim como Iasmim e Bruno, é um dos poucos jovens que foi sozinho para o acampamento e, desde que ingressou, tornou-se militante do MST em nível regional. Ele tem grande identificação com a questão da juventude e tornou-se uma referência para os rapazes em Paz na Terra. Bernardo nasceu em um assentamento antigo na Baixada Fluminense, chamado Campo Alegre, e morou grande parte de sua vida com a mãe em Belford Roxo. Contudo, teve problemas com o tráfico e precisou se afastar, indo morar com a irmã na localidade de Tapera, na entrada da cidade de Campos. Aderiu ao segundo acampamento atrás do Hospital de Guarus por convite de um amigo, assentado em Antônio de Farias.

Foi possível acompanhar algumas experiências que ilustram um pouco a fala de Bernardo. Um caso foi a proibição do jogo de vôlei na área em frente ao centro de formação, por parte dos militantes que coordenavam o centro. Segundo Murilo, todo o material para o vôlei (rede, bola, fita) havia sido doado pela Prefeitura de Cardoso Moreira, a partir da

Região Norte Fluminense. Em Paz na Terra, seis alunos trabalhavam em três projetos: criança, jovens e mulheres. O grupo realizou visitas periódicas aos fins de semana no assentamento, reunindo-se no centro de formação e realizando diversas atividades. Dentre as atividades realizadas pelo projeto, que me foram mencionadas pelos jovens, foram: conversa sobre doenças sexualmente transmissíveis, ida ao cinema e uma festa junina.

mobilização de um grupo de jovens do assentamento. Contudo, embora eles tivessem o equipamento necessário para o jogo, este foi proibido de ser realizado porque estava estragando o gramado e o jardim. Não houve reclamação acerca da proibição, mas os jovens ficaram sem um lugar para montar a rede. Para Murilo, a solução adequada seria que os jovens solicitassem um caminhão de areia à Prefeitura e montassem uma quadra, mas “ninguém se mobilizava” para isso.

Tanto Iasmim como Bernardo já haviam tentado muitas vezes formar grupos de capoeira, dança e teatro no assentamento e se frustraram devido à falta de incentivo por parte de outras pessoas. Além disso, segundo eles, os jovens sempre “desanimavam” com os projetos.

Pude também acompanhar uma iniciativa frustrada de organização de atividade com os jovens. Esta partiu de Lúcia (24 anos), jovem de outro acampamento da região que estava em Paz na Terra, junto com o marido e a filha, com a tarefa de cuidar do centro de formação. Lúcia tinha vontade de fazer “alguma coisa com os adolescentes” e organizou um time de futebol feminino. No segundo treino do time, Carolina, neta de Dona Margarida, torceu o pé ao se chocar com outra menina. Segundo Lúcia, ela e mais duas outras meninas tiveram que carregar Carolina no colo porque ninguém quis ajudá-las e lembra que os meninos, o irmão e o primo de Carolina, assistiam e só criticavam. Essa situação deixou Lúcia muito chateada e frustrada e por mais que a “criança” estivesse muito animada, Lúcia decidiu que não iria mais organizar o futebol feminino, pois “mulher no Paz na Terra só serve para servir à mãe, ao pai e, depois de casada, ao marido e aos filhos”. As meninas, sem o apoio de Lúcia, não deram continuidade ao time de futebol.

Essas situações chamam a atenção em como para alguns agentes há a percepção e construção da juventude como grupo destacado no assentamento, como parte da população sobre a qual “algo deve ser feito”, tal como projetos, atividades, ou coletivos. Mas revelam ainda como essas atividades estão limitadas tanto pelas relações de hierarquia entre mediadores e jovens, como por expectativas frustradas de ambos, que podem em certa medida justificar a não-continuidade das iniciativas por parte dos jovens, no momento em que os mediadores se retiram.

Outras pesquisas sobre jovens assentados também registraram a intervenção de diferentes agentes, tais como universidades, pastorais e movimentos sociais. As intervenções, em grande parte, eram realizadas por meio de projetos, que visam desenvolver atividades lúdicas ou de geração de renda, bem como propiciar a participação dos jovens. Contudo, as experiências revelam como os projetos, no caso de produção agrícola, reproduzem a divisão

sexual do trabalho e as hierarquias entre adultos e jovens (CASTRO, 2005). Mas, ainda, no momento em que acabavam as “ajudas” e o apoio dos mediadores, não havia continuidade por parte dos jovens. Muitas experiências fracassadas foram atribuídas a conflitos internos dos grupos e ao fato de os jovens não estarem “preparados para o trabalho coletivo” (MALAGODI; MARQUES, 2007). Os autores identificaram como, para aqueles que buscavam mobilizar os jovens, os limites dos projetos relacionavam-se ao desinteresse destes últimos, por não terem responsabilidade ou maturidade suficiente para assumirem os projetos, o que reproduz, em grande medida, uma visão de juventude como sujeitos “incompletos”.

Na leitura de Bernardo, os jovens de Paz na Terra se sentiam “presos pela comunidade” e pelas “regras que sufocam”. Eles teriam interesses e necessidades não-compreendidas, decorrentes do fato de serem jovens da cidade tentando se adaptar ao campo. Bernardo se referia à organização interna do assentamento, ao lugar dos jovens e às proibições. Contudo, sua fala nos remete também à posição dos jovens como filhos, que acompanhavam os pais e não tinham os mesmos interesses que estes, ou os mesmos dos mediadores.

O que podemos deduzir a partir dessas colocações é que o fracasso ou o sucesso das iniciativas e projetos estão relacionados às hierarquias em jogo (entre pais e filhos, jovens e coordenadores, ou militantes) e ao lugar do jovem como filho. Assim, antes de resolver a questão afirmando que “os jovens não se interessam” ou “não participam”, acredito que devemos levar em conta o formato de organização e gestão dos projetos e das propostas “participativas” e em que medida elas, de fato, contribuem para a “emancipação” e “autonomia” dos sujeitos envolvidos.

3.4. O assentamento na vida dos jovens

Até aqui vimos o cotidiano dos jovens de Paz na Terra, as formas de inserção no assentamento e esferas de circulação que marcam a sua situação juvenil. Vimos como o recorte de gênero permeia espaços e contextos, desde o trabalho, a relação com a escola, as esferas de circulação e as modalidades de lazer em que os limites e fronteiras são mais largos e menos controlados para os rapazes do que para as moças. Nesse sentido, agora cabe articular essa vivência às representações sociais e significados que os jovens atribuem ao assentamento e à sua condição de assentados.

Um dos caminhos que percorri para entender a maneira como os assentados, sobretudo os jovens, lidam com o assentamento rural foi a partir da categoria *sem terra*, que se revelou importante categoria de classificação social. Esse procedimento de explorar os múltiplos significados da categoria *sem terra* também havia sido realizado por Loera (2006) em sua etnografia sobre um acampamento em São Paulo, coordenado pelo MST. Loera percebe que *sem terra* não significa necessariamente uma identificação pessoal ou mesmo coletiva direta com o MST e se aproximava mais de um estado, ou uma condição. A autora problematiza a noção de identidade por sua fragilidade conceitual, frente à experiência etnográfica que revela como categorias do mundo social não são estáticas, mas relativas aos contextos e situações em que os sujeitos se encontram. Dialogando com Sigaud, Loera também percebeu que ser *sem terra* estava atrelado à imagem do acampamento e à sua forma, à linguagem simbólica que compreende os elementos como o barraco de lona preta, as bandeiras e a forma organizativa do MST, mesmo quando o acampamento não seja desse movimento.

Esses autores me deram algumas pistas para perceber como as categorias de classificação social estavam postas em Paz na Terra. Conforme mencionado no segundo capítulo, o fato de os assentados referirem-se a Paz na Terra como “sem terra” expressava a situação transitória do assentamento e, principalmente, a falta de identificação com a condição de assentados. Assim, como uma categoria política, *sem terra* ao ser apropriado no cotidiano das famílias assentadas, assumia múltiplas associações ao processo de reforma agrária, promovendo o diálogo entre o que era dito fora do assentamento, os significados políticos vinculados pela organização MST e a percepção que os próprios assentados têm do processo. Era associado a um estado ou a uma identidade individual daquele que reivindica a terra; à coletividade abstrata, ou seja, o movimento de ocupações de terra, próximo da forma como a categoria é evocada em contextos coletivos do MST; e ao lugar do acampamento, associado aos barracos de lona preta. *Sem terra* pode ser uma marca de relações de alteridade dentro e fora do assentamento. Diferencia internamente os assentados, ao distinguir aqueles que acampam dos antigos moradores da Fazenda Vermelha. Para os “moradores”, os “sem terra” seriam os outros, aqueles que “invadiram”, os que moram ao lado, no “acampamento”.

Uma vez, conversando com Sérgio e Carolina, que também era “moradora” da fazenda, ela afirmou que quando lhe perguntavam onde morava ela não tinha problemas em dizer que morava “nos sem terra”, porque era melhor do que morar na favela. Mas Sérgio, se lhe perguntassem, certamente diria que morava nas “casinhas” e não nos “sem terra”. Essa alteridade, entre o *sem terra* e o *morador*, reproduzida a partir da oposição entre a casa e o barraco estava relacionada também às imagens que os assentados ou os assentamentos têm

para fora da área do assentamento, bastante vinculada ao MST e, principalmente, às ocupações de terra, como “invasões”, “bagunça”.⁷⁴

Situações de discriminação e constrangimento por serem identificados como “sem terra” também me foram relatadas. Julia (18 anos), filha de Dona Joana, atribui à discriminação vivenciada no colégio como um dos motivos da interrupção dos estudos:

Julia – Aí, sumiu o estilete da menina lá da sala, e o povo falou que eu panhei, por causa de ser sem terra, que só tem ladrão. Aí, eu peguei, falei com a diretora e ela não fez nada. Aí, para mim não arrumar mais problema, peguei e saí... Aí, a professora via e não fazia nada, pegava mais pilha por causa disso.

Como bem notou Macedo (2003), estar em um acampamento implicava mais um “risco moral”, do que um risco físico para as famílias acampadas, pois consistia em não serem reconhecidas socialmente, devido à exposição à qual se submetem. Essa exposição recai sobre os jovens, e alguns afirmavam terem vergonha de os pais estarem acampados.⁷⁵ Carlos, por exemplo, na época em que sua mãe estava acampada sozinha no Rosa Luxemburgo, poucas vezes foi visitá-la. Quando ele ia, chegava tarde e saía logo de manhã cedo. Tinha vergonha e não entendia como “as pessoas podiam viver daquele jeito”.

Como já foi mencionado, *sem terra* é um termo utilizado como sinônimo de “acampamento”, e as pessoas de Paz na Terra não se autodefiniam como assentados. Na fala de alguns jovens o “acampamento” aparece como sinônimo de *roça* ou *interior* por ser um lugar tranquilo e seguro. Isso fica evidente na percepção de Guilherme (20 anos) sobre o assentamento:

Maíra– No acampamento você gostava?

Guilherme – Oh! Gosto ainda. Já acostumei.

M – Do que você mais gosta daqui?

G – Aqui é quieto, um lugar tipo assim... Em Campos é mais perigoso, passa na rua, sujeito arranca com o carro, pode te confundir com alguém, querer te matar.

As experiências em bairros violentos e favelas são referidas por alguns jovens como motivo para gostarem mais de Paz na Terra. Mas, para outros, como Sérgio, o assentamento “é o fim do mundo” e os atributos como tranquilidade e segurança são lidos como monotonia

⁷⁴ A categoria *sem terra* parece ter assumido um sentido mais amplo em nossa sociedade, associado a qualquer acampamento, mesmo que não seja vinculado ao movimento sem terra. Isso é observado por Borges (2003) no Assentamento São Domingos, constituído antes da atuação do MST no estado, no qual os jovens vivenciavam situações de estigma e discriminação por serem do assentamento de reforma agrária, sendo chamados de “sem terra”.

⁷⁵ No 10º Encontro dos Sem Terrinha (11 a 13 de outubro de 2007), os jovens de distintos assentamentos e acampamentos do estado levantaram os constrangimentos e discriminações vividos na escola dentre as principais dificuldades vividas no que concerne à educação.

e “falta do que fazer”. Mariana (16 anos) compara o assentamento com Três Vendas, uma localidade próxima:

Mariana – Aí, aquilo lá todo mundo considera aquilo lá como uma favela, é violento aquilo lá; mas eu acho um lugar muito calmo. Calmo é isso aqui, porque isso aqui que não tem nada, não é? Isso aqui pode se considerar que é calmo, porque aqui dentro não tem nada. Ó, você olha em todo canto é mato, muito mato, você só vê verde e barraco, é isso tudo! Você não vê nada aqui!

Maíra – Você gosta?

Mariana – Gostar de quê? Daqui? Não gosto, não.

Maíra – Lugar calmo, você falou que...

Mariana – Lugar calmo, lugar calmo mesmo eu gosto, tipo assim morar em uma casa na praia, que, só tipo assim, você escuta o barulho do mar, eu gosto, lugar movimentado demais, não gosto, não...

Como se observa nas colocações de Guilherme e de Mariana, as identidades e representações sociais dos jovens em relação à Paz na Terra são construídas em oposição aos outros lugares de origem, tais como as favelas de Campos e a localidade de Três Vendas⁷⁶. Nesse sentido, é possível fazer um paralelo com outras formas de valorização do espaço rural, por parte dos jovens. Se em alguns contextos de exploração do trabalho e situações degradantes vividas pelos jovens lhes permitiam valorizar o meio rural (ROSAS, 2006; MALAGODI; MARQUES, 2007) e, em outros, o processo de assentamento, especialmente de “luta pela terra”, contribuiria para construções de representações sociais positivas em relação ao lote e o assentamento, como uma conquista, fruto do esforço e sacrifício dos pais (CASTRO, 2005; ANDRADE, 1998), em Paz na Terra, por outro lado, a valorização do assentamento como espaço rural estaria mais associada à sua contraposição ao imaginário e à experiência de vida dos jovens nas favelas e bairros pobres de Campos.

Assim, ser identificado como um “sem terra” ou como alguém que está “nos sem terra” poderia constituir-se em um misto de vergonha e orgulho para jovens. A identificação com *sem terra*, compreendia a sobreposição tanto das representações sobre o movimento de ocupações de terra – que criminalizam e discriminam os que delas fazem parte –, como das imagens e estigmas aos quais as pessoas que vivem no campo estão submetidas, como lugar de atraso e isolamento (CASTRO, 2005; ANDRADE; 1998; BORGES, 2003)⁷⁷. As representações sociais acerca do campo e cidade, bem como as identidades não são apenas reflexos da realidade, mas contribuem para determinar o lugar dos sujeitos e relações de

⁷⁶ Muitos jovens e crianças não sabiam afirmar se os lugares de sua origem eram considerados favelas ou não.

⁷⁷ Conforme observa Williams (1989), ao analisar as representações de cidade e campo na literatura inglesa, campo e cidade consistem em pares de contrastes que parecem permanecer ao longo da História: o *campo* visto tanto como forma natural de vida e como lugar do atraso e da ignorância e a *cidade*, centro das realizações, mas ainda associada ao barulho, à poluição e à violência.

poder. Deste modo, as representações sociais a respeito do meio rural e dos assentamentos, construídas fora desses contextos, são imagens que se impõem àqueles que vivem no campo e reproduzidas pelos mesmos (BOURDIEU, 1977; CASTRO, 2005).

Assim, além de identificar as representações dos jovens sobre o assentamento, é preciso questionar também o que contribui para a formulação dessas diferentes visões e percepções. O que elas significam quando relacionadas às perspectivas de vida dos jovens? A partir do entendimento do assentamento como um processo social em curso e de mudanças (desejadas, impostas ou necessárias), qual lugar que o assentamento assume em suas vidas?

3.4.1 Trajetórias e perspectivas: é possível sonhar?

Ao buscar compreender qual o lugar que o assentamento tem para suas vidas, identifiquei algumas representações sobre o assentamento e a condição de filho de “sem terra” e como são elaboradas em relação aos locais de origem e as representações construídas “de fora” sobre as pessoas que ingressam nos acampamentos. Mas as representações também são informadas pelas trajetórias e motivações dos jovens por estarem em Paz na Terra, inscritas na dinâmica de circulação das famílias, redes sociais e condições de reprodução social dos trabalhadores. Assim, busquei perceber em que medida o ingresso no projeto de reforma agrária haveria influenciado os projetos de vida dos jovens.

As diferenças em termos de ingresso no assentamento foram importantes para analisar a maneira como os jovens lidam com o assentamento e como o dilema *ficar-sair* está colocado para eles. A maioria dos jovens não participou de todo o processo de assentamento. É comum nos contextos de reforma agrária que nem todos os membros das famílias, sobretudo os filhos, ingressem nos acampamentos e ocupações de terra, em um primeiro momento. Contudo, depois que as famílias se estabelecem no assentamento, ou mesmo na época do acampamento, muitos pais trazem os filhos. Grande parte dos jovens de Paz na Terra ingressou no assentamento por conta do desejo e do projeto de vida de seus pais que, como vimos, sonhavam em “ter um pedaço de terra”, uma “casa”, um “lugar”.

Desta maneira, em razão do vínculo com a família e da condição de dependentes, para muitos jovens a ida para o assentamento (ou acampamento) consistiu em uma mudança imposta em suas vidas. Julia (18 anos), filha de Dona Joana, por exemplo, foi para o Paz na Terra quando este estava instalado na Fazenda Almada Maruí, local onde o acampamento

permaneceu durante três meses, e algumas famílias foram assentadas. Julia e seus irmãos mais novos não desejavam ir para o acampamento:

Julia – A gente não queria ir, não, não gostava, não. Aí, depois ela falou que ia se matar, que a gente não estava mais procurando ela, aí, eu fui. No mesmo dia que o povo foi despejado da “Badia”, ela foi para “Maruí”. Aí, eu tinha ido para casa e vi passar na televisão. Aí, depois de um bom tempo que ela tava na “Maruí”, ela foi me buscar. De lá fomos para o “Gato Preto”⁷⁸ e de lá fiquei morando com ela, aí, que conheci essa criatura...

Julia manifesta muita vontade de ir embora do assentamento e trabalhar na cidade, não gosta de *roça* e acha que o processo de assentamento está demorando muito. Contudo, ter se casado com Bruno, um dos jovens que estava sozinho no assentamento, foi um motivo de sua permanência, mesmo após a saída de sua mãe. “Ir embora” ou “sair dali” foi a resposta de várias moças quando indagadas sobre o que pretendiam fazer no futuro, tais como Carla e sua irmã, filhas de “moradores” da fazenda, que também rejeitavam o assentamento como lugar “feio”, “calmo demais”.

E não eram apenas as moças que reproduziam a imagem negativa do assentamento e o desejo de ir embora. Para alguns rapazes isso também estava colocado. Para Sérgio o assentamento “não tem futuro”.

Cabe ressaltar que para os filhos dos “moradores” a “chegada dos sem terra”, bem como a decisão dos pais em serem assentados, pode ser entendida também como uma mudança imposta em suas vidas. No entanto, não percebi diferenças significativas entre a maneira como os filhos de moradores da fazenda e os filhos de acampados projetavam suas vidas no assentamento. De certa forma, a origem rural ou urbana das famílias dos jovens não se apresentou como uma determinante nas formulações e representações dos mesmos a respeito do assentamento, até mesmo porque grande parte deles, antes, residia em área urbana ou vivia circulação cotidiana entre campo e cidade.

Embora os jovens não tivessem participação nas decisões relativas ao local em que ficarão os lotes, eles pensavam em como seria o futuro próximo do assentamento. Havia um receio de o lote familiar ficar muito distante da rodovia, principalmente devido às dificuldades de transporte e circulação nos primeiros anos. Sem dúvida, a localização dos lotes no futuro assentamento e a maneira como será instalada a infra-estrutura também serão elementos importantes para a permanência, ou saída, de jovens de Paz na Terra.

⁷⁸ “Badia”, “Maruí” e “Gato Preto” referem-se, respectivamente, a: Fazenda Abadia, onde foi realizada a primeira ocupação de Paz na Terra; Fazenda Almada Maruí, onde foi realizada a segunda ocupação de Paz na Terra; Gato Preto, local na Fazenda Vermelha em que foi instalado o Acampamento Paz na Terra, situado à beira da BR-356.

Mas não foi para todos os jovens que a mudança para o assentamento, apesar de indesejada, foi considerada negativa. Vínculos, tais como casamento e amizade, estabelecidos ao longo do processo, contribuíram para que alguns jovens representassem positivamente Paz na Terra e construíssem boas perspectivas em relação ao assentamento. Esse é o caso de Sabrina que, recém-casada, “não via a hora” de ir para o lote e ter sua casa. Ela e seu companheiro planejavam construir uma casa no lote do sogro, e não no lote do pai de Sabrina, porque este pretendia ficar nos lotes mais afastados da BR-365.

Para alguns jovens a ida para o assentamento pode ser considerada uma escolha, relacionada a uma avaliação das perspectivas de conciliação entre estudo, trabalho e moradia. Esse foi o caso de Roberto (22 anos) que, nascido no Estado de Alagoas, foi com a mãe para a região de Campos aos 16 anos, onde já moravam muitas pessoas de sua família. A princípio, em vez de ir com a mãe e o padrasto para o acampamento, Roberto preferiu morar com um tio:

Roberto – Aí, eu falei assim: “É melhor vocês irem e depois que firmar lá eu vou, se firmar eu vou, agora se não firmar tudo bem, é melhor eu ficar por aqui mesmo”. Eu já estava começando a trabalhar, agora o lugar para onde eles iam, acho que era na entrada do Hospital de Guarus, de Maruí, alguma coisa assim, era muito longe...

Também não fui para Maruí; aí, a primeira vez que vim foi ali embaixo, acho que se chamava ali de ‘Gato Preto’, da primeira vez que eu vim aqui no acampamento; eu vim simplesmente porque eu trabalhava à noite com meu tio, aí, quando pedi licença com ele para trabalhar com essa patroa minha, eu falei que ia sair de lá, ia trabalhar de dia e ao mesmo tempo ia dar continuidade aos meus estudos à noite; então para lá – para Mundéus – não tinha ônibus à noite, tinha um ônibus, é o último ônibus... era 15 para as 8; eu não tinha como eu estudar (...)

Roberto passou a visitar os pais após o deslocamento do acampamento para a Fazenda Vermelha e fez amizades no assentamento. Mas sua decisão de morar em Paz na Terra esteve, em grande medida, relacionada à sua localização, próximo à BR-356 e à cidade de Campos, e à maior disponibilidade de transporte público:

Maíra – Aí, no “Gato Preto” é que você começou a ...

Roberto – Exatamente, eu comecei a conhecer algumas pessoas, passando a vir toda semana ou pelo menos uma vez por semana [...] Aí, foi quando eu fui conhecendo, pegando intimidade com as pessoas aqui; aí, dali do “Gato Preto” eles se mudaram aqui para baixo aqui; aí, quando eles se mudaram e passou um tempinho, aí, eu vim morar com eles aqui...

Então eu disse: “Então vou morar com a mãe, lá no acampamento mesmo, que de lá eu vou estudar, eu vou trabalhar, e lá tem ônibus até as 11 horas para mim... eu posso estudar tranquilo; essa foi a causa da minha vinda aqui; então eu vim ali para o “Gato Preto” ali, mas para morar fixamente mesmo foi ali embaixo ali, no ... eu vim ali “Gato Preto” só fazer visitas, voltava e tal, ia e voltava; mas para morar de verdade foi aqui embaixo, ali perto do campo.

Importante perceber como na fala de Roberto a expressão “morar fixamente”, ou “de verdade”, refere-se à sua trajetória, e a de outros jovens, marcada por circulação e mobilidade entre a casa de parentes, e ainda, representa um marco do momento de seu ingresso no assentamento. Roberto pode ser entendido como um jovem que teve maior possibilidade de escolhas, especialmente por ter uma rede familiar que permitisse a sua circulação entre a casa de parentes com relativa autonomia.

Murilo, de certa forma, também tinha essa mobilidade e relativa autonomia frente à sua família nuclear. Ele era um “agregado” na casa do irmão, um jovem em “circulação”. Havia saído de Lagoa de Cima onde morava com a mãe, morou na cidade de Campos com outro irmão e teve diferentes inserções profissionais, tais como o trabalho no corte da cana e como operário em fábrica de jeans. Murilo, diferentemente de Roberto, gostava muito do assentamento e tinha pretensões em continuar morando com o irmão, embora um pouco receoso quanto ao trabalho agrícola. Para esses jovens em “circulação”, seus projetos relacionados ao assentamento eram incertos, ou seja, não vislumbravam, necessariamente, o trabalho com a agricultura, ou a moradia em Paz na Terra. O assentamento poderia vir a ser mais um lugar de passagem. Para Roberto, o processo de assentamento estava demorando muito e, se dependesse dele, seus pais já não estariam mais lá:

Roberto – [...] às vezes, você espera tanto tempo por uma coisa, o pessoal fala que esse ano vai dividir, acaba não dividindo; ano que vem também a mesma conversa, não divide; aí, isso vai cansando [...]; você vê que isso aqui era muito cheio, esse acampamento aqui, muita gente vivia aqui, isso aqui era muito cheio! Muita gente mesmo!

Os jovens que ingressaram sozinhos em Paz na Terra e requeriam o lote para si, ao mesmo tempo em que possuíam lugar diferenciado no assentamento, em relação aos outros jovens, o assentamento passou a ocupar importante lugar em suas vidas. Bruno (28 anos), por exemplo, foi para o acampamento atrás do Hospital de Guarus apenas para ajudar um tio que estava acampado, na véspera da primeira ocupação da Fazenda Abadia. Foi motivado no início apenas pela “farra”, mas passou a seguir o acampamento, embora seu tio houvesse desistido. Bruno (28 anos) morava no bairro Santa Clara, em Campos, considerado local perigoso e violento. Assim como seu pai Bruno era pedreiro e, apesar de estar construindo uma casa para ele e Julia no terreno em que mora seu pai (em Santa Clara), ele tinha o desejo de morar no lote e viver da agricultura:

Bruno – [...] Então, se a gente desistir agora, cara, então a gente não vão conseguir chegar a nenhum objetivo...

Maíra – Mas o seu objetivo...

Bruno – É conquistar essa terra, porque eles falam mesmo: “Não é ganho, não, é conquistado“! Aí, tem que ir à luta; aí, vem o sonho, transformou em meu sonho, meu objetivo... Mesmo que aconteçam várias coisas, mas eu quero ver a terra, quero ver minha casinha lá [...]

Como podemos ver em sua fala, esta projeção também está baseada em um discurso associado à “luta”. A fala de Bruno retrata um pouco da situação de incerteza em que viviam os assentados, mas, principalmente, chama a atenção para a mudança promovida em sua vida a partir da entrada no acampamento, transformando a “conquista da terra” em um sonho.

Diferentemente dos demais jovens que acompanharam os pais, esses jovens possuem também um compromisso político e ideológico com o assentamento com a “luta”. Para Bernardo, apesar de nunca ter tido experiência com atividades agrícolas antes, ter conhecido o MST o fez conquistar outra “consciência” e o estimulou voltar a estudar, ter novas perspectivas de vida, relacionadas ao lote e à agricultura. Iasmim também planejava trabalhar com a produção agropecuária e levar seus pais para morar com ela no lote. No seu caso, embora sua motivação inicial fosse apenas conhecer o MST, aos poucos se interessou em ser assentada.

No entanto, como vimos ao longo da dissertação, a maioria dos jovens tinha pouco envolvimento com a agricultura e com o projeto de assentamento. Alguns desejavam um emprego na cidade, ou nas usinas de cana de açúcar, e até o casamento poderia ser entendido como uma perspectiva para as moças. A escolarização pouco se destacava dentre os projetos de vida de muitos deles e, apesar da rejeição de alguns em permanecer no meio rural, também não apresentavam outros projetos de vida.

Essa dificuldade de projetar a vida futura também foi percebida por Wanderley (2005) em relação aos jovens rurais pernambucanos. A autora interpretou que os jovens não possuiriam projetos por não acreditarem na realização deles, ou porque assumiam uma postura de aceitação conformista da realidade. Isso seria fruto do descompasso entre os sonhos da juventude e as possibilidades de sua concretização no local em que se encontravam.

Podemos nos questionar em que medida a noção de *projeto*, como uma conduta orientada e organizada para determinadas finalidades (VELHO, 1994), nos ajuda a compreender como os jovens orientam suas vidas. Sem pressupor necessariamente que jovens devam projetar o futuro, podemos entender a postura “realista” dos jovens rurais pernambucanos, pesquisados por Wanderley, dos jovens de Paz na Terra e até dos jovens dos grupos populares das ocupações urbanas, pesquisados por Fonseca, como alternativas possíveis no universo social em que estão inscritos. Poderíamos, ainda, pensar em termos de

um *habitus* das classes populares (BOURDIEU, 1994, 1996) que permeia as estratégias de reprodução das famílias (dos jovens). Para o qual a mobilidade espacial, a circulação de crianças e jovens em redes familiares, a socialização por meio do trabalho estão inscritos nas condições objetivas de instabilidade econômica, residencial, condições precárias de trabalho.

Mas, no que concerne à relação entre as perspectivas de vida e o projeto de reforma agrária para os jovens, o fato de o Assentamento Rural Paz na Terra não ter sido instalado ainda, sem dúvida, dificulta e limita projeções futuras dos jovens. Nesse sentido, o dilema “ficar–sair”, tão central aos estudos sobre jovens rurais, no caso dos jovens de Paz na Terra está colocado em outros termos, em especial devido à situação transitória e ambígua na qual se encontram as famílias e os jovens, marcada pela incerteza de sua permanência no assentamento e a incerteza de como será o assentamento.

CONCLUSÕES

A pesquisa abordou a maneira como a juventude estava inserida no Assentamento Paz na Terra e o lugar do assentamento para os jovens, a partir do entendimento dos assentamentos rurais como processos de mudança social engendrados por meio da intervenção de diferentes agentes e “projetos” de reforma agrária. Assim, analisei como a juventude lidava com o processo de formação de Paz na Terra, quais as mudanças em suas vidas e suas perspectivas.

Para maioria dos assentados de Paz na Terra, o ingresso no assentamento rural pode ser entendido como uma das estratégias de reprodução social das famílias para superar condições adversas de trabalho e moradia, inscritas em um *habitus*, que envolve sistemas de valores e práticas, tais como a mobilidade campo–cidade e a circulação das crianças e jovens por redes familiares. Os assentados buscam melhores condições de vida para si e para seus filhos. Para grande parte dos assentados, os filhos constituíam uma das principais justificativas para o ingresso em Paz na Terra, ou seja, para dar-lhes oportunidades distintas das que teriam nos bairros de origem e favelas, onde estariam mais sujeitos à violência e às condições degradantes de trabalho. Percebi que o principal “lugar” da juventude no assentamento era esse lugar – de filhos. Entre as diferentes percepções sobre os jovens predominava, para os adultos, uma imagem da juventude como uma fase problemática da vida, de sujeitos em formação que precisam ser orientados, vigiados e controlados. Esse lugar dos jovens estava marcado pelas relações de hierarquia entre as gerações, pela reprodução dos tradicionais papéis de gênero e pela dificuldade de serem reconhecidos como sujeitos, o que também tem sido verificado em tantos outros contextos rurais.

No processo de formação do Assentamento Paz na Terra e nas discussões acerca da implantação do mesmo, os jovens não tinham lugar nem voz, exceto aqueles que ingressaram sozinhos e que não estavam sob o controle da autoridade paterna. Identifiquei que não havia uma preocupação especial ou permanente com os jovens, seja por parte dos técnicos encarregados da implantação do assentamento, das lideranças do assentamento ou do MST. Ou seja, não havia um movimento para envolver a juventude no projeto de reforma agrária de maneira que lhe despertasse o interesse em permanecer no meio rural. Mas há um histórico de iniciativas para formar grupos e coletivos de jovens, cujo intuito era envolvê-los em diferentes atividades desde a produção agrícola, esportes, até a formação política. Todas as iniciativas se defrontaram com dificuldades, e os fracassos eram atribuídos, principalmente, ao

“desinteresse” dos jovens pelos projetos. O fracasso das iniciativas sinalizava certa dificuldade de diferentes agentes em lidar com a juventude, com seus interesses e sua especificidade no processo de assentamento rural.

Do ponto de vista dos jovens, grande parte deles nunca havia tido contato com o meio rural antes da entrada no assentamento. Embora tenhamos identificado que muitos assentados viveram a infância em fazendas da Região Norte Fluminense, seus filhos cresceram em bairros pobres de Campos dos Goytacazes e arredores, como jovens “urbanos” que foram para o campo. Certamente, a ida para o assentamento produziu mudanças nas suas vidas, bem como novas experiências. Para alguns jovens, novos laços pessoais e afetivos foram construídos ao longo do processo de acampamento e assentamento, tendo havido, inclusive, a formação de novos núcleos familiares. Para um grupo restrito, o engajamento militante se aliou a novos compromissos com o assentamento e com a agricultura, como titulares dos lotes.

Contudo, identifiquei certa resistência por parte de muitos jovens em assumir responsabilidades com questões de interesse coletivo no assentamento. A não-participação e inserção da juventude nas esferas organizativas, dentro ou fora do assentamento, estaria relacionada à postura “desconfiada” dos mesmos em relação aos adultos e à possibilidade de críticas por parte dos mesmos, mas, sobretudo, parecia reproduzir a posição subordinada dos jovens como filhos de assentados e as relações de hierarquia entre jovens e adultos. Tampouco, a juventude estava envolvida no projeto político do MST. A sua presença em atividades do movimento se situava na esfera da sociabilidade dos eventos, viagens e novas experiências.

A identificação dos jovens como “sem terra”, “acampado” ou “assentado” – que, em eventos políticos, era positivada e exaltada – guardava um leque de ambigüidades em Paz na Terra. Em contraste com as imagens da favela e da violência, o assentamento era positivado como espaço rural, por ser mais “calmo” e “tranquilo”. Mas, associado às imagens veiculadas pela mídia, e do senso comum, sobre os acampamentos e ocupações de terra, o assentamento era também motivo de vergonha e constrangimentos para os jovens. No que se refere às representações sociais dos jovens acerca da conquista do assentamento, não foi possível percebê-la em Paz na Terra, nem mudanças nos moldes de um processo de construção de novas identidades ou consciências políticas. A situação singular do Assentamento Paz na Terra, ainda em fase de instalação, pode ser um fator que limite o processo de mudança social para a nova condição de assentados.

As representações e imagens em jogo articulavam-se às perspectivas de vida da juventude e à questão da sua permanência no assentamento. Para a maioria deles o assentamento representava um projeto de vida de seus pais, com o qual pouco se envolviam. O barraco no assentamento ou a casa no lote em um futuro próximo consistiam numa opção de moradia, conforme a dinâmica de cada jovem e sua família em relação ao trabalho, estudo, ou outros interesses. Para muitos jovens o assentamento talvez seja apenas mais um lugar de “passagem”, ou mesmo um lugar de moradia da família, em razão da transitoriedade de sua situação e da incerteza quanto ao futuro. Para alguns poucos jovens, o assentamento se colocava como um lugar em que planejavam suas vidas. Mas, de uma forma geral, os jovens em Paz na Terra não elaboravam muitas expectativas acerca de seu futuro, seja no assentamento ou fora dele. A maioria dos jovens não parecia vislumbrar muitos caminhos abertos, a serem percorridos.

Como vimos no início da dissertação, os jovens rurais – entendidos como aqueles que moram no campo – têm assumido maior visibilidade e reconhecimento de sua especificidade na sociedade, e aos jovens assentados tem sido atribuído um papel importante na continuidade dos projetos de assentamento rural. No entanto, o que se observa no interior dos assentamentos, como no caso de Paz na Terra, aponta para a dificuldade de diálogo entre os projetos de reforma agrária, seja por parte dos pais, dos movimentos sociais ou dos agentes governamentais e a juventude, de forma que os jovens se insiram e compartilhem desses projetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), **Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação**, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.

_____. “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: ABRAMO, Helena e BRANCO Pedro P. (org). **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Unesco: Brasília, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003

ANDRADE, Márcia Regina de O. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra**. 1998. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. São Paulo: Zahar, 1981.

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. “Uma análise da cadeia produtiva de cana de açúcar na região norte fluminense”. In: **Obsevatório socioeconômico da região Norte Fluminense. Boletim técnico n. 6**, abril, 2002.

BAILEY, F.G. “Gifts and Poison”. In: **Gifts and Poison: The politics of reputation**. New York: Schocken Books, 1971. 3- 23.

BENEVENUTO, Mônica Aparecida. **Aparência e estilo como elementos de analise das expressões de juventude do assentamento rural Casas Altas Rio de janeiro**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BERGAMASSO, Sonia Maria e NORDER, Luiz Antonio. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Juliana de Melo. **Jovens assentados: Projetos e Histórias de vida: um estudo psicossociológico de um assentamento Rural**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de

Comunidade e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BOURDIEU, Pierre. “Une classe objet.” In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.17-18, nov. 1977. p.2-5

_____. “Juventude é apenas uma palavra”. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

_____. **Razões Práticas**. Campinas, SP: Ed. Papyrus. 1996.

_____. “Capítulo 1. Uma imagem ampliada” In: **A dominação masculina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Le Bal des célibataires**. Paris: Seuil, [1962] 2002.

_____. “Stratégies de reproduction et modes de domination”. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 105, déc. 1994. p.1-12.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRANCO, Maria Teresa Castelo. O movimento da identidade no processo de inclusão/exclusão vivido pelos jovens sem-terra do assentamento da Fazenda Ipanema. In: II Simpósio a Educação que se faz Especial. Maringá, 2004

BRAGA, Libânia Maria. **Assentamento Hipólito: realidade e perspectivas dos jovens assentados**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2006.

BRANDÃO, Carlos R. **A partilha da Vida**. São Paulo: Cabral. 1995

BRENNEISEN, Eliane C. "Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente". In: MARTINS, José de Souza (org.). **Travessias – as vivências da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre, UFRGS. 2003.

BRENNER, et al. “Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros”. In: ABRAMO, Helena e BRANCO Pedro P. (org). **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRUMER, Anita. “Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul”. In: **Estudos Feministas** 12 (1):205-227. Florianópolis, jan.abril. 2004.

_____. “A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade” In: CARNEIRO, Maria J. e CASTRO, Elisa. G. (Orgs.) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CALAZANS, Gabriela. “Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para reflexão” In: ABRAMO, Helena e BRANCO Pedro P. (org). **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. “Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos”. In: **IPEA, texto para discussão** no. 621. Rio de Janeiro, 1999.

CARNEIRO, Maria José. “Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf”. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, abril 1997: 70-82

_____. “O ideal rururbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.” In: **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. “Juventude rural: projetos e valores” In: ABRAMO, Helena, e BRANCO Pedro P. (org). **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. “Acesso à terra e condições de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira”. In: VII Congresso Latino Americano de sociologia Rural, Quito, novembro de 2006.

_____; CASTRO, Elisa. G. (Orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CASTRO, Carmem Verônica. **A mística de tornar-se jovem do MST: a experiência do curso realidade brasileira para jovens do meio rural**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre o rural e o urbano: dimensões dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro 1995.

_____. Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em antropologia social) Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005

_____. “Juventude Rural: ‘apenas uma palavra’ ou ‘mais que uma palavra’”. **30º Encontro anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, outubro de 2005.

_____. “As Jovens Rurais e a Reprodução Social das Hierarquias”. In: WOORTMANN, E.F.; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (Orgs.). **Margarida Alves. Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília : MDA / IICA, 2006

_____. “Os sonhos e os desafios da juventude rural”. In: **Sociologia, Ciência e Vida - especial Juventude Brasileira**, São Paulo, p.57-63, 01 jul. 2007.

_____. “Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social.” In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, junho 2008.

CHAMPAGNE, Patrick. “Jeunes Agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”. In: **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. Paris: Editions Minuit, n. 26,27 – mars – avril, 1979, pp. 83-107.

CHAVES, Christine. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político**. Rio de Janeiro, Relume & Dumará. 2000.

COMMERFOD, John C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará /Nuap. 1999.

_____. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Nuap. 2003.

_____. “Onde está a comunidade? Configurações sócio-morais e a redefinição dos limites rural e do urbano”. In: **25ª Reunião Brasileira de antropologia**, Goiânia, 11 a 14 de junho, 2006.

CURADO, Fernando F. **Ocupação e assentamento na Fazenda Rio Vermelho: a constituição do agricultor assentado na região de Goiás**. 1998. Dissertação.(Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1998

DEERE, Carmen Diana. “Direitos da mulher à terra e os movimento sociais rurais na reforma agrária brasileira”. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1). 2004

DURKHEIM, Émile. “Representações individuais e representações coletivas”. In: **Sociologia e Filosofia**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1977.

DURSTON, John. **Juventud Rural en Brasil y México. Reduciendo la invisibilidad**. CEPAL, 1998.

_____. “Estratégias de Vida de los jóvenes rurales em América Latina” In: **Juventude Rural, modernidad y democracia em América Latina**. Santiago de Chile, CEPAL, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST. Formação e territorialização**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

FERREIRA, Brancolina. “A reforma agrária no governo Lula. Balanço 2003 a 2005”. In: **Reforma Agrária. Revista da ABRA “Política Agrária no governo Lula”**. volume 32, n.1 ago/dez 2005. p 11-35

FONSECA, Claudia. “Preparando-se para a vida: reflexões sobre a escola e adolescência em grupos populares”. In: **Em Aberto**. Brasília, Ano 14, n.61. jan/Mac.1994.

_____. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. “Quando cada caso não é um caso. Pesquisa etnográfica e educação”. **XXI Reunião anual da Anped**, Caxambu, setembro de 1998.

_____. “Aliados e rivais na família.” In: **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura” In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 1989 [1973].

GLUCKMAN, Max. “Prefácio”. In: BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: F.Alves. 1976.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUEDES, Simone Lahud; LIMA, Michelle da Silva. “Casa, família nuclear e redes sociais e bairros de trabalhadores”. In: BARROS, Miriam Lins de (org). **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza et al. “Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência” In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n.17.p 13-45. junho 2002.

HEREDIA, Beatriz et al. “Os impactos regionais da reforma agrária. Um estudo sobre as áreas selecionadas.” In: **Lusotopie**, 2003: 59-90.

HOBBSBAWN, Eric. “A revolução cultural”. In: **A era dos Extremos: o breve século XX; 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p 314 – 337.

HONWANA, Alcinda et DE BOECK, Filip (org.). **Makers and breakers: children and youth in postcolonial Africa**. Currey: Oxford, 2005.

LENOIR, Remi. “Objeto sociológico e o problema social”. In: Champagne, P. et. al. **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

LEVI, G. e SCHMITT, J. “Introdução”. In: **História da Juventude**. SP: Companhia das Letras, (v. I). .1996

LEWIN, Helena (coord.). **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil. O caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de janeiro: 7Letras, 2005.

LOERA, Nashieli. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES, UNICAMP. 2006.

MACEDO, Marcelo Ernandez. “**Zé Pureza**”. **Etnografia de um acampamento norte fluminense**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

_____. “Entre a violência e a espontaneidade: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro”. In: **Mana**. vl.11n.2. out. 2005.

MALAGOZI, Edgard e MARQUES, Roberto. “Para além do ficar e sair: as estratégias de reprodução dos jovens em assentamentos rurais” In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MALINOWSKY, Bonislaw. “Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação” In: **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, (Coleção Os Pensadores), 1978.

MANNHEIM, Karl. **Karl Mannheim: Sociologia**. Coleção Os Grandes cientistas Sociais (org. Foracchi, M.M.). São Paulo: Ática. 1982.

MARCELIN, Louis Herns. “A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano”. In: **Mana**, 1999.

MARTINS, Jose de Souza. (org.) **Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre, UFRGS. 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989

_____; LEITE, Sérgio (org.). **Assentamentos rurais. Mudança Social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Maud, 2004.

_____. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed.Universidade/ UFRGS/ CPDA, 1999.

MENEZES, Heloísa R. G. de. **Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana**. 1991. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

MENEZES, Marilda; SILVA, Marcelo Saturnino da. “Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural”. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

NAVARRO, Zander. "Mobilização sem emancipação" – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2002.

NEVES, Delma Peçanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Coleção Antropologia e Ciência Política. Niterói/RJ, EdUFF. 1997a.

_____. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Coleção Antropologia e Ciência Política – 4. Niterói: Ed.UFF, 1997b.

_____. **A perversão do trabalho infantil. Lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto, 1999.

_____. “Assentamento rural: confluência de formas de inserção social” In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n13, outubro, 1999.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na "plantation" tradicional. *Contraponto*, n2, ano II nov. 1977.

_____. Modernização, Estado e questão agrária. Estudos Avançados. [online], vol. 3, no. 7 1989. pp. 87-108.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. “Debates Econômicos, processos sociais e lutas políticas” In: COSTA, Luiz Flávio e SANTOS, Raimundo (orgs). **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

PAES, Margot Wagner. Desenvolvimento Regional e Reconversão Produtiva: Alternativa para a região de Campos dos Goytacazes. Dissertação de mestrado CPDA/UFRRJ, 1999.

PAIVA, Irene Alves de. “Novos espaços de formação e escolarização de jovens assentados”. **30º Encontro anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, outubro de 2005.

PAULILO, Maria Ines. “Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise”. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril/2004

PEIRANO, Mariza (org). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRRJ, 2002.

PERALVA, Angelina. “O jovem como modelo cultural.” In: PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), **Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação**, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.

PEREIRA, Jorge Luis G. **Juventude rural: para além das fronteiras entre o campo e cidade**. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ROSAS, Eduardo Nunes Leite. “**Rapazes da roça**” na “**cidade grande**”: **trabalho, sociabilidade e projetos**. 2006. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2006

SALES, Celecina de Maria V. **Criações coletivas da juventude no campo político. Um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

SANTOS, Fabiano Antonio dos. **Trabalho e Educação do Campo: a evasão da juventude nos assentamentos de reforma agrária. O caso do assentamento José Dias**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2006.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos – estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

_____. “As condições de possibilidade de ocupações de terra”. In: **Tempo social. Revista de sociologia da USP**, v.17, n.1.2004.

_____; L’ESTOILE, Benoit (orgs). **Ocupações de terra e transformações sociais. Rio de Janeiro**: Ed.FGV, 2006.

SILVA, Vanda. “Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência”. In: Cadernos Cedes, v.22/n.57-agosto/ 2002.

SIMMEL, George. “Especial: individualidade, interação, tipo social”. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.). **George Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática. 1983

STROPASOLAS, Valmir L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC**. Florianópolis. Ed.UFSC.2006.

_____. “Um marco reflexivo para inserção social da juventude rural”. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SZMRECSÁNYI, Tamás e MOREIRA, Eduardo Pestana. “O Desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a segunda Guerra mundial”. In: **Estudos Avançados**. 11(5), 1991.

TURATTI, Maria Cecília. **Os filhos da lona preta. Identidade e cotidiano em acampamentos do MST**. São Paulo: Alameda. 2005.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIEIRA, Rosângela S. “Tem jovem no campo. Tem jovem homem, tem jovem mulher”. In: WOORTMANN, E.F.; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (Orgs.). **Margarida Alves. Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília : MDA / IICA, 2006

WANDERLEY, M. N. B. “Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades”. In: **Estudos sociedade e agricultura**. n.21, out. 2003

_____. **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Relatório final de pesquisa CNPQ, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, maio de 2006.

_____. “Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para futuro?” In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: MDA/NEAD. 2005

WILLIAMS, Raimond. **O campo e cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMAN, Elen e WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed.UnB. 1997

WOORTMAN, Klaas. “Com parente não se neguecia.” In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Unb/ Tempo Brasileiro. 1990.

Documentos e outras fontes:

BRASIL. República Federativa. **Estatuto da Terra**. Lei Nº. 4.504, de 30 de Novembro de 1964.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES e VIA CAMPESINA. **Programa Nacional de Formação da Juventude da Classe Trabalhadora**. 2007

ESTRUTURAR COOPERATIVA. **Plano de Exploração anual do P. A. Paz na Terra**. 2006

INCRA. **Norma de Execução N.45**. Dispõe sobre os procedimentos para seleção de candidatos ao programa nacional de reforma agrária. agosto de 2005

_____. **O INCRA e o assentamento**. cartilha, sd.

_____. **Manual Operacional ATES**. 2004.

MDA. **Portaria n.2, 1º**. setembro de 2005

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. 2004

MST. **Conquistar a terra. Encontro Nacional dos Sem Terra**. Cascavel, PR, janeiro de 1984

_____. “A luta continua. Como se organizam os assentamentos”. **Caderno de formação n.10**. 1986.

_____. “Plano Nacional do MST – 1989 a 1993”. **Caderno de formação n.17**. 1989.

_____. **Rumo ao 3º Congresso. Reforma Agrária: uma luta de todos!** Cartilha, Fevereiro de 1995.

_____. “Programa de Reforma Agrária”. **Caderno de Formação n.23**, 1995b.

_____. **“Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio! 4º Congresso Nacional do MST Brasília 7 a 11 de agosto”**. Cartilha, julho 2000.

MST; CONCRAB. **O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento**. Caderno de cooperação agrícola, n.10. maio de 2001

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Campos dos Goytacazes - Perfil** 2005. Disponível em: www.campos.rj.gov.br/ acessado em fevereiro de 2008.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia de políticas públicas de Juventude. Brasília**, 2006. Disponível em www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/ acessado em maio de 2008.

ANEXOS

Anexo A – Jovens de Paz na Terra

1) Carla (18 anos)

Carla morava com os pais na Fazenda Vermelha. Dona Luciana, sua mãe, foi criada nas fazendas da região. Morou na Fazenda Imburi, que pertencia à antiga Usina Outeiro, e quando esta faliu, seus pais foram despedidos. Dona Luciana e sua família foram para Campos, moraram no bairro Santa Rosa, onde Carla nasceu e viveu seus primeiros anos de idade. Depois moraram em Três Vendas, localidade próxima à Fazenda Vermelha. Segundo Dona Luciana, era muito difícil arrumar emprego na cidade sem ter escolarização e, por isso, resolveram voltar para a roça. Moravam na Fazenda Vermelha há oito anos.

O pai de Carla e Camila já havia ingressado noutra acampamento da região, perto da Usina Cambahíba, onde um tio delas está assentado. De acordo com Dona Luciana, foi por conta do sogro que eles não ingressaram na ocupação, porque ele os convenceu a não ir por causa das crianças. Nessa época eles já moravam na Fazenda Vermelha. Dona Luciana sempre trabalhou em casa e com os cuidados da roça e quintal. Seu marido estava empregado na Usina Sapucaia, mas como trabalhador rural permanente, aquele que não parava de trabalhar na entressafra.

Na época da ocupação da Fazenda Vermelha os pais delas deram apoio aos acampados e foram despedidos. Uma das filhas mais velhas de Dona Luciana acampou na Fazenda Vermelha também e, atualmente, mora em uma das casas, próxima à mãe. Sua filha já havia passado pelo acampamento Oziel Alves, que sofreu despejo.

No total são seis filhos, dentre estes moram na mesma casa quatro filhos, Carla (18) e Camila (15), seu irmão mais velho (25) e a neta (12 anos) de Dona Isabel, que foi criada por ela. Dos filhos, Camila estuda e está na 6ª série, também ajuda sua mãe em casa com afazeres domésticos. O seu irmão mais velho trabalha para a Usina Sapucaia, mas apenas na época de moagem e na entressafra ele faz “biscate”. Carla parou os estudos na 3ª série e apenas faz o “serviço de casa”. Carla, Camila e sua mãe freqüentam o culto da Assembléia de Deus, em Três Vendas.

2) Sérgio (18 anos)

Sérgio era morador da Fazenda Vermelha. Nascido em São Francisco do Itabapoana, foi para a fazenda ainda pequeno. Ele é filho adotivo de Dona Margarida, mas segundo sua

irmã (de criação) Karina, ele não gosta que saibam que ele foi adotado. Dona Margarida é viúva, mora na fazenda há mais de 20 anos. A família que mora no assentamento atualmente compreende: as duas filhas mais velhas e seus respectivos maridos, filhos e netos de Dona Margarida, a sua filha do meio, Karina (34 anos), namorada de Iasmim, e os dois filhos adotivos, Mônica, filha de um rapaz acampado em Paz na Terra (morador da fazenda), e Sérgio, cuja origem dos pais não foi mencionada. Sérgio e Mônica moram na mesma casa que Dona Margarida.

Sérgio estava terminando o 2º grau. Ele pretende fazer curso de cabeleireiro e gostava também de artesanato. Sérgio tocava violão e tinha muita vontade de estudar música e seguir a carreira de músico. Sérgio nunca trabalhou na roça e nem se envolveu com questões relativas ao assentamento. Entretanto, foi um dos professores de capoeira no assentamento, dava aulas para as crianças, mas parou porque a “criançada” não se interessou mais e porque não havia nenhum recurso.

3) Guilherme (20 anos)

Mora com o pai e dois irmãos mais novos. Ele tinha 15 anos na época da ocupação atrás do Hospital de Guarus e participou de todo o processo de ocupação e despejos. Antes do acampamento Guilherme morava com o pai e a madrasta em Campos, na Favela Baleeira. Segundo Guilherme, seu pai teve origem rural e toda a sua família morava na região de Campos. Sua mãe mora em Travessão, mas ele prefere morar com o pai, trouxe poucas informações sobre a sua mãe. O pai trabalhava “puxando carroça”, como uma modalidade de frete. Na época da entrevista o pai estava trabalhando em Campos, já havia se separado da madrasta, que tinha ido embora com as crianças pequenas. Guilherme e seus dois irmãos mais novos moravam no assentamento e cuidavam do barraco de seu pai. Este apenas ia ao assentamento aos fins de semana. Guilherme não estuda e não trabalha. Havia trabalhado na roça com o pai, mas eles pararam de plantar porque o gado estava passando por cima da roça. Dos irmãos que moram com ele, um estuda à noite, no supletivo, 6ª série. Guilherme quer arrumar um emprego e pensa em trabalhar com irrigação para a Usina Sapucaia. Para Guilherme o assentamento é melhor do que Campos porque é mais tranquilo, não tem violência, ele gosta de lá e já se “acostumou”.

4) Sabrina (17 anos)

Sabrina é filha de Ernesto. Morava com o pai e a mãe em Parque Santa Rosa. Seu pai “nasceu e foi criado na roça”, em uma localidade chamada Santa Margarida, entre São

Joaquim e Vila Nova (próxima ao município de Cardoso Moreira e a Morro do Coco, um distrito de Campos). Sua família trabalhou durante muitos anos de “meia” em uma fazenda produtora de café. Segundo Ernesto, por volta de 1975, o café já estava “acabando”, e as fazendas optavam por sua substituição pela cana-de-açúcar e pelo gado. Em 1984 sua família foi para Campos para trabalhar na lavoura de cana, para os empreiteiros e depois seu pai trabalhou como operário para a Usina Sapucaia. Moraram em Campos de 1984 até 2003 e viviam de aluguel, até um irmão de Ernesto comprar um terreno em que ele pôde construir uma casa pequena.

Sabrina tem duas irmãs, que já são casadas e não moravam com os pais na época da ocupação. Seu pai foi para o Hospital de Guarus com um sobrinho e depois seguido de sua tia Dora. Sabrina ficou em casa com a mãe, que é doente mental e precisava fazer tratamento médico. Sabrina chegou a morar na casa da avó, na época em que mãe esteve internada. Em 2005 ela foi para Paz na Terra, devido a uma chuva muito forte que alagou a sua casa. Ela não queria ir para a o acampamento, no início, por causa dos estudos, achava que lá não teria oportunidades e também não haveria muitas pessoas para conversar. Sabrina nunca trabalhou fora, apenas cuidava de casa e estudava. Interrompeu os estudos na 6ª série e retornou no colégio de Outeiro. Estava na 8ª série do supletivo, ensino noturno. Ela começou a namorar Felipe havia dois anos, e tinha sido a primeira vez que “namorava em casa”. No momento da entrevista, estava casada há dois meses. Sabrina e Felipe haviam recuperado um barraco abandonado e estavam morando juntos nele. A rotina cotidiana de Sabrina consiste em cuidar do barraco, fazer almoço na casa de seu pai e o jantar para o marido. Felipe trabalha como ajudante de pedreiro com Seu Rodrigo e também estuda à noite em Outeiro. Sabrina nunca teve qualquer experiência com roça, mas tem vontade de fazer uma horta quando estiver no lote.

5) Bruno (28 anos)

Bruno foi para o acampamento atrás do Hospital de Guarus apenas para ajudar um tio que estava acampado na véspera da primeira ocupação, realizada na Fazenda Abadia. Bruno aceitou ajudar o tio “nos sem terra” porque gostava muito de uma “farra” e desde então tem seguido o acampamento, embora o seu tio tenha desistido. Bruno morava com os pais no bairro Santa Clara, em Campos, considerado um local perigoso e violento, onde acontecem muitos assassinatos por causa do tráfico de drogas.

Bruno é pedreiro, filho de pedreiro, “nascido e criado na obra”. Conta que seu sonho sempre foi ter um “pedaço de terra”, pois sempre gostou da *roça*, por ser um lugar mais calmo

e mais tranqüilo de se viver. No momento em que foi realizada a pesquisa Bruno construía, no terreno da casa de seus pais, uma casa para ele e Julia, jovem que conheceu no acampamento, namorou e foram morar juntos. Primeiro em um barraco que eles fizeram, depois eles se mudaram para uma das casas dos antigos moradores da fazenda, a partir de um acordo com o acampamento de que eles iriam contribuir nas atividades e no cuidado com o centro de formação (o casarão-sede). Bruno pretende morar no assentamento quando a terra for parcelada, mas Julia não manifestava esse interesse, o que parecia ser um ponto de divergência entre o casal.

Bruno chegou a fazer um curso de militantes do MST e foi coordenador-geral do assentamento.

6) Bernardo (25 anos)

Bernardo nasceu na Baixada Fluminense, no Assentamento Campo Alegre, onde residem alguns de seus familiares. Contudo, ele foi pequeno com a mãe para Belford Roxo, onde morou até o momento em que teve que sair por problemas com o tráfico de drogas. Segundo Bernardo, havia um esquema de corrupção dos policiais com os traficantes, e ele, por não ter aceitado participar, ficou jurado de morte e por isso teve que ir embora para Campos. Em Campos ele morou durante um ano na casa de uma irmã, na localidade de Tapera, até o momento em que foi convidado a participar da segunda ocupação atrás do Hospital de Guarus, intitulada “Terra para Todos”. De um amigo, assentado no Antônio de Farias, recebeu o convite para participar da ocupação. Ele havia brigado com a irmã e decidiu ingressar no acampamento. Desde então tem morado em Paz na Terra e faz parte do Núcleo 7. Ele nunca mais voltou a Belford Roxo. Na época em que foi realizada a pesquisa ele trabalhava na área de construção civil, junto a Seu Rodrigo, e tinha voltado a estudar. Ele ficava todos os dias no assentamento, mas sai de manhã cedo e retorna à noite. Teve uma filha, mas a sua namorada, mãe da criança, não é ligada ao assentamento e ele não sabe se ela vai aceitar morar lá.

Bernardo participou ativamente do MST durante dois anos. Ele foi para a Marcha Nacional do MST em Brasília (2005). Participou de cursos de formação de militantes da região e era coordenador do setor de saúde do acampamento.

7) Iasmim (24 anos)

Ela e sua família moravam em Niterói. Foram para Campos porque a avô estava doente, e a casa que tinham em Niterói era alugada. Os pais de Iasmim hoje são aposentados e

moram no bairro Novo Jockey, em Campos, onde possuem uma casa própria. Iasmim tem apenas um irmão, que está casado, tem dois filhos e mora em Parque Prazeres.

A mãe de Iasmim foi a pessoa da família que freqüentou as reuniões da frente de massa. As reuniões ocorriam na casa da presidente da associação de moradores do bairro. A Comissão Pastoral da Terra já fazia trabalho com aquela “comunidade” e indicou as pessoas para o MST. Iasmim descobriu o dia da ocupação e foi sozinha. Ela tinha 18 anos nessa época e foi a primeira vez que saiu de casa. O pai não queria que ela ficasse acampada, ele queria que ela fosse morar na casa da tia em Nilópolis, RJ. Depois que seu avô morreu, os tios e o pai herdaram uma terra e ofereceram uma parte para ela não ter que ficar acampada, mas ela não queria terra, queria ficar no movimento.

Iasmim, na época em que ingressou o acampamento, era estudante e tocava em uma orquestra. Abandonou os estudos e as outras atividades ao ingressar no acampamento e tornou-se militante. Primeiramente, havia cadastrado a terra no nome dos pais, pois sabia que a mãe queria muito ter um lote, mas depois despertou-lhe o desejo de ser assentada e aos poucos ela começou a se envolver com criações e animais. Iasmim também se casou no assentamento, mas em união consensual, ela e uma filha de moradores, Karina, montaram um barraco e foram morar juntas.

A mãe está bastante animada com a perspectiva do lote. Ela produz mudas, frutas e já pensa no que pode plantar. Embora nunca tenha morado em área rural, sempre fez hortas no quintal de casa.

Iasmim tornou-se militante, fez o curso de formação de militantes chamado *Escola Nacional*, e depois participou de diversos outros cursos. Tornou-se coordenadora de seu núcleo no assentamento e, em 2006, coordenadora estadual do setor de cultura do MST, com a responsabilidade de organizar um coletivo de juventude no Estado do Rio de Janeiro.

8) Julia (18 anos)

Julia é filha de Joana (56 anos). Sua mãe nasceu em São Francisco do Itabapoana, na Região Norte Fluminense, mas morou grande parte de sua vida em Campos. Julia é órfã de pai e tem nove irmãos, de pais diferentes, pois sua mãe foi viúva duas vezes e os criou sozinha. A irmã mais velha estava com 35 anos na época da entrevista e já era casada, com filhos. Na época em que houve a ocupação atrás do Hospital de Guarus, sua mãe trabalhava em um lixão da Prefeitura de Campos. Nessa época sua família morava no bairro Eldorado, onde tem uma casa que a mãe recebeu de herança.

Julia não foi para a ocupação na primeira vez. Ela ficou em casa com os irmãos mais novos, e sua mãe ingressou sozinha. Para Julia a ida para o assentamento se deu em resposta à insistência da mãe, que foi buscá-los quando o acampamento já estava na Fazenda Almada Maruí. Julia não queria ir para acampamento, e na época tinha 14 anos e estudava. No acampamento morava, com sua mãe, Julia, sua irmã e irmão mais novos (16 e 13 anos, respectivamente). Os outros irmãos de Julia moram em Campos e sempre os visitavam no acampamento.

No acampamento ela conheceu Bruno. Eles começaram a namorar e foram morar juntos, o que contribuiu para ela ter se estabelecido no assentamento. Julia participou de algumas atividades do MST, foi do setor de educação e participou de várias atividades e viagens para o Rio de Janeiro. Julia é evangélica, frequenta a Igreja Batista e é quem organiza a casa onde são realizados os cultos em Paz na Terra.

Mas Julia não gosta do assentamento e da roça. Pretende sair de lá, não se imaginava trabalhando no lote e tinha desejo de ter um emprego na cidade. Ela pretendia voltar a estudar também, mas isso dependeria de seu marido terminar a casa que construía em Campos, pois ela não quer voltar a estudar em Outeiro, onde teve problemas com discriminação por ser de um assentamento rural, do “sem terra”.

9) Mariana (16 anos)

Dona Nanci e Seu Agnaldo, pais de Mariana, eram do Acampamento Mário Lago e foram para Paz na Terra no dia anterior ao grupo de Rosa Luxemburgo. Dona Nanci sempre morou em São João da Barra, município vizinho de Campos, e Seu Agnaldo foi nascido em Mimoso do Sul (ES), criado em São Gonçalo, onde reside parte de sua família. Os pais de Mariana sempre trabalharam nas terras dos outros e moravam “de favor” na casa da mãe de Dona Nanci. Agnaldo trabalhava no corte da cana e Nanci sempre trabalhou em casa e cuidando da roça.

Mariana tem apenas uma irmã mais nova (12 anos), e parte de seus parentes são da localidade de Sabonete, próxima a São João da Barra, e de São Gonçalo. Ela tinha uma convivência bastante intensa com as primas. O local da primeira ocupação era muito perto de onde sua família morava, e ela não se afastou dos familiares. Porém, desde que foram para Paz na Terra, quase não vão à localidade onde moravam, nem para visitar os parentes. Mariana participou de todo o processo de ocupação e acampamento do Mário Lago junto com os pais.

No começo ela não gostou de ir para Paz na Terra porque não conhecia ninguém e teve que se afastar das primas e do colégio onde estudava. Seu cotidiano envolve ajudar a mãe com os afazeres domésticos, ir à escola na parte da tarde e assistir à televisão. Mariana não circula pelo assentamento e pouco conversa e frequenta casas de outros amigos, pois o pai não deixa que ela saia sozinha, somente se a mãe for junto. Suas amizades estão circunscritas ao espaço da escola em Outeiro, onde convive com os jovens do entorno e também outros jovens de Paz na Terra. Ela gosta bastante do colégio e já fez muitas amizades, principalmente com outros jovens da localidade de Três Vendas. Contudo, os colegas do colégio teriam que se separar no ano seguinte porque muitos pais não querem que os filhos estudem à noite, e o 2º grau na escola de Outeiro é noturno.

10) Carlos (21 anos)

Ele é filho único de Patrícia. Foi nascido e criado em Lagoa de Cima, onde morava com os pais. Patrícia também nasceu na região de Lagoa de Cima, em uma fazenda. Eles moravam em uma casa de três cômodos, construída por seu pai, e tanto este como sua mãe trabalhavam no corte de cana para a Usina Santa Cruz. Contudo, sua mãe sempre quis plantar, criar animais, ter um “pedaço de terra” para ela e por isso ingressou no Acampamento Rosa Luxemburgo. Patrícia foi primeiro para o acampamento, e seu marido e o filho não aderiram. Carlos tinha vergonha do acampamento. Quando a sua mãe foi para o Assentamento Paz na Terra, na Fazenda Vermelha, ele e o pai ficaram em Lagoa de Cima e só falavam com Patrícia por telefone. Nessa época os pais trabalhavam e ele apenas estudava. Porém uma desilusão amorosa o fez querer sair de Lagoa de Cima e ir para o Assentamento Paz na Terra ficar com a mãe. Carlos não gosta da roça e só foi para Paz na Terra porque “precisava de paz”. Segundo ele, acabou se “acostumando”, porque em Lagoa de Cima era muito “barulhento” e havia muita “confusão”.

Quando era criança sonhava em ser jogador de futebol. Ele se destacava no esporte e chegou a entrar para um time profissional, mas resolveu sair devido às condições de trabalho ruins e às humilhações às quais ele via os jogadores sendo submetidos. Carlos, aos 18 anos, começou a trabalhar. Trabalhou em uma empresa de construção civil, depois em uma marcenaria. No momento da entrevista, Carlos não estava trabalhando, mas às vezes cortava cana, sem carteira assinada, e recebia por produção. Concluiu os estudos no colégio de Outeiro, no período noturno, e pretendia fazer faculdade. Sua perspectiva é morar em Campos, ficar na casa dos tios em Campos, porque em Paz na Terra não tem emprego, nem oportunidade de realizar cursos.

11) Murilo (19 anos)

Ele morava em Lagoa de Cima com os pais, onde trabalhava no corte da cana para a Usina Santa Cruz. Depois morou em Campos com um irmão solteiro e trabalhava em uma fábrica de jeans. Segundo ele, o fato de serem ambos solteiros “não deu muito certo” porque era difícil cozinhar e cuidar da casa. Ele não gosta de Campos e de cidade grande. Quando outro irmão, Mario, o chamou para morar em Paz na Terra, ele foi e gostou. Mario e Marluce possuem três filhas e são de Lagoa de Cima também. Eles ingressaram no Acampamento Rosa Luxemburgo e fizeram parte do grupo que escolheu ir para o Assentamento Paz na Terra. Mario também trabalhava no corte da cana para a Usina Santa Cruz, mas estava “encostado” pelo INSS. A mãe de Murilo e seus outros irmãos moram em Lagoa de Cima. Uma irmã mais nova, que sempre visita o assentamento, tinha muita vontade de morar lá.

Murilo tem pretensões de continuar morando no assentamento. Ele voltou a estudar no colégio de Outeiro, faz curso supletivo à noite e trabalha no corte da cana junto com o irmão. Ele sonhava em ser jogador de futebol, gosta muito de jogar bola, atividade que faz com frequência.

12) Roberto (22 anos)

Nascido no Estado de Alagoas, Roberto foi para a região de Campos com a mãe quando tinha 16 anos. Muitas pessoas de sua família já moravam na região de Campos, e um de seus tios, assentado no Assentamento Zumbi dos Palmares, foi quem comentou com a mãe de Roberto a respeito de ocupar terras. Eles moravam em Mundéus, localidade do município de Campos, onde atualmente residem sua avó, seus tios, primos e um irmão seu, que não quis ir para o assentamento.

No primeiro momento, Roberto também não quis ir com sua mãe e o padrasto e continuou morando em Mundéus. A sua decisão de ir para o assentamento se deu em grande medida por uma avaliação das possibilidades que lhe estavam sendo oferecidas, porque na Fazenda Vermelha, em Outeiro, ele poderia conciliar o trabalho com o estudo noturno. Sua mãe e o padrasto trabalham em Campos em uma cozinha industrial, onde ele também trabalhou como auxiliar de almoxarifado. O padrasto era vigia e a mãe trabalhava como faxineira na casa da patroa. Em Alagoas Roberto não trabalhava, apenas estudava e interrompeu os estudos no ensino médio. Começou a trabalhar aos 17 anos, junto com um dos tios. Roberto não tem expectativas futuras com o assentamento que para ele é a casa de pais, mas com o qual ele não se envolve muito.

Anexo B – Notícias

Procurador Geral do Município vai a acampamento do MST

O Procurador Geral do Município, Alex Pereira Campos, acompanhado do Subprocurador, Luiz Emílio Naves e da Secretária de Promoção Social, Jane Nunes, esteve ontem, dia 15, na área de poder municipal localizada atrás do Hospital Geral de Guarus, que foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a fim de conversar com os representantes do movimento, que fazem parte da coordenação estadual do MST, Léo dos Santos e Carlos Augusto da Silva, sobre a ocupação, classificado por eles como provisória. Através de Jane, o Prefeito Arnaldo Vianna informou que após a Semana Santa pretende marcar uma reunião com os representantes do movimento. Carlos garantiu aos representantes da Prefeitura de Campos que a ocupação será por três meses e que tem como objetivo organizar os trabalhadores e sensibilizar a justiça para acelerar o processo de desapropriação das fazendas existentes no município, cujas terras são improdutivas. “São sete em Campos e três delas estão com o processo paralisado na Justiça Federal. Queremos mostrar a demanda de famílias sem-terra e os latifúndios da região”, afirmou Léo dos Santos, como é conhecido. Ele ressaltou que só depende do Incra desapropriar as fazendas para alojar as famílias, que estão desde o último sábado no acampamento “Paz na Terra”, assim desocupando a área da prefeitura, que já é alvo do projeto municipal que conta com a construção de um conjunto habitacional, uma estrada que liga os bairros e um parque ecológico. O Procurador Geral do Município pediu aos representantes do movimento que, com a ajuda da assessoria jurídica que declaram ter, elaborarem uma pauta das reivindicações por escrito, em forma de abaixo-assinado, com assinatura das 200 famílias que estão no acampamento e encaminhem ao Prefeito Arnaldo Vianna na próxima terça-feira, em virtude do feriado da Semana Santa. — Nós viemos aqui para ouvir vocês e outras secretarias vão estar atuando aqui, a fim de minimizar os problemas das famílias — declarou Alex. Ao perguntar sobre a questão de infra-estrutura necessária para o abrigo durante estes três meses, Carlos Augusto garantiu que não precisam de nada, pois criam sua própria infra-estrutura. “Abrimos um poço, temos banheiro, dividimos as famílias por equipes de limpeza, saúde, ciranda infantil, alimentação, formação e também montamos uma escola itinerante para alfabetização de jovens e adultos”, completou Léo, descartando a possibilidade de uma ajuda da prefeitura, inclusive, na área de educação. Como ocuparam uma área pertencente à prefeitura, Jane ofereceu também sua ajuda e da Procuradoria do Município, a fim de entrar em contato com a Justiça Federal e buscar notícias sobre o andamento dos processos de desapropriação das fazendas comentadas pelos representantes do MST. Nesta primeira visita de um procurador geral do município a um acampamento do MST em seis anos de atuação do movimento

em Campos, Alex explicou que o documento encaminhado ao prefeito será o ponto de partida para caminharem juntos. "Após conversarem com o prefeito, a prefeitura vai se posicionar, porque ainda não sabemos bem qual o limite da demanda deles", finalizou o procurador.

Atualizado por em 16/04/2003 – www.campos.rj.gov.br

Prefeitura vai avaliar ocupação de área atrás do Hospital de

A ocupação da área atrás do Hospital Geral de Guarus (HGG) será discutida até o final desta semana entre a Secretaria de Promoção Social e a Procuradoria Geral do Município. A informação é da Secretaria de Promoção Social, Jane Nunes, que se reuniu na tarde de ontem, na sede da secretaria, com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Jane destacou que a legalidade da ocupação provisória dos acampados será avaliada. "O Procurador Geral do Município, Alex Pereira Campos, vai estudar se há respaldo legal para a ocupação na área da Prefeitura de Campos", disse. Presente na reunião, o coordenador regional do MST, Carlos Augusto Silva, explicou que os acampados desejam a reforma agrária em sete áreas da região. O local situado entre os Parque Prazeres e Calabouço é alvo de projeto municipal que visa beneficiar a população com um conjunto habitacional para abrigar as famílias moradoras da lagoa da área, uma estrada que liga os bairros e um parque ecológico. Outra prioridade da Prefeitura de Campos é atender às famílias que estão acampadas, que de acordo com registros, são pescadores, lavadores de carros e lavadeiras, que estão com problemas, em virtude da contaminação do rio Paraíba do Sul. "Vamos levantar quantas pessoas que estão no acampamento foram prejudicadas com a crise do abastecimento de água e a contaminação do rio", contou Jane. A secretária observou que conforme o levantamento, a prefeitura vai disponibilizar cestas básicas. "Vamos atender a todos com sopa ou outros subsídios, mas a prioridade são os que ficaram sem trabalhar por causa da falta de água", afirmou. Jane enfatizou que a prefeitura vai intervir junto ao Judiciário, para saber quais as medidas que estão sendo adotadas pelo Ministério da Reforma Agrária, Incra e o Poder Judiciário sobre os processos de reforma agrária. Além da ocupação provisória, o coordenador regional do MST contou que os acampados também necessitam de tratores para produzir hortas no local. A Secretária de Promoção Social observou que só após o respaldo legal da Procuradoria Geral do Município é que a prefeitura poderá definir os recursos através de máquinas e equipamentos junto à Secretaria de Agricultura. Ela lembrou que se não houver medida legislativa para a viabilização da ocupação a prefeitura terá que procurar meios legais, como ação de reintegração de posse. O coordenador regional do MST acrescentou ainda que a intenção das 200 famílias que estão na área é sensibilizar o Incra e o Judiciário para que haja a reforma agrária em sete áreas da região, como Azurara Desejo, em Travessão; Almada Maruí, em Ibitioca; Santa da Abetel, em Conselheiro Josino; Fazenda do Sol, em Cardoso Moreira, e Cambaíba. "Não queremos definitivamente ficar na terra da prefeitura.

Sabemos que para este local existe um projeto de desenvolvimento. Vamos continuar intervindo para que a reforma aconteça. Nossa luta é por terra e por teto", disse.

Atualizado por em 15/04/2003- www.campos.rj.gov.br

Informativos - Últimas do MST

MST conquista área no Rio

19/01/2005

O Procurador Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Rio de Janeiro, Luiz Werdini, recebeu no dia 18, às 13 horas, o documento de Emissão de Posse da Fazenda Vermelha. A fazenda fica no município de Cardoso Moreira, no norte fluminense, tem 1.086 hectares e nela serão assentadas 85 famílias do MST, pertencentes ao acampamento Paz na Terra, instalado no local desde agosto de 2003. A área também abrigará o primeiro centro de formação e pesquisa em agroecologia do MST no Rio, um trabalho que os acampados já desenvolvem em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). O ato de entrega aconteceu na própria fazenda, com a presença dos acampados, autoridades judiciais e policiais federais.

Pioneirismo

O acampamento Paz na Terra tem grande importância na história das conquistas do MST no norte do Rio de Janeiro. "Antes dele havia cinco ou seis militantes do MST no norte do Rio. Todos os acampamentos da região e todas as conquistas vieram de militantes formados pelo acampamento", relembra Nino, um dos coordenadores locais.

A história do Paz na Terra começa um pouco antes de agosto de 2003. A primeira ocupação que as famílias fizeram foi em um terreno público, pertencente à prefeitura de Cardoso Moreira, em abril do mesmo ano. De lá, saíram para a fazenda Abadia, no mesmo município. "A terra era arrendada ao grupo J. Pessoa - um dos maiores nomes da indústria açucareira no Brasil - e tinha denúncias de trabalho escravo que o Movimento queria tornar públicas", relata Léo, da coordenação estadual do MST no Rio.

"Lá tivemos um despejo, mas com vitória", completa Nino. Nas negociações, as famílias conseguiram ser transferidas para a Fazenda Almada Maruí, também no município, cujo decreto de desapropriação já fora emitido. Em Maruí o Paz na Terra colheu seu primeiro fruto: na pequena propriedade de 200 hectares, 13 famílias ficaram. O projeto de assentamento está em fase de conclusão.

De lá, em agosto de 2003, as famílias remanescentes chegaram à Fazenda Vermelha, onde outro acontecimento marcou a história de MST: pela primeira vez no Rio, diante de um pedido de reintegração de posse, o juiz foi visitar um acampamento e ver como viviam os Sem Terra. Constatando que estes já se organizavam e produziam, com projetos na área de agro-ecologia e fitoterapia, a reintegração foi negada.

Agroecologia e auto-sustentabilidade

Trinta hectares do futuro assentamento terão destino certo: abrigarão o 1º

Centro de Formação e Pesquisa em Agroecologia do MST no estado. Pelo projeto, o Centro será auto-sustentado. "A agroecologia ensina a produzir mais em menos terra e sem produtos químicos. A idéia é que a produção do Centro garanta suas atividades, para não dependermos exclusivamente das parcerias", explica Nino. Ele conta ainda que desde o início do acampamento na Fazenda Vermelha, o grupo procura implementar a agroecologia como forma de produção.

"Vamos fazendo lentamente, nem sempre é fácil. O trabalhador não está acostumado a produzir assim, trabalhou muitos anos para o fazendeiro, fazendo como o patrão mandava, mas aos poucos vamos mudando", completou. www.mst.org.br

Anexo C – Mapas

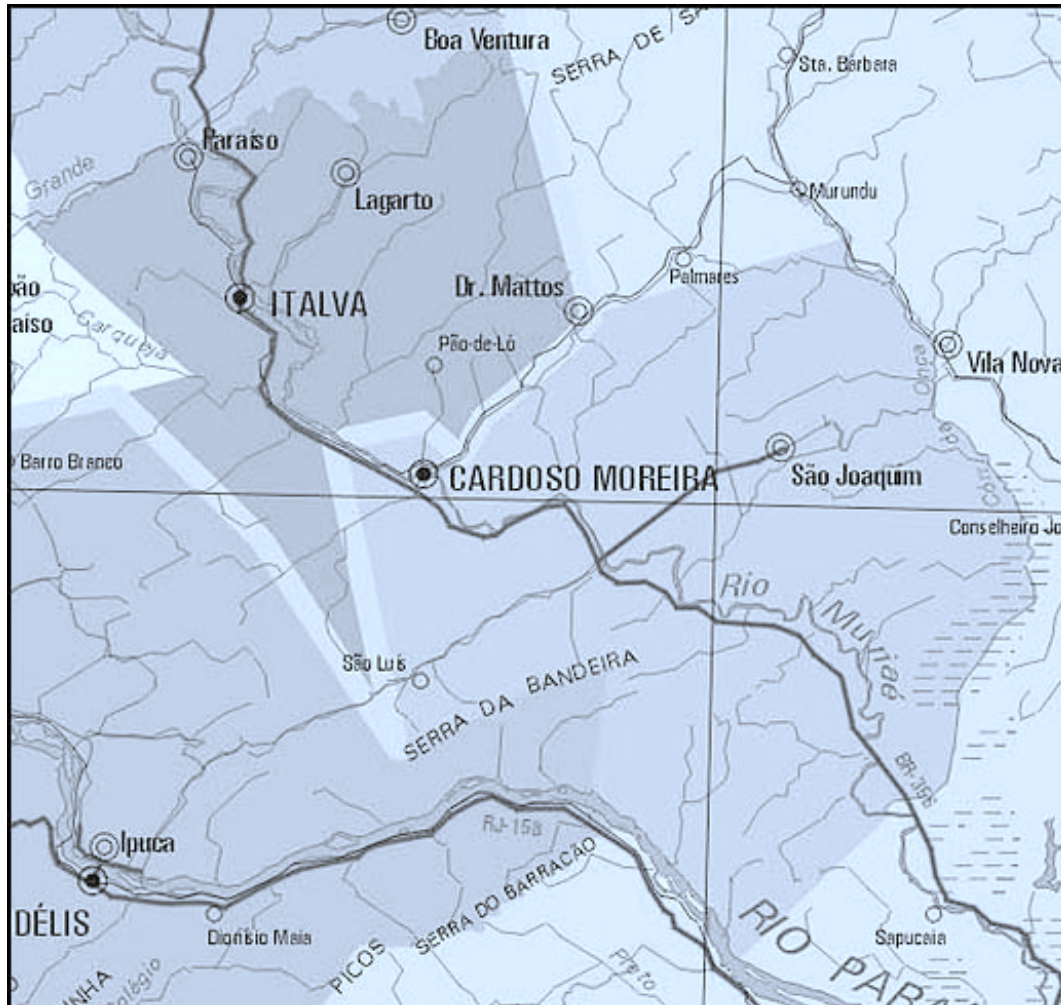


Figura 9 - Município Cardoso Moreira
Fonte: www.governo.rj.gov.br/municipal

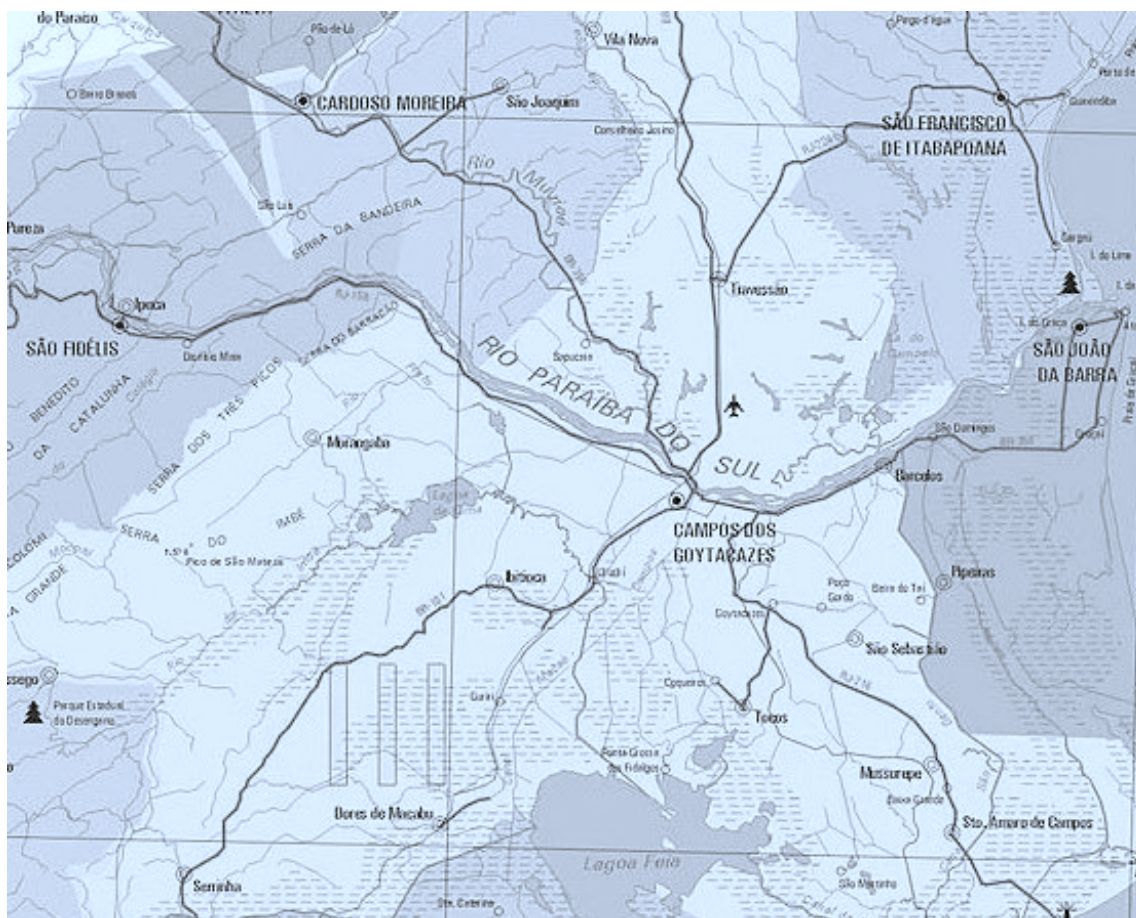
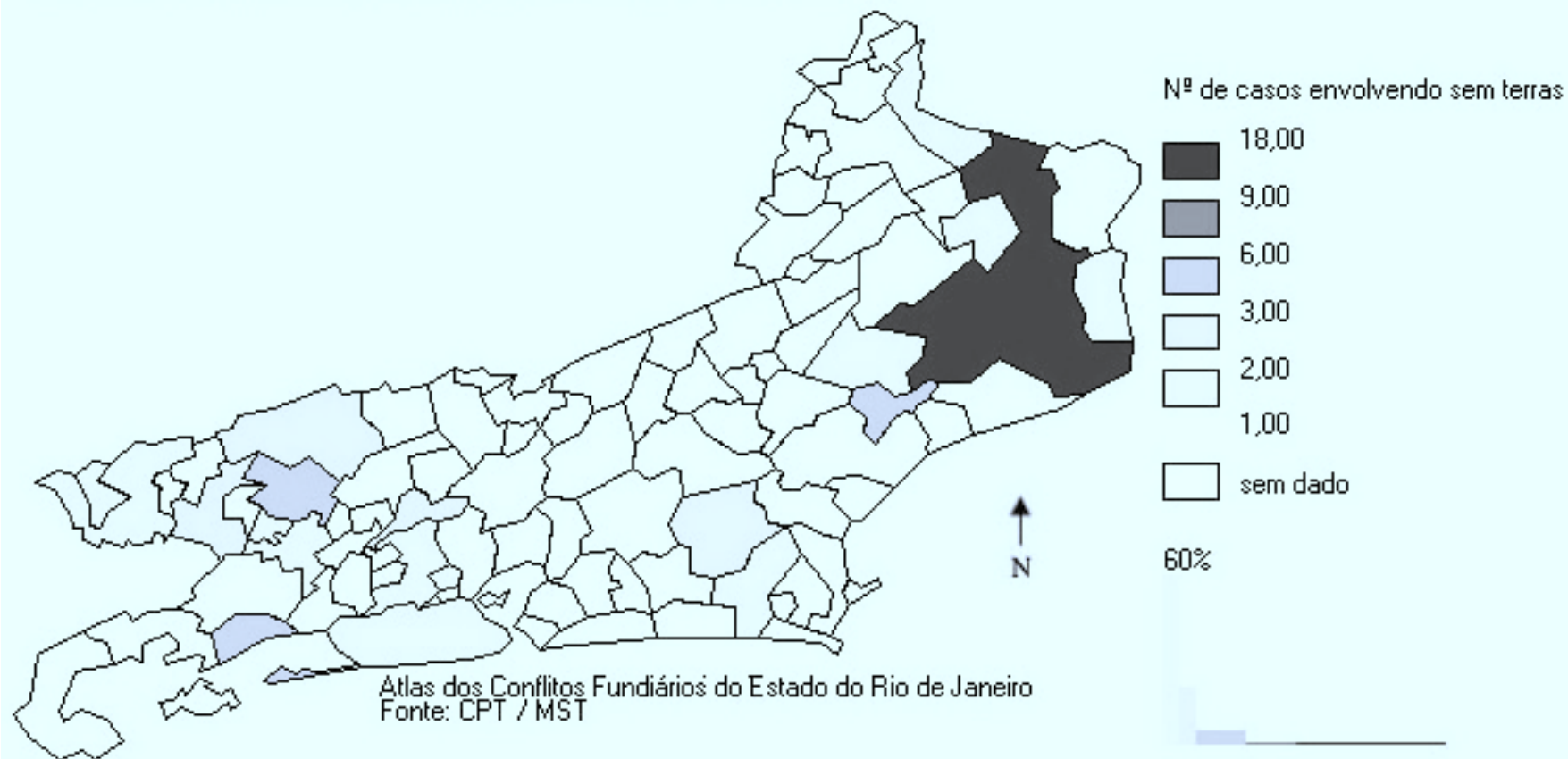


Figura 10 - Município de Campos dos Goytacazes
Fonte: www.governo.rj.gov.br/municipal

Sem terras envolvidos em conflitos - 1950 a 2005



Anexo D – Fotos dos jovens de Paz na Terra



Figura 13 - Jogando futebol em frente a sede da fazenda
Fonte: Pesquisa de campo, 2007



Figura 14 – Meninas posando para foto
Fonte: Pesquisa de campo, 2007



Figura 15- Crianças brincando na varanda da casa-sede da Fazenda – período de férias
Fonte: Pesquisa de campo, 2007



Figura 16 – Jovem pintando o barraco
Fonte: Pesquisa de campo, 2007



Figura 17 - Jovem filho de assentado em casa.
Fonte: Pesquisa de campo, 2007



Figura 18 - Jovem na beira do rio Muriaé
Fonte: Pesquisa de campo, 2007